

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Mônica Vier Loss

**Os condicionantes econômicos e políticos no relacionamento  
Brasil-Venezuela de 1990-1998**

Porto Alegre, 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Mônica Vier Loss

**Os condicionantes econômicos e políticos no relacionamento  
Brasil-Venezuela de 1990-1998**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Professora Orientadora Dra. Heloisa Conceição Machado da Silva

Porto Alegre, 2007  
Mônica Vier Loss

**OS CONDICIONANTES ECONÔMICOS E POLÍTICOS NO RELACIONAMENTO  
BRASIL-VENEZUELA DE 190-1998**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Aprovado em 17 de setembro de 2007.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira  
Departamento de Historia - PUC-RS

---

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria  
Instituto de Economia – UFRGS

---

Profa. Dra. Claudia Wasserman  
Presidente  
Departamento de Historia – UFRGS

---

Profa. Dra. Heloisa Conceição Machado da Silva  
Orientadora

Para meus pais  
Enoir e Isabel  
Pelo carinho, apoio e paciência.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao PPG em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de ser aluna desse programa e à Capes pela bolsa de estudos que me foi concedida e que permitiu dedicar-me com exclusividade ao Mestrado.

Gostaria de registrar meu carinho e agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização desse trabalho. Em especial, gostaria de agradecer à minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dra. Heloisa Conceição Machado da Silva por sua amizade, incentivo e compreensão durante a elaboração desta dissertação; gostaria de agradecer à Profa. Dra. Suzana Soares por seu apoio e empenho para que a realização da pesquisa em Brasília fosse possível; e aos Professores do mestrado que acompanharam e contribuíram nessa caminhada. Meus agradecimentos se estendem à Maria Beatriz Accorsi por seu constante estímulo e carinho, à Mônica Curtis Boeira por sua dedicada assessoria e atenta revisão desta dissertação e aos colegas do Mestrado pelo incentivo nas horas difíceis, pela ajuda quando necessária e pelos momentos de descontração e diversão sempre que possível. Não poderia deixar de mencionar a Verinha, o Mário Leboutte e o Homero Zanotta. Agradeço também ao “Seu Chula” Dias, responsável pelo Arquivo Histórico do Itamaraty, DF, por sua essencial ajuda ao longo das quatro semanas em que estive pesquisando naquele arquivo.

Por fim, agradeço aos meus pais, Enoir e Isabel, e aos meus irmãos, Felipe e Diego, pelo apoio, carinho e compreensão.

## RESUMO

No presente trabalho busca-se explicar as transformações ocorridas nas relações entre Brasil e Venezuela ao longo de um período que se inicia em 1990 e se estende até 1998. Tem-se como objetivo identificar os condicionantes políticos e econômicos e os agentes principais desse processo que se caracterizou pela aceleração e densificação das relações bilaterais, principalmente após o encontro presidencial de *La Guzmania*, no dia 4 de março de 1994.

Para melhor compreender esse processo, são estudados, num primeiro capítulo, os antecedentes das relações entre Brasil e Venezuela; em seguida, no segundo capítulo, são analisadas as transformações ocorridas no sistema internacional entre as décadas de 1980 e 1990, depois são analisados os processos de formação de blocos e de cooperação na América Latina nesse novo contexto internacional e o impacto das transformações do cenário internacional nas políticas externas do Brasil e da Venezuela. Finalmente, no último capítulo, através da análise dos dados empíricos coletados durante a pesquisa de campo e do estudo da bibliografia disponível, busca-se verificar os fatos políticos e econômicos, ocorridos entre 1990 a 1998, que marcaram as relações entre os dois países e explicar a intensificação do processo de aproximação entre Brasil e Venezuela nesse período.

Palavras-chave: Relações Brasil-Venezuela. Integração Sul-Americana. Política exterior do Brasil. Política exterior da Venezuela.

## ***ABSTRACT***

This paper aims to analyze the relationship between Brazil and Venezuela, from 1990 to 1998. The intention is to confirm, and then explain, the process, during those nine years, that brought the two countries into a deeper cooperation. For a better understanding, the past history of the relationship between Brazil and Venezuela is studied in the first chapter; in the next chapter, the transformations of the international system within 1980 and 1990, the Free Trade Areas trend in Latin America, and the impact of those changes in the international system over the Brazilian and Venezuelan foreign policies is analyzed. Finally, in the last chapter, relationship between Brazil and Venezuela is studied in details through the analysis of the researched data. It intends to identify the political and economical motivations behind the pattern's change in the relationship between the two countries.

Keywords: Brazil and Venezuela Relations. South America. Regionalism. Brazilian Foreign Policy. Venezuelan Foreign Policy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	- Agencia Brasileira de Cooperação
AD	- <i>Accion Democrática</i>
ALADI	- Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	- Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCSA	- Área de Livre Comércio Sul-americana
CAN	- Comunidade Andina de Nações
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CCIVB	- Câmara de Comercio e Indústria Venezuelano-Brasileira
COPEI	- <i>Comité de Organización Electoral Independiente</i>
CORDIPLAN	- <i>Oficina Central de Coordinación y Planificación</i>
CVG	- <i>Corporación Venezolana de Guayana</i>
CVRD	- Companhia do Vale do Rio Doce
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
ICE	- Instituto de Comercio Exterior
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
NAFTA	- <i>North American Free Trade Agreement</i>
OMC	- Organização Mundial do Comércio
OPA	- Operação Pan-Americana
OPEP	- Organização do Países Exportadores de Petróleo
OTCA	- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PEI	- Política Externa Independente
PDVSA	- <i>Petróleos de Venezuela S.A.</i>
SIDOR	- <i>Siderúrgica del Orinoco</i>
SIVAN	- Sistema de Vigilância da Amazônia
TCA	- Tratado de Cooperação Amazônica
URD	- <i>Unión Republicana Democrática</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>ANTECEDENTES: DO TRATADO DE 1859 À CRISE DOS ANOS OITENTA (1859 – 1989) .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>Cem Anos de Solidão.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>Três Décadas de Avanços e Recuos .....</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>BRASIL E VENEZUELA NAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO INÍCIO DOS ANOS NOVENTA .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>Reordenamento Econômico do Sistema Internacional .....</b>	<b>32</b>
<b>3.2</b>	<b>A Revitalização dos Processos de Regionalização na América Latina .....</b>	<b>35</b>
<b>3.3</b>	<b>A Política Exterior do Brasil e da Venezuela no Início dos Anos 90 .....</b>	<b>40</b>
3.3.1	Características da Política Exterior do Brasil .....	41
3.3.2	Características da Política Exterior da Venezuela .....	45
<b>4</b>	<b>RELAÇÕES ENTRE BRASIL E VENEZUELA (1990 – 1998).....</b>	<b>50</b>
<b>4.1</b>	<b>Governo Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) e Governo Carlos Andrés Pérez (1989 – 1993).....</b>	<b>51</b>
<b>4.2</b>	<b>Governo Itamar Franco (1993 – 1994) e a Transição Governamental na Venezuela: Pérez, Velásquez e Caldera.....</b>	<b>72</b>
<b>4.3</b>	<b>Governo Fernando Henrique Cardoso - 1º Mandato (1995 – 1998) e Governo Rafael Caldera (1994 – 1998).....</b>	<b>96</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>122</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>129</b>
	<b>ANEXO A.....</b>	<b>136</b>
	<b>Quadro de Dados Estatísticos I .....</b>	<b>136</b>
	<b>Gráfico I .....</b>	<b>136</b>
	<b>Gráfico II.....</b>	<b>137</b>
	<b>Gráfico III .....</b>	<b>137</b>
	<b>Quadro de Dados Estatísticos II.....</b>	<b>138</b>
	<b>Gráfico IV .....</b>	<b>138</b>
	<b>Gráfico V.....</b>	<b>139</b>
	<b>Gráfico VI .....</b>	<b>139</b>
	<b>Quadro de Dados Estatísticos III .....</b>	<b>140</b>
	<b>Gráfico VII.....</b>	<b>140</b>

<b>ANEXO B.....</b>	<b>141</b>
<b>Atos em Vigor Assinados com a República Bolivariana da Venezuela.....</b>	<b>141</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As relações entre Brasil e seus parceiros do MERCOSUL têm sido um tema amplamente estudado desde o início da década de 1990, resultando em diversos trabalhos acadêmicos e inúmeras publicações. Contudo, as relações entre Brasil e Venezuela, bem como as entre Brasil e demais países da América do Sul, apenas muito recentemente passaram a despertar o interesse dos pesquisadores e dos estudiosos.

Apesar de as relações entre Brasil e Venezuela terem tomado novo impulso a partir de meados dos anos 1990, o que resultou numa maior aproximação entre os dois países, pouco tem sido escrito a respeito. Além de uma publicação com importantes documentos<sup>1</sup>, e de outra com um estudo sobre o desenvolvimento do comércio e investimentos bilaterais entre 1988 e 1995<sup>2</sup>, foram encontradas quatro obras que analisam as relações entre Brasil e Venezuela (sendo que todas foram muito importantes para a realização deste trabalho). Dessas, uma é o trabalho do pesquisador e professor da *Universidad Central de Venezuela*, Alejandro Mendible Zurita, que traça um panorama geral das relações entre Brasil e Venezuela de 1500 a 1997<sup>3</sup>, e as três restantes são coletâneas de trabalhos que foram apresentados em Seminários realizados no Brasil e que contam com a participação de pesquisadores e acadêmicos conceituados das duas nacionalidades<sup>4</sup>. É interessante notar, no entanto, que, apesar de ser escassa a bibliografia sobre as relações entre Brasil e Venezuela, a própria realização desses seminários, com a participação de várias autoridades e especialistas brasileiros e venezuelanos, bem como a publicação dos textos apresentados, a partir de meados dos anos 1990, são um indício de que, de fato, desse período em diante, as relações entre esses dois países assumem uma nova dimensão.

---

<sup>1</sup> FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília: 1998. 174 p.

<sup>2</sup> CISNEROS; RODRIGUES e SUZZARANI. **El Desarrollo del Comercio y las Inversiones entre Brasil y Venezuela: síntesis ejecutiva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, 1998. 262 p.

<sup>3</sup> MENDIBLE ZURITA, Alejandro. **Venezuela-Brasil: La Historia de sus Relaciones. Desde sus inicios hasta el umbral del MERCOSUR (1500-1997)**. Caracas: FEPUVA-UCV, 1999.

<sup>4</sup> O mais antigo deles, **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século** (GUIMARÃES, 1995), concentra os trabalhos apresentados em seminário realizado pelo IPRI (Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais), em Brasília, em junho de 1995. **Visões Brasileiras: Venezuela** (GUIMARÃES; CARDIM, 2003) também é o resultado de um seminário do IPRI, realizado no Rio de Janeiro, em 2001; **Os Países da Comunidade Andina** (ARAÚJO, 2 v, 2004) é o resultado de vários semanários, cada um sobre um dos países da Comunidade Andina, de forma que um dos capítulos é composto por vários textos dedicados à Venezuela.

A escassez de bibliografia também é comentada por uma autora venezuelana, Francine Jácome, na introdução de um texto de 2006 no qual trata das relações entre Brasil e Venezuela: “debe señalarse la poca documentación oficial y escasos análisis académicos que se encontraron desde la perspectiva venezolana con respecto a las relaciones bilaterales en los ámbitos tanto diplomáticos como de comercio así como de seguridad y defensa”<sup>5</sup>. Existe, assim, uma lacuna nas pesquisas sobre Brasil e Venezuela que esse trabalho pretende ajudar a preencher; busca-se, dessa forma, contribuir para o avanço dos estudos das relações internacionais na América do Sul e, em particular, das relações entre os dois países estudados.

Mesmo sendo vizinhos, até o início da década de 1990 Brasil e Venezuela mantinham relações distantes, embora cordiais, isolados pela vastidão da floresta amazônica e por interesses distintos: o Brasil voltava-se para o Atlântico e tradicionalmente privilegiava suas relações com os países do cone-sul enquanto a Venezuela mantinha-se voltada para o Caribe, América Central e Estados Unidos, seu principal parceiro comercial. Nas décadas anteriores houve algumas tentativas de aproximação entre os dois países. Primeiro foi o Brasil que, necessitando de novos mercados para seus manufaturados, desde a década de 1960 buscava ampliar suas relações com os países do continente latino-americano. A Venezuela, no entanto, se manteria isolada até a década de 1970; a partir de então, lentamente, passou a demonstrar um maior interesse pelo continente sul-americano. Nesse período, a necessidade de uma aproximação mais efetiva entre os dois países foi reconhecida por ambos os governos; entretanto, apesar do discurso oficial, foram poucas as ações concretas nesse sentido.

Somente na década de 1990, principalmente a partir do encontro presidencial de *La Guzmanía*, em março de 1994, pôde-se observar uma mudança, não só quantitativa, mas, principalmente, qualitativa, nas relações entre os dois países. Essa mudança é evocada pelos estudiosos, que passaram a considerar o *Protocolo de la Guzmanía* (documento assinado por ocasião do encontro presidencial) um ponto de inflexão nas relações entre Brasil e Venezuela. Desde então, essas transformações nas relações entre os dois vizinhos fizeram com que a Venezuela se tornasse um parceiro importante para o Brasil: o significativo crescimento nos intercâmbios comerciais evidenciou a complementaridade das duas economias; foram desenvolvidos projetos de cooperação em diferentes áreas – como a técnica, a científica, a de transportes, a de segurança e a industrial, entre outras –, os quais possibilitaram melhorar a

---

<sup>5</sup> JÁCOME, Francine. **Relaciones entre Venezuela y Brasil**: cooperación energética y fortalecimiento de la integración. Caracas, 2006.

integração física e viabilizaram a execução de obras de integração energética entre a região Norte do Brasil e a região Sul da Venezuela. Como destaca Cervo, houve uma “convergência quase perfeita da visão mundial e regional” entre a diplomacia dos dois países (CERVO; BUENO, 2002, p. 488).

O objetivo desta pesquisa, assim, é analisar as relações entre Brasil e Venezuela de 1990 a 1998. Este trabalho buscará, primeiro, confirmar se, de fato, em meados desse período de nove anos se iniciou um processo de aproximação mais sistemático, que resultou numa maior integração e cooperação entre diferentes setores dos dois países; uma vez confirmado o início de uma nova fase nas relações bilaterais, os próximos passos serão identificar as **características dessas transformações** nas relações entre Brasil e Venezuela e explicitar os **fatores** que as explicam; por último, pretende-se caracterizar os atores, as suas ações e os seus objetivos nesse processo, e analisar as principais metas e mecanismos definidos pelo *Protocolo de la Guzmania* e pelo *Comunicado Conjunto*, de março de 1994, para, então, compará-los com os resultados obtidos, até o final do ano de 1998. Apesar da opção pela ênfase nos aspectos econômicos e políticos, aspectos de outra ordem, como, por exemplo, culturais e de segurança, serão levados em consideração quando relevantes.

O que se procurará responder neste estudo é por que, em meados da década de 1990, tomou impulso um processo de aproximação e densificação das relações entre Brasil e Venezuela e quais os fatores econômicos e políticos que explicam essas transformações no relacionamento entre os dois países.

E a hipótese a ser confirmada é a de que o processo de aproximação entre Brasil e Venezuela na década de 1990, que se acelerou principalmente após a assinatura do *Protocolo de la Guzmania*, em março de 1994, foi resultado, em parte, da reestruturação do sistema internacional, uma vez que a fragilidade da maioria dos países em desenvolvimento ante a globalização econômica reforçou a necessidade de uma maior integração do continente sul-americano, e, em parte, da dependência energética do Brasil e da necessidade de resolver questões bem pragmáticas, como o problema do garimpo ilegal que afetava a região da fronteira entre os dois países.

Para melhor compreender e explicar essas transformações nas relações entre Brasil e Venezuela, considerou-se que a pesquisa deveria analisar um período longo o suficiente para que se pudesse ter uma noção de processo. Sabendo-se que o ano de 1994 – quando foi

assinado o *Protocolo de la Guzmania* – é considerado, por diversos autores, o ponto de inflexão nas relações entre os dois países, definiram-se os primeiros nove anos da década de noventa - de 1990 a 1998 – como marco cronológico da pesquisa, permitindo, primeiro, comparar as relações bilaterais antes e depois da assinatura do Protocolo e, segundo, identificar e analisar as mudanças. O marco cronológico é delimitado, assim, num extremo, pelo início da década, momento *sui generis* na História - marcado por enormes transformações políticas e econômicas no cenário internacional que, conseqüentemente, também transformaram economias e políticas nacionais e o comportamento internacional das nações. No Brasil, 1990 foi o início do governo de Fernando Collor de Mello, primeiro Presidente eleito pelo voto popular depois de mais de vinte e cinco anos de ditadura militar, e, na Venezuela, Carlos Andrés Pérez entrava no seu segundo ano como Presidente da República. No outro extremo, o marco cronológico é delimitado pelo ano de 1998, último ano tanto do governo de Rafael Caldera, na Venezuela, quanto do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil. A partir de 1999, embora não tenha havido uma ruptura no processo de aproximação entre Brasil e Venezuela, a natureza da relação original se altera: a eleição de Chávez na Venezuela, por um lado, e a considerável redução das importações brasileiras de petróleo venezuelano, por outro, devido ao aumento significativo da produção petrolífera no Brasil <sup>6</sup>, deram início a uma nova etapa que se estende até nossos dias.

A pesquisa da maior parte dos dados empíricos foi realizada, num período de seis semanas, no Arquivo Histórico do Itamaraty - Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores<sup>7</sup>, e na Biblioteca do Senado Nacional<sup>8</sup>, em Brasília. No Arquivo, todos os Ofícios e telegramas enviados pela Embaixada do Brasil em Caracas, Venezuela, para o Ministério das Relações Exteriores em Brasília, entre 1990 e 1998, foram examinados, e aqueles que continham informações que poderiam ser úteis foram selecionados e fotocopiados. Como o período estudado é muito recente, apenas os documentos ostensivos estavam disponíveis, não tendo sido possível consultar os documentos classificados como secretos ou sigilosos. Procurou-se contornar tais limitações buscando mais informações na mídia impressa da época. No Departamento de Periódicos da Biblioteca do Senado Nacional,

---

<sup>6</sup> Ver gráfico VII, anexo A.

<sup>7</sup> **Arquivo Histórico do Itamaraty** - Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores. Esplanada dos Ministérios. Bloco H - Anexo II - 3º andar – Brasília – DF. Brasil.

<sup>8</sup> **Biblioteca do Senado Nacional. Departamento de Periódicos.** Senado Nacional. Esplanada dos Ministérios. Bloco H - Anexo II - 3º andar – Brasília – DF. Brasil.

foram examinadas as pastas intituladas “Brasil-Venezuela” e “Venezuela”<sup>9</sup>, das quais foram selecionados os artigos que tratavam de assuntos pertinentes à pesquisa e os que continham a maior quantidade de informação<sup>10</sup>, uma vez que matérias sobre um mesmo tema eram publicadas em diferentes jornais e, muitas vezes, com texto quase idêntico.

As cópias de acordos, tratados, atas de reuniões e declarações presidenciais, além de outros documentos oficiais analisados neste trabalho, tiveram diferentes origens: alguns foram gentilmente cedidos pelo Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, outros estão no livro “Relaciones Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997”, publicado pela Funag, em 1998<sup>11</sup>, ou nas Resenhas de Política Exterior do Brasil<sup>12</sup>, publicadas pelo Ministério das Relações Exteriores. Os dados estatísticos do comércio exterior entre Brasil e Venezuela, que foram organizados nos quadros do anexo A e que são analisados no terceiro capítulo (4.) deste trabalho, foram obtidos em duas fontes distintas: no Sistema Aliceweb, sistema de consulta desenvolvido por técnicos do Ministério do Desenvolvimento que pode ser acessado pelo site (<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>); e no livro “El desarrollo del comercio y las inversiones entre Brasil y Venezuela: síntesis ejecutiva”, que fornece dados estatísticos de 1988 a 1995, publicado pela Funag, em 1998<sup>13</sup>. Deve-se salientar que, por uma questão de praticidade e com o objetivo de qualificar os diferentes tipos de fonte, optou-se por referenciar esse material no qual se pesquisaram os dados empíricos – documentos, artigos de jornal, ofícios, telegramas e dados estatísticos – em nota de rodapé; para a bibliografia em geral, por sua vez, optou-se pelo sistema autor-data.

Após a pesquisa de campo, o material coletado passou por uma nova triagem: primeiro realizou-se a classificação por assunto; depois buscou-se selecionar informações que permitissem perceber os avanços, ou recuos, das relações entre Brasil e Venezuela, de 1990 a

---

<sup>9</sup> Deve-se salientar que o conteúdo das referidas pastas eram artigos, classificados por assunto, recortados dos principais jornais do país. Todos traziam um carimbo com o nome do jornal e a data; contudo, na maioria das vezes, não foi possível identificar página, caderno ou seção em que fora publicado.

<sup>10</sup> Para esta pesquisa, interessava exclusivamente os dados factuais contidos nos periódicos, não sendo nem o objetivo, nem viável, uma vez que os artigos encontravam-se isolados, analisar aspectos mais subjetivos e específicos de cada jornal.

<sup>11</sup> FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relaciones Diplomáticas Brasil-Venezuela**, 1859-1997. Brasília. 1998.

<sup>12</sup> RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. Brasília: FUNAG/MRE. Foram examinadas as Resenhas do número 64 (janeiro, fevereiro e março de 1990) ao número 81 (2º semestre de 1997), sendo que, a partir do número 77 (2º semestre de 1995), as publicações passaram a ser virtuais, disponíveis no *site* da Relnet ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)).

<sup>13</sup> CISNEROS; RODRIGUES e SUZZARANI. **El desarrollo del comercio y las inversiones entre Brasil y Venezuela. Píntese ejecutiva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, 1998.

1998, e, por fim, procurou-se identificar, nesse material, dados que pudessem indicar quais os agentes e os condicionantes políticos e econômicos desse processo.

Para melhor compreender o processo de aproximação entre Brasil e Venezuela na década de 1990, se analisará, no primeiro capítulo (2.) desse trabalho, a evolução das relações entre os dois vizinhos desde a assinatura do Tratado de Limites e Navegação Fluvial, de 1859. O Tratado de 1859, ainda hoje em vigor, é considerado por diversos autores como um momento decisivo, apesar de distante no tempo, nas relações entre os dois países; como destaca Mendible Zurita, “Su sanción puso término aun prolongado diferendo y a partir de allí las relaciones han encontrado un marco de referencia apropiado para su desarrollo (1999, p. 77)”. Será dada especial ênfase, contudo, às três décadas que antecederam 1990, período no qual já são perceptíveis nas relações bilaterais avanços que, apesar de tímidos, serão fundamentais para a intensificação, que ocorre a partir da última década do século XX, desse processo de aproximação entre Brasil e Venezuela.

O segundo capítulo (3.) deste trabalho tem como objetivo contextualizar historicamente as transformações por que passam as relações entre Brasil e Venezuela na década de 1990. Assim, num primeiro momento, se fará um breve histórico das transformações que ocorreram no sistema internacional entre as décadas de 1980 e 1990 e que, inevitavelmente, provocaram alterações nas economias e políticas nacionais e no comportamento internacional das nações; posteriormente, se analisará como os processos de formação de blocos e de cooperação na América Latina se ajustaram ao novo contexto internacional e, por último, se examinará qual o impacto dessas transformações do cenário internacional sobre as políticas externas do Brasil e da Venezuela.

Finalmente, no terceiro capítulo (4.), serão estudadas mais minuciosamente as relações entre Brasil e Venezuela de 1990 a 1998, através da análise dos dados empíricos e da bibliografia disponível, tendo como objetivo responder às perguntas, anteriormente referidas, que norteiam esse estudo. Este capítulo será subdividido de acordo com os mandatos de cada um dos três presidentes brasileiros ao longo deste período: a primeira parte corresponderá ao governo de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992); a segunda, aos dois anos do governo de Itamar Franco (1993 – 1994); e a última, ao primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso. Na Venezuela, esse período de nove anos a que nos propusemos estudar corresponde aos últimos quatro anos do governo de Carlos Andrés Pérez (1989 – 1993), ao

governo provisório do Senador Ramón J. Velásquez (segundo semestre de 1993), e ao governo de Rafael Caldera (1994 – 1998).

## **2 ANTECEDENTES: DO TRATADO DE 1859 À CRISE DOS ANOS OITENTA (1859 – 1989)**

Esse primeiro capítulo tem como objetivo analisar as relações entre Brasil e Venezuela anteriores à década de 1990. O ponto de partida desse estudo será o Tratado de Limites e Navegação Fluvial, de 1859, mas se dará especial ênfase ao período após 1958. Este foi o ano em que a Venezuela voltou a adotar um regime democrático, com a deposição do ditador Pérez Jiménez, e em que, no Brasil, Juscelino Kubitschek lançou a Operação Pan-Americana (OPA), a qual passou a orientar a política exterior do país para a América Latina, propondo um esforço conjunto de desenvolvimento para todo o continente. Ao longo desses anos (1958 – 1989), os dois vizinhos alternaram períodos de aproximação e períodos de afastamento, num processo que logrou mais avanços do que recuos, sem, todavia, alcançar uma cooperação efetiva.

Busca-se assim, nesta unidade, historiar as relações entre Brasil e Venezuela nas décadas que antecederam aos anos que são objeto de estudo deste trabalho (1990 – 1998), ao longo dos quais tomou impulso um processo de aproximação mais sistemático entre os dois países. O objetivo, portanto, é contextualizar historicamente o período alvo da pesquisa, permitindo o entendimento da evolução, ou não, de ações conjuntas, ou mesmo unilaterais, que levaram a uma maior aproximação e/ou cooperação entre os dois vizinhos.

### **2.1 Cem Anos de Solidão**

O Tratado de Limites e Navegação Fluvial, de 1859, marcou um momento *sui generis* nas relações entre Brasil e Venezuela. Engendrado pelo Visconde de Rio Branco, então Ministro de Relações Exteriores do Império do Brasil, representou o ponto culminante de um processo de formulação de tratados e acordos limítrofes que vinham se sucedendo desde o Tratado de Tordesilhas, de 1494, pondo assim um fim às disputas territoriais herdadas ainda do período colonial (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 22). Esse tratado é, ainda hoje, o marco jurídico de referência na definição dos limites entre os dois países<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> O Tratado de Limites e Navegação Fluvial, de 1859, determina, em seu ART. 2º, que a linha divisória entre Brasil e Venezuela será definida, em quase sua totalidade, pelo divisor de águas que separa a bacia do Rio

Apesar do impulso dado às relações diplomáticas, e de sua importância estratégica, uma vez que nesse momento tornava-se cada vez mais explícita a cobiça das grandes potências sobre a região amazônica, a assinatura do tratado não alterou significativamente o distanciamento entre os dois vizinhos. Por uma questão de distribuição demográfica, a Venezuela se voltava para o Caribe, da mesma forma que o Brasil para o Oceano Atlântico e o Rio da Prata. Mesmo com o início dos trabalhos da primeira comissão mista responsável pela demarcação dos limites, a partir de 1879, a imensa floresta e seus rios continuavam sendo uma barreira geográfica praticamente intransponível.

No final do século XIX e início do XX, a exploração da borracha na região de fronteira<sup>15</sup> levou a uma intensificação passageira das relações entre os dois países (ALEGRETTE, 1999, p. 2), uma vez que a maior parte da produção venezuelana era exportada pelo porto de Manaus. O crescimento da atividade extrativista, ao sul da Venezuela, favoreceu a assinatura, em 1905, de dois Protocolos: um reiterava o Tratado de 1859; outro acordava na retomada dos trabalhos de demarcação dos limites, trabalhos que haviam sido suspensos na última década do século anterior em decorrência de uma grave crise política na Venezuela. Assim, em termos diplomáticos, o Brasil, com o Barão de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores, deixava assentadas as bases para que durante o século XX se desenvolvessem relações amistosas (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 127). Já o comércio entre os dois países, nesse período, foi praticamente inexistente.

Nas primeiras décadas do século XX, não houve grandes alterações desse cenário. Nos anos 1930, o contraste entre a situação econômica do Brasil e da Venezuela criou um ambiente ainda menos favorável ao intercâmbio comercial. Enquanto o Brasil enfrentava, em decorrência da Crise de 29, uma drástica queda nos preços internacionais do café, seu principal produto de exportação, a Venezuela desfrutava da fartura proporcionada pelo significativo crescimento de suas exportações de petróleo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, houve novo estímulo à aproximação entre os dois países e ao crescimento dos intercâmbios. Por um lado, a ocupação das regiões produtoras de

---

Orinoco da do Rio Amazonas. Texto completo in FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998.

<sup>15</sup> Segundo o Professor José Manuel Briceño Monzillo, o limite é a expressão política do confim jurídico de um Estado, enquanto a fronteira se concebe como a franja que se estende a ambos os lados do limite internacional, de largura variada, que acompanha toda a periferia do espaço nacional e o põe em contato com as nações vizinhas (1977 apud MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 180, tradução nossa).

borracha do Sudeste-Asiático pelas forças do Eixo provocou uma alta nos preços desse produto no mercado internacional, levando, conseqüentemente, à reativação da prática extrativista da borracha na região amazônica (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 158); por outro, os problemas de abastecimento, decorrentes da Guerra, favoreceram o crescimento das trocas comerciais entre os países vizinhos. Ocorreu também uma maior aproximação oficial: diante da ameaça do fechamento das rotas marítimas, os governos do Brasil e da Venezuela buscaram, de forma conjunta, alternativas para o problema de transportes e comunicações. Chegaram, inclusive, a planejar a criação de uma rota fluvial unindo os rios Orinoco, Negro e Amazonas. O projeto, no entanto, nunca saiu do papel. Apesar do período conturbado, os trabalhos de demarcação da fronteira não foram afetados.

Finda a Guerra, Europa e Estados Unidos reorganizaram suas indústrias de bens de consumo. Estas, ao empregarem novas tecnologias, passaram a fabricar mais produtos, de melhor qualidade e com menor preço e tornaram-se concorrentes imbatíveis quando voltaram a disputar seus antigos mercados na América Latina; conseqüentemente, o Brasil acabou perdendo o mercado venezuelano, conquistado durante o conflito. Ao longo da década de 1950, embora o Brasil fosse o segundo maior comprador do petróleo venezuelano<sup>16</sup>, as exportações brasileiras para esse país foram praticamente insignificantes. Em termos culturais, as relações se limitavam a intercâmbios estudantis e a troca de visitas de acadêmicos e artistas. (CERVO, 2001, p. 205).

## 2.2 Três Décadas de Avanços e Recuos

Na segunda metade dos anos cinquenta, Brasil e Venezuela, conquanto vivessem sob regimes políticos distintos, eram ambos governados sob um forte perfil desenvolvimentista. No primeiro, o presidente Juscelino Kubitschek, eleito democraticamente e empossado no início de 1956, prometia “Cinquenta Anos em Cinco”; na Venezuela, Pérez Jiménez, ditador desde 1952, governava sob o slogan “*Nuevo Ideal Nacional*”. A ênfase dada à infra-estrutura fez, de um lado, com que o governo venezuelano anunciasse, em 1956, a construção de uma estrada de Caracas até Santa Elena do Uairén, na fronteira com o Brasil; de outro, com que o presidente do Brasil, no mesmo ano, em uma breve estadia em Caracas a caminho do Panamá,

---

<sup>16</sup> Segundo Mendible Zurita (1999), 99% do petróleo importado pelo Brasil, em 1955, era venezuelano, o que equivalia a 123 mil barris diários.

falasse à imprensa local sobre o projeto de seu governo para a valorização e desenvolvimento do Amazonas<sup>17</sup> (MENDIBLE ZURITA, 1999). Mas ao final da década de 1950, apesar das intenções de aproximação, os dois países caminhavam em direções opostas.

No Brasil, o Governo de Juscelino Kubitschek lançou, em 1958, a Operação Pan-Americana (OPA). “Esta era uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico”, que tinha como objetivo vencer o subdesenvolvimento num “sentido global, e não especificamente econômico” (CERVO, 2002, p. 277). Para atingir tais metas, “a OPA passou a orientar a política exterior do Brasil para a América Latina mediante um programa de esforços integrados de todo o continente para a realização de projetos de desenvolvimento”, dando “os primeiros passos para a integração regional” (MACHADO, 2005, p. 278-279), que acabariam resultando na criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

Ao contrário do Brasil, que a partir da OPA passou a priorizar o contexto regional, a Venezuela entrava num período de isolamento em relação ao resto do continente.

Em janeiro de 1958, após seis anos no poder, o ditador venezuelano Pérez Jiménez foi deposto por uma revolta civil-militar. Antes das eleições gerais convocadas para o final do mesmo ano, os partidos democráticos, que vinham há anos fazendo oposição ao regime ditatorial - *Acción Democrática* (AD), *Comité de Organización Elctoral Independiente* (COPEI) e a *Unión Republicana Democrática* (URD) - assinaram o Pacto de *Punto Fijo*, o qual estipulava que seus signatários comprometer-se-iam a respeitar o resultado da eleição fosse qual fosse o vencedor, a realizar consultas interpartidárias em questões delicadas e a partilhar cargos e responsabilidades políticas. Na prática, o Pacto – que vigorou por trinta e cinco anos<sup>18</sup>, até a segunda eleição de Rafael Caldera em 1993, então eleito pelo partido da *Convergencia* – introduziu um sistema quase institucionalizado de alternância partidária no poder.

Ao final de 1958, Rômulo Betancourt foi eleito presidente da Venezuela pela *Acción Democrática* (AD), consagrando assim o retorno da democracia ao país. Além de adotar uma

---

<sup>17</sup> No dia 20 de julho de 1956, a caminho da Reunião de Presidentes Americanos, em comemoração ao 130º Aniversário do Congresso Anfictiónico, no Panamá, o Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, se encontrou com Pérez Jiménez, Presidente da Venezuela, no Círculo Militar de Caracas. Esse foi o primeiro encontro de que se tem notícia entre presidentes dos dois países vizinhos.

<sup>18</sup> Essa alternância se daria entre a AD e o COPEI, uma vez que a URD deixou de existir logo depois do *Pacto*.

política que tendia ao isolamento, o presidente, confiante nas novas instituições democráticas, formulou a “*Doctrina Betancourt*”, pela qual “somente reconhecia governos constituídos por eleições democráticas e respeitadores dos direitos humanos” (CERVO, 2002, p. 138). Ao longo do seu governo (1959-1964), as ações diplomáticas de ratificação da fronteira com o Brasil avançaram e as atividades de demarcação foram constantes (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 171).

Nos anos 1960, a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) congregou vários países do continente, incluindo o Brasil<sup>19</sup>. Sob a influência das teorias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)<sup>20</sup>, a Associação foi concebida como um conjunto de normas que deveriam conduzir a acordos recíprocos de redução de tarifas aduaneiras e de livre comércio. Embora o objetivo final fosse chegar à união aduaneira, o que nunca foi alcançado, buscava-se também impulsionar o desenvolvimento e, conseqüentemente, fortalecer as economias dos países membros. O princípio, defendido pela CEPAL, na época, sustentava a integração dos mercados latino-americanos possibilitaria uma maior complementaridade econômica entre os sócios, o que permitiria a ampliação do intercâmbio comercial e o aumento da produção na região como um todo. O desenvolvimento econômico viabilizaria a substituição das importações de países não-membros, resultando em uma menor dependência externa e em uma maior estabilidade da região.

A Venezuela, no entanto, levaria quase uma década para se integrar a esse grupo, pois se mostrava resistente a projetos de integração de um modo geral. Manteve-se fora do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), pois não aceitava concessões aduaneiras

---

<sup>19</sup> A ALALC foi criada, em fevereiro de 1960, por Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai (Bolívia entraria logo depois) e entrou em vigor em 1º de julho de 1961.

Em 1980, com o Tratado de Montevideu, a ALALC foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). De acordo com Cisneros, Rodrigues e Suzzarini (1998, p. 113), “con base en la experiencia anterior, al nuevo esquema [de integración] se le dotó de flexibilidad con el fin de permitir que los países avansasen en su integración por la vía bilateral, sin que tuviesen que extender esas preferencias por la vía de la cláusula de nación más favorecida a los otros miembros. Si bien en el Tratado se establece el objetivo de largo plazo del establecimiento de un mercado común latinoamericano, no se precisan plazos ni mecanismos concretos para ello. En la práctica, ALADI se ha convertido en el marco a través de la cual se institucionalizan los diversos avances que se vienen produciendo en la integración latinoamericana, de carácter bilateral o multilateral”.

<sup>20</sup> A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi criada em 1949 e se propunha “a pensar o problema específico do subdesenvolvimento latino-americano e a forma de superá-lo”. Segundo Corazza e Herrera, a CEPAL buscou elaborar uma “teoria aplicada” das condições específicas do subdesenvolvimento da América Latina, a qual se caracterizava “por alguns traços básicos, tais como: um enfoque histórico estruturalista, baseado na idéia da relação centro-periferia, um análise da inserção internacional da América Latina, uma análise dos condicionantes estruturais internos do crescimento, representada sobretudo pela teoria da dependência, uma idéia sobre a integração regional e, finalmente, a análise das possibilidades de mudança através da ação estatal” (2004, p. 2). A influência da CEPAL sobre os processos de integração e cooperação na América Latina será mais bem trabalhada no próximo capítulo.

generalizadas, com medo de comprometer seu projeto nacional de industrialização (CERVO, 2001). No entanto, em parceria com os países árabes, foi, em 1960, um dos membros fundadores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a qual tinha como objetivo defender o preço do petróleo no mercado internacional.

A insatisfação que o protecionismo praticado pela Venezuela gerou nos demais países do continente levou-os a optar por outros fornecedores de petróleo, como os países árabes e a União Soviética (CERVO, 2001 p. 230-232). Como o que convinha ao Brasil, com o avanço da industrialização no início da década de 1960, era exatamente trocar seus manufaturados por insumos, o governo brasileiro também deu preferência ao petróleo fornecido pelo Oriente Médio em detrimento do fornecido pelo país vizinho. Como salienta Machado:

Em inícios da década de 1960, o Brasil era visto, internacionalmente, [...], sobretudo, como tendo sido uma das primeiras economias semi-industrializadas a realizar a transição de um desenvolvimento industrial fundamentado no protecionismo concedido às atividades voltadas para o atendimento exclusivo do mercado interno, para uma fase de desenvolvimento com abertura crescente para o exterior, por meio da promoção de exportações não-tradicionais e de progressiva liberalização do comércio exterior (2005, p. 278-279).

A Política Externa Independente (PEI), implementada em 1961 por Jânio Quadros, deu suporte à busca de mercados alternativos para os produtos industrializados brasileiros. Além da América Latina, o Brasil também se aproximou da África, dos países do leste europeu e do Oriente Médio, região que passou a ser seu maior fornecedor de petróleo. A Venezuela, que já havia sido a principal fornecedora, em 1960 participava com menos da metade das importações do produto pelo Brasil.

Quando ocorreu o Golpe Militar de 1964 no Brasil, a Venezuela pôs em prática a “*Douctrina Betancourt*”: suspendeu as relações diplomáticas e manteve apenas relações de caráter consular e comercial (ALEGRETTE, 1999, p. 2). Ainda assim, esse foi mais um baque às relações comerciais, já bastante afetadas pela política protecionista adotada desde o início do governo Betancourt. Em outubro de 1965, a ditadura militar se consolidava no Brasil ao decretar o Ato Institucional nº2 (AI-2), o qual extinguiu os partidos políticos. O rompimento definitivo do país com o regime democrático fez com que a Venezuela se negasse, em sinal de protesto, a comparecer à II Conferência Extraordinária Interamericana, da OEA, realizada em novembro do mesmo ano na cidade do Rio de Janeiro (MACHADO, 2004, p. 289).

Alguns anos mais tarde, contudo, ocorreu uma reorientação da política exterior da Venezuela, e esse cenário foi novamente revertido. Em julho de 1967, as relações

diplomáticas entre Brasil e Venezuela foram reatadas, e, em outubro do mesmo ano, a diplomacia brasileira intermediou as primeiras negociações para a entrada da Venezuela na ALALC. Surgiam os primeiros sinais de flexibilização da “*Douctrina Betancourt*”, os quais se confirmariam a partir da eleição de Rafael Caldera Rodríguez, no final de 1968. Caldera não mais se comprometeria com a rigidez da doutrina e, apesar das pressões internas, não aprovou novo rompimento com o Brasil, em 1968, após o general Emílio G. Médici ter decretado o Ato Institucional nº5 (AI-5), que endureceu ainda mais o regime militar (CERVO, 2001, p. 234). Quanto ao Pacto Andino, criado em 1969 pelo Acordo de Cartagena, visando à integração econômica dos países daquela região, a Venezuela só aderiria a ele em 1973, após muita hesitação.

Tais mudanças nos rumos da política exterior venezuelana tinham, no entanto, razões bem pragmáticas. A tendência ao isolamento, bem como o “desprezo” pelos vizinhos latino-americanos, se assentara, em grande parte, na confiança que a Venezuela depositava na riqueza gerada pelo petróleo e no mercado estadunidense, ao qual se destinavam a quase totalidade de suas exportações petroleiras. Contudo, como bem lembra Vizentini, “há que se ressaltar que a democracia venezuelana necessitava da valorização de seu principal gerador de divisas, o petróleo, para manter o desenvolvimento econômico e assegurar a estabilidade política”. Uma vez que o alinhamento econômico aos Estados Unidos não trouxera os efeitos desejados, pois esses se mostravam indiferentes às suas demandas, a Venezuela adotou uma linha de ação de alto conteúdo nacionalista (2003, p. 57). Caldera optou por uma política mais autônoma, principalmente em relação aos preços do petróleo, ao mesmo tempo em que se voltava para a América Latina com o intuito de conquistar esse mercado ao seu principal produto de exportação.

De acordo com Amado Cervo, a América Latina como um todo passou a dar maior importância ao comércio bilateral e regional ante as decisões tomadas pelo Executivo norte-americano, em 1971, de suspender a conversibilidade do dólar, impor uma sobretaxa sobre as importações e restringir a ajuda externa aos países em desenvolvimento, numa tentativa de corrigir seu déficit e balanço de pagamentos (2001, p. 243).

Para o Brasil, que desde 1966 já recuperara “a tendência universalista da política exterior” (MACHADO, 2005, p. 286), abandonada durante os dois primeiros anos do regime militar, essa valorização dos fluxos de comércio regional foi bastante vantajosa, pois possibilitou a ampliação das exportações de manufaturados para outros países do continente.

As relações entre Brasil e Venezuela, apesar das grandes diferenças existentes entre os governos dos dois países, começaram a melhorar nesse período. Um fato significativo foi a assinatura, em 1969, da Ata Final da Conferência N° 39 sobre limites entre os dois países. A importância e transcendência da Conferência consistiu no reconhecimento, por parte da Comissão de Limites do Brasil, do território reclamado pela Venezuela desde 1951, quando uma expedição franco-venezuelana, ao descobrir as cabeceiras do Rio Orinoco, constatou que a representação gráfica dos limites entre Brasil e Venezuela não correspondia ao estipulado pelo Tratado de 1859. (MENDIBLE ZURITA, 1999). O desfecho definitivo desse episódio, no entanto, só ocorreu em 1973, quando o Brasil reconheceu oficialmente o engano no traçado dos mapas e quatro mil quilômetros foram restituídos à Venezuela. Nessa ocasião, também foram dados como concluídos os trabalhos da Comissão Mista Venezuelano-Brasileira de Limites, que demarcou e corrigiu uma série de traçados nos aproximadamente 2.200 quilômetros de fronteira, estabelecendo um total de 291 marcos. Como salienta Mendible, “la conclusión satisfactoria de estas negociaciones revigorizó la importancia histórica del Tratado de 1859, para continuar la densificación fronteriza colocando hitos cada 50 kilómetros” (1999, p. 184).

Também em 1973, no mês de janeiro, ocorreu um encontro entre o presidente da Venezuela, Rafael Caldera, e o presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici na fronteira entre os dois países. Nessa ocasião, discutiram sobre a importância da integração na América Latina e firmaram um Convênio Básico de Cooperação Técnica (ALEGRET, 1999, p. 2).

Mas se, por um lado, ocorriam avanços nas relações entre Brasil e Venezuela, por outro, estas eram limitadas pelo receio da Venezuela de que o rápido desenvolvimento brasileiro pudesse vir a “tolher-lhe o caminho da influência regional” (CERVO, 2001, p. 248). Vizentini também destaca como fatores de afastamento as “desconfianças da democracia venezuelana em relação ao regime militar brasileiro, bem como a idéia de liderança natural do Brasil na América Latina e sua projeção na Região Amazônica” (1998, p. 309). Esta percepção em relação ao Brasil, tanto do público, de forma mais geral, como do próprio governo venezuelano, só seria alterada de forma favorável quando o país, em decorrência da crise do petróleo, de 1973, passou a apoiar a tese da valorização dos preços do petróleo em favor dos produtores do Terceiro Mundo (CERVO, 2001). De fato, o aumento súbito do preço do petróleo, que provocou uma crise das finanças e do comércio internacional, acabaria promovendo uma convergência de interesses entre Brasil e Venezuela, o que resultaria no redimensionamento de suas relações.

No Brasil, a crise, que só seria sentida a partir do ano seguinte, com o início do Governo Geisel, pôs um fim ao “milagre econômico”. Ainda assim, “tentou-se sustentar as taxas de crescimento da economia e os níveis de investimentos industriais por meio do endividamento externo, da elevação de tarifas e de maiores restrições quantitativas às importações” (MACHADO, 2005, p. 288).

Ao contrário do Brasil, a Venezuela viveu, na década de 1970, a sua “era de ouro”. A grande riqueza gerada pela alta do petróleo possibilitou que Carlos Andrés Pérez, eleito no final de 1973, nutrisse “ambições de liderar a América Latina, imbuído de velhos ideais bolivarianos”. As principais áreas de interesse para a Venezuela eram o Caribe e os países andinos, aos quais, desde o governo anterior, já havia oferecido ajuda financeira (CERVO, 2001, p. 248).

Com a crise, o Brasil procurou novos fornecedores de petróleo, e a Venezuela, por sua vez, optou por diversificar os países para quem vendia seu principal produto de exportação. “Desse modo, a partir das necessidades energéticas, abre-se espaço para um melhor entendimento” entre os dois vizinhos (VIZENTINI, 1998, p. 309).

Em 1975, Carlos Andrés Pérez nacionalizou os setores do petróleo, aço e cobre e começou a dar sinais de mudança até mesmo quanto ao posicionamento ideológico da Venezuela frente algumas questões específicas da América Latina e Terceiro Mundo como um todo, ao amenizar suas críticas a Cuba, envolver-se com o movimento dos Não-Alinhados e aderir à Internacional Socialista (CERVO, 2004, p. 54). Adotou, também, uma postura mais realista quanto à integração regional, que passou a ser vista como meio de conjugar esforços visando a atingir objetivos concretos de desenvolvimento nacional (CERVO, 2001, p. 254). Foi com este novo espírito que Carlos Andrés Pérez visitou Brasília em 1977.

No ano seguinte, o Brasil enviou a Caracas seu ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, para negociar transações comerciais e projetos de cooperação envolvendo as indústrias petrolífera, metalúrgica e mineradora. Os resultados foram boas oportunidades de intercâmbio empresarial e o encaminhamento da proposta de criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) <sup>21</sup>, o qual acabou sendo efetivado ainda em julho do mesmo ano, em

---

<sup>21</sup> O TCA, com oito países da Bacia Amazônica como signatários, formou um novo agrupamento de integração sub-regional. Sem caráter comercial, seu principal objetivo era, através da cooperação em diversos setores, como o técnico, o científico, o de saúde, o de transporte e comunicações, promover o desenvolvimento sustentável da região e, ao mesmo tempo, garantir a soberania dos respectivos países sobre seus territórios.

Brasília. Durante o evento de assinatura do documento, o chanceler venezuelano, Simon Alberto Consalvi, assinalou em seu discurso “[...] que si bien la Región Amazónica antes nos separaba ahora era un factor de unión y definió al Tratado como ‘un paso importante hacia el objetivo primordial de construir paso a paso la gran patria latinoamericana’” (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 187).

Dessa forma, “criavam-se condições para o estabelecimento de um eixo de cooperação produtiva, mais que comercial, entre o Brasil e a Venezuela (CERVO, 2004, p. 55)”. O cenário promissor foi reforçado com a posse, em março de 1979, do General João Batista Figueiredo como presidente do Brasil. O novo governo, que buscava manter o universalismo e o caráter autonomista da política externa, passou a priorizar cada vez mais a América Latina. Ao aderir ao Grupo de Apoio a Contadora<sup>22</sup>, evidenciou-se uma convergência da diplomacia brasileira com a dos demais países membros, incluindo a Venezuela (VIZENTINI, 1998, p. 276). Nas palavras de David Silveira Mota, então Embaixador do Brasil em Caracas, “las relaciones con Venezuela son excelentes. Cada vez están más unidos los dos países, en diálogo cordial y franco, en recíproco beneficio” (MENDIBLE ZURITA, 1999, p.187).

Em novembro de 1979, o presidente Figueiredo visitou a Venezuela.

Durante a visita, ocorreu o Encontro de Cooperação para o desenvolvimento Brasil-Venezuela, que congregou centenas de empresários dos dois países e propiciou o exame da complementaridade das duas economias e novas modalidades de cooperação industrial e comercial. [...] Houve, durante a viagem de Figueiredo, um encontro de cooperação comercial, com bons resultados para o Brasil, que, entre outras vantagens, elevou a compra de petróleo venezuelano para 50mil barris/dia. (VIZENTINI, 1998, p. 309-310).

Os anos oitenta, assim, iniciavam-se com boas perspectivas. Ao significativo crescimento nos intercâmbios comerciais entre Brasil e Venezuela somava-se o processo de redemocratização no Brasil; a tendência à aproximação e reagrupamento sub-regional como resposta à crise internacional que se aprofundava e, no âmbito multilateral, a convergência de posicionamentos políticos, como demonstrou a formação do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio a Contadora que, ao se oporem à intervenção dos Estados Unidos na crise centro-americana, buscavam “alcançar uma solução política para as tensões sub-regionais” (VIZENTINI, 2001, p. 59).

---

<sup>22</sup> Este grupo (Argentina, Uruguai, Peru e Brasil) foi formado com o objetivo, como o próprio nome diz, de dar apoio ao Grupo de Contadora (México, Colômbia, Panamá e Venezuela) na mediação do conflito centro-americano. Condenavam a intervenção norte-americana na Nicarágua e em El Salvador e a invasão de Granada, não aceitando a transposição da Guerra Fria para o continente.

Na Venezuela, o relacionamento privilegiado com os Estados Unidos “perdia importância na proporção em que aumentava a oferta internacional de petróleo” (CERVO, 2004, p. 55), o que reforçou a necessidade do país de encontrar novos parceiros. Ao voltar-se aos países vizinhos, intensificou, “em primeiro lugar, a relação com o Brasil, cuja imagem modificou-se de país expansionista e dominador para país em desenvolvimento e cooperativo” (CERVO, 2004, p. 54).

Desde o final da década de 1970, o Brasil já era reconhecido como um dos maiores exportadores de manufaturados do Terceiro Mundo. Como a acelerada industrialização fizera a demanda energética crescer muito nas últimas décadas, o país, com o segundo choque petrolífero, em 1979, foi levado a buscar alternativas, como o “programa pró-álcool e o aproveitamento do carvão mineral, a fim de reduzir sua dependência em relação a fontes externas de energia, em particular do petróleo, do qual [...] era um dos maiores importadores do Ocidente” (MACHADO, 2005, p. 290). A alta dos juros, a partir do início da década de 1980, que aprofundou a recessão e acentuou o problema da dívida externa na maioria dos países subdesenvolvidos, levou o Brasil a buscar, mais uma vez, formas de contornar o problema. A estratégia de intensificar sua expansão na América Latina, África e Oriente Médio, no entanto, não agradou aos Estados Unidos, o que resultou na ampliação do campo de atritos entre os dois países (MACHADO, 2005, p. 291).

Para a Venezuela, que se mantinha numa situação momentaneamente vantajosa no início dos anos oitenta, “as flutuações do preço do petróleo [...] e a excessiva dependência em relação à exportação deste produto, faziam com que os efeitos econômicos positivos fossem apenas conjunturais, persistindo os problemas estruturais” (VIZENTINI, 2001, p. 59). Consciente da crise que afetava o continente e da necessidade de seus vizinhos de buscarem alternativas para a dependência externa em termos energéticos, o governo da Venezuela, que procurava consolidar suas novas parcerias regionais, tomou a iniciativa de propor ao Brasil e ao México, em 1981, a criação da Petrolatina. Essa seria uma multinacional do petróleo, formada pelos três sócios, com pretensões à liderança mundial.

Mas, ao longo dos anos 1980, a crise da dívida e a recessão acabaram prejudicando muitas dessas iniciativas. A Petrolatina nunca se materializou, enquanto a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Comunidade Andina de Nações (CAN) não conseguiam avançar em seus objetivos iniciais. Em 1985, o governo brasileiro criou o Grupo de Trabalho Interministerial Calha Norte, que buscava desenvolver a Amazônia e promover o

povoamento de pontos estratégicos através de forte presença militar. Esse projeto repercutiu de forma negativa sobre o TCA, pois indicava que o Brasil optara pela via unilateral para resolver os problemas da região. (CERVO, 2004).

Mesmo assim, apesar de todos os contratemplos, houve, nos últimos anos da década de 1980, novos esforços por uma maior integração entre Brasil e Venezuela. Esta foi impulsionada, em grande parte, pela tendência à formação de novos blocos econômicos supranacionais, a qual pode ser entendida como uma resposta ao ambiente econômico instável. Como explica Sennes, as iniciativas, de ordem política, buscavam a criação de espaços de estabilidade e previsibilidade (2003, p. 63).

Foi com esse espírito que, em 1987, os presidentes do Brasil e da Venezuela, José Sarney e Jaime Lusinchi, respectivamente, assinaram o Compromisso de Caracas, numa nova tentativa de aprofundar a cooperação e as relações econômicas e comerciais entre os dois países. Junto aos 12 Protocolos, que o Brasil firmara com a Argentina no ano anterior, esse documento fazia parte da estratégia do presidente José Sarney “de armar, de um lado e outro, [...], o eixo sobre o qual construir um poderoso bloco regional”. Seu objetivo era “articular todas as forças e associações da América do Sul, dando-lhes consistência e operacionalidade na promoção coletiva do desenvolvimento” (CERVO, 2004, p. 55).

O governo de Lusinchi, por sua vez, tinha entre os objetivos de sua atuação internacional impulsionar a cooperação e integração da América Latina, dando continuidade, como demonstram os fatos, ao processo de aproximação com o Brasil, iniciado por gestões anteriores. Contudo, seu desempenho nesse sentido foi bastante prejudicado, por um lado, pelo *bajo perfil*<sup>23</sup> de sua política exterior e, por outro, pelo fato de o Caribe continuar sendo percebido como “área vital sobre la cual se debe actuar e influir constantemente; en donde se debe obtener y preservar la presencia de Venezuela” (MRE, 1981 apud ROMERO, 2002, p.122).

---

<sup>23</sup> O “*bajo perfil*” adotado pela política exterior do governo Lusinchi foi resultado das premissas de que a atuação internacional da Venezuela deveria se dar: 1) levando-se em conta a forte crise financeira que atingia o país e o continente; 2) considerando-se o fato de ser um ator internacional vulnerável; 3) de forma realista, entendendo-se por “realismo político” a necessidade de perceber e encarar o mundo tal qual é, e não de acordo com uma imagem ideal, e 4) concebendo a Venezuela no contexto internacional como um país de influência limitada. Assim, a formulação e implementação da política exterior deveria ser pautada por realismo, moderação e austeridade (ROMERO, 2002 p. 114, tradução nossa).

A aproximação entre Brasil e Venezuela resultou na assinatura, em 1988, de alguns acordos que garantiram avanços significativos na integração física, passo essencial para viabilizar um processo de integração entre os dois países. O primeiro foi um “Memorandum de Entendimento Relativo à Cooperação para Construção da Rodovia BR-174, no Trecho entre Boa Vista e o Marco BV-8”, cujas obras iniciariam no ano seguinte, garantindo a ligação do Estado de Roraima com o sul da Venezuela. Os outros regulamentavam o transporte terrestre de passageiros e o transporte aéreo regular<sup>24</sup>. Também foram criadas condições mais favoráveis ao incremento da cooperação econômico-comercial: um programa de ação foi elaborado com o objetivo de promover de imediato a recomposição do comércio bilateral, que, com efeito, se situava muito abaixo do potencial de ambas as economias. Esse comércio havia sofrido uma queda de um bilhão de dólares ao longo dos quatro anos anteriores, principalmente devido à drástica redução das importações brasileiras de petróleo venezuelano. Para alcançar um maior equilíbrio comercial, fazia-se necessário que a Venezuela diversificasse sua pauta de exportações e que a idéia da “associação das estatais de ambos os países na exploração do petróleo venezuelano” fosse retomada (CERVO, 2001, p. 268).

Assim, ao final dos anos 1980, os resultados, em termos de cooperação e integração econômica entre Brasil e Venezuela, mesmo sem corresponderem às expectativas do início da década, foram bastante positivos. Os planos de Sarney, apesar de não terem alcançado ao norte o sucesso do MERCOSUL, garantiram avanços significativos no relacionamento entre os dois países, criando bases sólidas para que, no futuro, ocorresse um processo de aproximação mais efetivo.

O bom relacionamento diplomático entre Brasil e Venezuela, no entanto, a partir de 1989, foi afetado de forma significativa pelo problema do garimpo ilegal na região de fronteira. Segundo Mendible, a incursão de garimpeiros ilegais brasileiros no estado de Bolívar já preocupava as autoridades venezuelanas desde a década de 1970, mas foi somente a partir de 1989 que passaram a encará-la como uma afronta à soberania nacional (1999). Nos primeiros anos da década de 1990, o problema ganharia contornos de crise e passaria a exigir do Brasil e da Venezuela ações conjuntas e maior cooperação em diferentes áreas.

---

<sup>24</sup> Ver lista completa de atos atualmente em vigor entre Brasil e Venezuela nos anexos.

Nos últimos anos do governo Sarney, a caótica situação da economia se agravou a ponto de o país ter que declarar a moratória parcial. O saldo positivo da balança comercial era anulado pelos encargos da dívida e “a recessão, que Sarney antes rejeitava como instrumento de estabilização monetária, já se aprofundava. A inflação alcançou, em 1989, a taxa de 1.000% ao ano. Com efeito, iniciou-se no Brasil um amplo processo de liberalização comercial” (MACHADO, 2005, p. 294).

Apesar de grande produtora de petróleo, a Venezuela não enfrentava uma situação muito distinta. Para Urbaneja,

lentamente, [...], o petróleo venezuelano viabilizou uma economia que funcionava à base do gasto do Estado, um setor de empresas estatais crescentemente ineficientes, um setor industrial protegido e incapaz de competir, uma moeda sobrevalorizada, o emprego público inflado (1997 apud PESSOA; NOGUEIRA, 2004, p. 104).

Foi neste contexto de crise interna e de um sistema internacional em plena reestruturação que, com diferença de um ano, Venezuela e Brasil elegeram novos presidentes. No final de 1988, Carlos Andrés Pérez, prometendo a volta dos “bons tempos”, foi eleito, pela segunda vez, para a presidência da Venezuela; ao final do ano seguinte, após mais de vinte e cinco anos sem eleições diretas para presidente, foi a vez de Fernando Collor de Mello, portando a bandeira da modernização, ser eleito presidente do Brasil.

Os dois novos presidentes, assim como outros tantos no continente, abandonaram o paradigma desenvolvimentista e adotaram o pacote de medidas de ajuste macroeconômico de cunho neoliberal, o “Consenso de Washington”. Os novos parâmetros econômicos que passaram a reger a economia também se refletiram na forma como o governo brasileiro perceberia integração regional. Essa, “passou a ser vista como exercício suplementar ao esforço de liberalização no âmbito global com vistas a estimular o comércio intercontinental” (MACHADO, 2005, p. 296).

Os efeitos sociais desses reajustes econômicos não demoraram e, embora em ambos os países tenha havido manifestações públicas de descontentamento popular, o caso venezuelano foi ainda mais emblemático.

Nos dias 27 e 28 de fevereiro de 1989, apenas algumas semanas após a posse de Carlos Andrés Pérez, uma violenta revolta popular se espalhou por Caracas, deixando centenas de mortos. O estopim do levante, que ficou conhecido como *Caracazo*, ou F 27, foi o aumento

do preço das tarifas de transporte público, medida que fazia parte de um pacote de ajuste econômico, previamente acordado com o FMI.

Para Amado Cervo:

A precoce revolta do povo e da sociedade organizada na Venezuela contra o fundamentalismo neoliberal provavelmente teria influenciado nos destinos da América Latina dos anos 90, não fossem os acontecimentos internacionais que a obscureceram: o fim da União Soviética, a invasão do Kuwait pelo Iraque, o aumento dos preços do petróleo e a Guerra do Golfo. A revolta inaugurou, contudo, um período de instabilidade política interna e convulsão social (CERVO, 2004, p. 57).

A década de noventa iniciou-se, desse modo, tanto no Brasil como na Venezuela, com as economias nacionais passando por grandes ajustes – aos quais o FMI e Banco Mundial haviam condicionado a renegociação das dívidas externas – realizados de acordo com a cartilha neoliberal do Consenso de Washington.

Quanto ao processo de aproximação entre os dois países, esse se acelerou a partir de meados da década de setenta, quando a Venezuela, ao adotar uma atitude mais pragmática e menos idealista, redirecionou sua política externa para a América Latina. Nos anos oitenta, a recessão, embora tenha dificultado bastante esse processo, não o inviabilizou por completo; ao fim da década, ficava, assim, evidente que os resultados almejados não haviam sido alcançados. Contudo, o esforço não foi em vão, pois criara as condições que favoreceriam o avanço das relações entre Brasil e Venezuela na década seguinte.

### **3 BRASIL E VENEZUELA NAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO INÍCIO DOS ANOS NOVENTA**

Este capítulo tem como objetivo traçar, num primeiro momento, um histórico das transformações ocorridas no sistema internacional, no início dos anos 1990, que provocaram alterações nas economias e políticas nacionais e no comportamento internacional das nações. Como os países da América Latina foram particularmente afetados por essas mudanças, pressupõe-se que a intensificação das relações entre Brasil e Venezuela, ocorrida na década de 1990, esteja vinculada, de alguma forma, a essa reestruturação do sistema internacional. Em seguida, se analisará como os processos de formação de blocos e de cooperação na América Latina se ajustaram ao novo contexto internacional. Por último, se examinará qual o impacto dessas transformações do cenário internacional sobre as políticas externas do Brasil e da Venezuela na virada da década de 1980 para a de 1990.

#### **3.1 Reordenamento Econômico do Sistema Internacional**

Por ocasião da virada da década de 1980 para a de 1990 – com a *Perestroika* na URSS, iniciada por Gorbatchov cinco anos antes; a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989; e o fim dos regimes socialistas do Leste Europeu ao longo do mesmo ano –, a Guerra Fria já era passado e o sistema bipolar desestruturava-se, vindo a desaparecer de vez com a dissolução oficial da URSS, em 25 de dezembro de 1991. Os Estados Unidos, a partir de então, assumiram o papel de potência hegemônica e mostravam-se ao mundo, juntamente com o sistema capitalista e a democracia, como os grandes vencedores do conflito.

O resultado mais imediato dessas transformações foi a intensificação do processo de globalização econômica e a imposição dos princípios neoliberais aos países do Terceiro Mundo, consolidando um processo de reestruturação política e econômica do sistema mundial ocidental que, de fato, já se operava desde a década de 1970.

A partir dessa década, evidenciou-se “uma profunda crise do ordenamento econômico internacional no que diz respeito ao seu padrão de estruturação, herdado do imediato pós-guerra” (SENNES, 2003, p. 63). Como explica Almeida, o período assistiu

à erosão contínua do universo regulatório de Bretton Woods, no seguimento da suspensão, em 1971, por decisão unilateral do Governo dos Estados Unidos, da convertibilidade do dólar e da eliminação, em 1973, do mecanismo de paridades cambiais fixas entre as principais moedas (1997, p. 323).

A ação unilateral dos Estados Unidos estaria relacionada às “incertezas acerca do desenvolvimento do capitalismo” (ALMEIDA, 1997, p. 299). Segundo Vizontini, diante da crise do modelo de acumulação do Pós-Guerra<sup>25</sup>, assentado no paradigma fordista-keynesiano<sup>26</sup>, e da ameaça de perder sua posição hegemônica no mundo ocidental face à ascensão de outros atores estatais, como o Japão e a Alemanha, os Estados Unidos, nos anos sessenta, engendraram uma reestruturação do sistema internacional. Com isso, ao tomar a dianteira desse processo, buscavam garantir uma posição vantajosa frente ao resto do mundo (VIZENTINI,1999, p. 16).

Ao rompimento das regras de Bretton Woods, referidas na citação acima, seguiram-se medidas comerciais protecionistas e a política de aumentos no preço do petróleo, a qual resultou nos choques petrolíferos de 1973 e de 1979. Segundo Vizontini, uma vez que os Estados Unidos eram grandes produtores de petróleo, importando apenas uma parte do que consumiam, essas ações, ao mesmo tempo em que afetaram “particularmente as emergentes economias japonesa e europeia, não produtoras de combustíveis”, possibilitaram a recuperação da economia norte-americana (2002, p. 17).

A competitividade no mundo capitalista se acirrou ainda mais, e a aceleração da globalização produtiva e financeira foi uma das formas de tentar contornar o problema por parte dos países mais desenvolvidos. A globalização, no entanto, só foi possível graças à Revolução Científico-Tecnológica (RCT), que embora tenha iniciado nos anos 1970, sofreu um crescimento vertiginoso a partir dos anos 1980. As modernas tecnologias impulsionaram uma nova divisão internacional do trabalho: as indústrias de tecnologia de ponta foram mantidas nos países capitalistas desenvolvidos enquanto as que dependiam de grande quantidade de mão-de-obra eram transferidas para países do Terceiro Mundo. Um maior controle sobre os crescentes fluxos financeiros e comerciais, decorrentes dessas

---

<sup>25</sup> O modelo de produção capitalista, que começa a dar sinais de saturação no Pós-Guerra, era fundamentado “em indústrias motrizes, como os automóveis e outros bens de consumo duráveis”. Esse “encontra seus limites por razões como a rigidez produzida pela exigência político-ideológica de garantir o pleno emprego e conceder aumentos salariais reais continuamente. Isso conduzia ao declínio da taxa de crescimento e, logo, de lucros” (VIZENTINI,1999, p. 16).

<sup>26</sup> “Modelo baseado na produção em grande escala em linha de montagem, com suporte da intervenção do Estado em apoio à produção e à distribuição de renda” (VIZENTINI,1999, p. 16).

transformações estruturais, foi viabilizado graças aos grandes avanços na área das telecomunicações.

No início da década de 1980, o governo dos Estados Unidos, cujo presidente era Ronald Reagan, tentando resolver o problema de sua balança de pagamentos, elevou as taxas de juros a um índice sem precedentes. Apesar de toda economia mundial ter sido atingida pela adoção de tais medidas, os países em desenvolvimento, com grandes dívidas externas, foram os mais afetados. Os custos do déficit dos Estados Unidos eram assim transferidos para os países do Terceiro Mundo (SENNES, 2003).

Estas transformações são assim resumidas por Vizentini:

[...] durante os anos 70 processou-se uma rearticulação da economia mundial, por meio da reestruturação das forças produtivas, do estabelecimento de uma nova divisão internacional da produção e do desencadeamento de uma revolução científico-tecnológica que voltaram a ampliar a distância entre os países capitalistas avançados e os em desenvolvimento. Coroando essa estratégia, em 1981 Ronald Reagan promoveu uma violenta elevação da taxa de juros, tendo como um dos objetivos aumentar a dívida externa dos países do sul. Assim, a crise da dívida constituía um instrumento de pressão contra a política econômica desses países e um golpe moral no projeto de desenvolvimento de nações como o Brasil (2003, p. 62).

Ao longo da década de 80, as modificações na estrutura e dinâmica do sistema internacional se intensificaram, acelerando o processo de globalização e a interdependência econômica. Entre os elementos mais característicos desse processo estão o uso massivo de tecnologia de informação; a desregulamentação dos sistemas financeiros das principais economias, principalmente a dos Estados Unidos, interessados nos fluxos financeiros compensatórios; a reorganização produtiva internacional e o crescimento da integração econômica (SENNES, 2003, p.73). O Terceiro Mundo enfrentava o auge da crise da dívida, provocada pelo aumento vertiginoso dos juros no início da década. As pressões para que os países em desenvolvimento realizassem ajustes econômicos que lhes permitissem uma melhor adequação às novas exigências do sistema internacional perpassaram toda a década. A demanda por uma maior abertura de suas economias resultaria na reformulação de suas estratégias de desenvolvimento e de comportamento internacional. Entretanto, a partir 1989, os ajustes econômicos se tornaram condição, imposta pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para que os países endividados conseguissem renegociar suas dívidas externas junto aos credores. Segundo Moniz Bandeira, o Plano Brady, como ficou conhecido, estipulava que “a redução da dívida só seria assegurada aos países que se submetessem às condicionalidades estabelecidas pelas duas instituições financeiras, entre as

quais as ‘reformas estruturais’, de caráter neoliberal” (2004, p. 50). Na mesma época, o Consenso de Washington<sup>27</sup>, ao sugerir medidas que visavam à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado nos países do Terceiro Mundo em sérias dificuldades financeiras, se encarregou de especificar no que consistiam estas “reformas estruturais”.

Com as grandes transformações mundiais da virada da década de 1980 para a de 1990, a adoção do modelo neoliberal passou a ser entendida pela grande maioria dos governos latino-americanos como o único caminho a seguir. O fim dos regimes comunistas do Leste Europeu – e, dois anos mais tarde, da própria URSS –, ao reforçar a idéia de que o capitalismo era o único sistema econômico viável, possibilitou o aprofundamento desses processos de reestruturação política e econômica, justificando-os. E a globalização, uma vez considerada inevitável, acelerou-se. Amado Cervo, no entanto, a considera uma “tendência histórica que se deparou com outra que a continha e outra que a embalava: formação de blocos econômicos e a nova assimetria entre o centro do capitalismo e sua periferia” (CERVO; BUENO, 2002, p. 455).

### 3.2 A Revitalização dos Processos de Regionalização na América Latina

Os processos de regionalização, aos quais aqui incluímos tanto a formação de blocos econômicos, quanto a cooperação e a integração econômica regional<sup>28</sup>, tomaram um novo

---

<sup>27</sup> De acordo com Moniz Bandeira, as recomendações do Consenso de Washington, “que visavam à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado, consistiam em: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade (2004, p. 50)”.

<sup>28</sup> O *The Penguin Dictionary of International Relations* define **bloco econômico** (*trade bloc*) como sendo um grupo de atores com o mesmo interesse de melhorar suas relações comerciais, havendo, inclusive, a possibilidade de esse evoluir para uma maior cooperação ou, até mesmo, integração. Em sua forma mais simples, o bloco econômico é uma **área preferencial** (*preferential area*), onde seus membros estendem uns aos outros tarifas preferenciais para determinados produtos; pode ser uma **área de livre comércio** (*free trade area*), onde as tarifas para determinados produtos são abolidas; ou pode ser uma **união aduaneira** (*customs union*), formato mais complexo no qual o bloco adota uma tarifa externa comum e, entre si, as partes buscam reduzir gradualmente as tarifas até chegar num sistema de livre comércio. Ainda segundo o dicionário, a união aduaneira é geralmente considerada um indicador de que os Estados membros pretendem seguir uma política de integração em vez de uma simples cooperação (EVANS; NEWNHAM, 1998, p. 537-538, tradução nossa).

Por **cooperação** entendemos “conjunto de relações que não estão baseadas na coação ou no constrangimento; antes estão legitimadas através do consentimento mútuo dos intervenientes” (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, p. 642). O verbete **cooperar**, no Dicionário Houaiss, é definido como “atuar, juntamente com outros, para um mesmo fim; contribuir com trabalho, esforços, auxílio; colaborar” (2001, p. 829). A cooperação entre um ou

impulso a partir da segunda metade dos anos 1980, assumindo um papel marcante e particular no novo contexto das relações internacionais.

As características desses processos, no entanto, diferem, a partir do final da década de 1980 e início da de 1990, do tipo de integração que os países latino-americanos tentaram realizar dos anos 1950 em diante, então inspirada pelas idéias de Raúl Prebisch, mentor intelectual da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). “A preocupação básica da CEPAL era explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar formas de superá-lo” (MACHADO, 2004, p. 21). A industrialização<sup>29</sup> foi considerada o meio mais eficiente para alcançar tal objetivo, e o desenvolvimento seria alcançado, portanto, através de um sistema de substituição de importações. A integração econômica regional<sup>30</sup>, nessas circunstâncias, deveria estar a serviço do desenvolvimento nacional, recomendada como forma de se obter mercados consumidores ampliados para as novas indústrias nacionais, bem como uma melhor complementaridade econômica. A criação de um mercado comum teria como objetivo absorver a produção resultante do crescimento econômico por advir, e não o tipo de produção então existente. A idéia era que existisse “uma estreita interdependência entre o mercado comum e a aceleração do desenvolvimento econômico”. O mercado comum corresponderia “ao empenho em criar uma nova modalidade para o intercâmbio latino-americano adequado a duas grandes

mais Estados pressupõe, portanto, um trabalho compartilhado para o bem comum. A cooperação pode ser econômica, através de acordos para a redução tarifária de determinados produtos, por exemplo, mas também pode ocorrer em outros setores, como o militar, o científico/tecnológico, o cultural, etc. Porcile faz menção à importância da cooperação tecnológica para as políticas de integração regional, necessária para “acompanhar uma fronteira tecnológica em rápido movimento, caracterizada pelo encurtamento do ‘ciclo de vida’ dos produtos e pela magnitude crescente dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D)” (PORCILE, 1993, p.4).

**Integração**, por sua vez, seria um passo além. Para Portillo, “integrar-se significa cooperação, aproximação, fixação de objetivos comuns” e, acima de tudo, é intercâmbio (1995, p. 77). O *The Penguin Dictionary of International Relations* define integração (*integration*) como sendo um processo ou um estado que tem sempre como objetivo final uma comunidade política (*political community*). Também assinala que o processo de integração deve ser voluntário e consensual, não coercitivo. A comunidade política, no entanto, será precedida, muito provavelmente, pela integração econômica via uma união aduaneira e um mercado comum (EVANS; NEWNHAM, 1998, p. 253-254, tradução nossa).

<sup>29</sup> Como explica Porcile (1993, p. 2), “a CEPAL identificou uma série de tendências que acompanhariam de forma espontânea o processo de desenvolvimento econômico dos países chamados ‘periféricos’, a saber: (i) a tendência à deterioração dos termos de troca; (ii) a tendência ao estrangulamento externo; (iii) a tendência ao desemprego estrutural. Estas tendências estariam associadas às características da estrutura econômica dos países da periferia, singularizados pela sua espacialização primário-exportadora e pela ‘heterogeneidade estrutural’, isso é, pela existência de marcadas diferenças de produtividade entre setores da economia, devida à difusão concentrada do progresso técnico apenas nas atividades primário-exportadoras. A superação dessas tendências requeriria a mudança estrutural das economias periféricas, através da difusão do progresso técnico ao conjunto da estrutura econômica. Na ótica cepalina, este é precisamente o papel-chave que corresponde à industrialização [...]”.

<sup>30</sup> Foi com base nestes princípios que foi criada, em 1960, pelo Tratado de Montevideu, a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio).

exigências: a da industrialização e a de atenuar a vulnerabilidade externa desses países” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 352).

Mas, a partir de meados da década de 1980, o contexto histórico já era outro. A reestruturação do sistema internacional, anteriormente analisado, já forçava os países do Terceiro Mundo a abrirem suas economias, desestruturando de vez os projetos desenvolvimentistas dos países latino-americanos. A forte estagnação econômica enfrentada por esses países combinava-se com uma “bem-vinda transição democrática nos antigos regimes militares, seguida da retomada dos projetos integracionistas que iriam frutificar em princípios dos anos 1990” (ALMEIDA, 1997, p. 309).

Esses processos de integração e cooperação regional, a partir da década de 1980, também tiveram que se adequar às demandas e necessidades geradas pelo novo contexto internacional. Embora paradoxal, o aprofundamento da globalização financeira e econômica ocorria junto com os processos de integração, os quais resultavam exatamente da necessidade dos países periféricos de encontrarem formas para tentar compensar a assimetria que os distanciava cada vez mais do centro do capitalismo, como acima referido por Cervo. Como complementa Almeida, *globalização e regionalização* são “forças contraditórias, mas amplamente complementares” (1997, p. 310).

Ludlow destaca que a tendência à formação de blocos econômicos supranacionais nesse período “pode ser entendida como um tipo de resposta ao ambiente econômico instável. [...] Seriam iniciativas de ordem política voltadas para a criação de espaços de estabilidade e previsibilidade” (1992 apud SENNES, 2003, p. 63). Para Sennes, a partir de meados dos anos 1980, diversos sistemas e subsistemas regionais adquirem autonomia, resultado do declínio dos Estados Unidos e da URSS desde meados dos anos 1970. Com o fim da Guerra Fria, na virada da década de 1980 para a de 1990, os sistemas regionais retomam sua importância e passam a afetar o sistema internacional. Isso se deve à “criação de maiores espaços de manobra aos países nos seus respectivos sistemas regionais”. “Tal fato, combinado com o reordenamento internacional econômico e tecnológico, incentivou intensamente o surgimento de dinâmicas internacionais regionais, assim como países com aspirações de liderança ou de hegemonia” (2003, p. 82).

Para Ruiz e Vielma,

este nuevo ímpetu da integración latinoamericana y caribeña es la respuesta de los países de esta región a los cambios globales, pero también es consecuencia de factores endógenos, como la crisis de la deuda, el estancamiento económico, los programas de ajuste recomendados desde Washington por el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el establecimiento de la democracia representativa en la zona (1997, p. 89).

Dentro da própria lógica da globalização e da crescente interdependência econômica, os processos de regionalização passam a ser vistos como uma forma de fortalecer as economias periféricas, preparando-as para competir, um dia, num mercado mundial completamente liberalizado.

De acordo com um artigo publicado em 1992 na revista *The Economist*, alguns autores e especialistas argumentavam que a globalização e o regionalismo podiam ser, paradoxalmente, processos complementares; defendiam que a integração dos mercados regionais era o caminho mais rápido para estabelecer o livre comércio no mundo: a formação de áreas regionais de livre comércio seria o primeiro passo e, uma vez que os países membros se ajustassem a uma esfera comercial ampliada, as diferentes áreas passariam por um processo de expansão e fusão (The Trouble..., 27 jun. 1992, tradução nossa).

A CEPAL, na década de 1990, reformulou o conceito de integração regional, adaptando-o às novas contingências internacionais. Sob a orientação de Gert Rosenthal, a CEPAL elaborou a idéia de “regionalismo aberto”, que, segundo Corazza e Herrera, “parece significar uma ruptura com seu pensamento histórico”, pois, ao buscar “pensar a inserção da América Latina no processo de globalização da economia mundial”, se inspira nas “novas versões do pensamento neoclássico, sempre criticado historicamente pela própria CEPAL” (2004, p. 2 e 3). A integração passava a ter como compromisso principal melhorar a inserção internacional dos países latino-americanos, garantindo-lhes níveis crescentes de competitividade. De acordo com texto da própria CEPAL, de 1994, “os processos de integração seriam o cimento futuro de uma economia internacional livre de protecionismo e de entraves ao intercâmbio de produtos e serviços (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 943)”. O “regionalismo aberto”, ainda segundo seus autores, surge ao serem conciliados dois fenômenos: a interdependência nascida de acordos especiais de caráter preferencial entre os países da região e a interdependência que é basicamente impulsionada pelos sinais do mercado, resultantes da liberalização comercial em geral (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 945). Ou seja, “procura combinar a liberalização comercial entre parceiros do bloco regional com políticas de liberalização em relação a terceiros países (CORAZZA; HERRERA, 2004, p. 11)”.

Assim, os processos de cooperação ou integração que tomaram novo impulso na América Latina a partir da segunda metade da década de 1980 teriam sempre como objetivo o fortalecimento dos sistemas regionais: buscavam compensar a assimetria em relação ao centro, criar espaços de estabilidade e previsibilidade dentro de um sistema internacional cada vez mais instável e garantir uma melhor inserção internacional desses países, tornando-os mais competitivos.

No início da década de 1990, Brasil e Venezuela estavam envolvidos com processos de integração regional distintos. O Brasil encontrava-se no meio das negociações que resultariam na formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), formado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o qual foi criado com a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991<sup>31</sup>, e reafirmado pelo Protocolo de Ouro Preto, em 1994<sup>32</sup>. A Venezuela, por sua vez, já era membro do Pacto Andino<sup>33</sup> desde 1973; contudo, diante do estado de estagnação no qual este se encontrava há mais de uma década, o país estava empenhado na promoção do G-3 (Venezuela, Colômbia e México), criado em 1989.

O MERCOSUL que Brasil e seus sócios se empenhavam em criar era, sobretudo, um projeto de integração comercial, que buscava também garantir aos quatro países membros uma adequada inserção internacional.

O preâmbulo do Tratado de Assunção [...] afirma que a integração promovida pelo MERCOSUL é vista formalmente como ‘uma resposta adequada’ ao objetivo de se alcançar uma também ‘adequada inserção internacional para os países membros’, face à ‘evolução dos acontecimentos internacionais’, especialmente a formação de ‘grandes blocos econômicos’ (CORAZZA; HERRERA, 2004, p. 10).

O G-3, por sua vez, de acordo com o *Documento de Cooperación* (1990 apud RUIZ; VIELMA, 1997, p.90), se propunha, por um lado, a promover a integração seletiva, setorial e gradual entre os três países e, por outro, a coordenar os esforços de cooperação para a América Central e o Caribe. Significou, portanto, o redimensionamento da ênfase dada à política exterior da Venezuela para o Caribe. A principal preocupação dos três países

---

<sup>31</sup> Em 26 de março de 1991 foi assinado pelos presidentes dos quatro países membros o Tratado de Assunção, visando à constituição do MERCOSUL a partir de 31 de dezembro do mesmo ano. (GINESTA, 1999, p. 173).

<sup>32</sup> Com o Protocolo de Ouro Preto, aprovado em dezembro de 1994, na 7ª Reunião do Conselho do Mercado Comum, na cidade mineira de Ouro Preto, Brasil, o MERCOSUL adquiriu nova estrutura constitucional, que lhe conferiu personalidade jurídica internacional. No mês de agosto, já havia sido aprovado o projeto da Tarifa Externa Comum, a ser aplicada às importações desde terceiros, a partir de 1º de janeiro de 1995. (GINESTA, 1999, p. 190 e 187).

<sup>33</sup> O Pacto Andino, criado em 1969, era composto originalmente por cinco países: Colômbia, Peru, Equador, Bolívia e Chile. A Venezuela se incorporou ao grupo alguns anos mais tarde, em 1973, enquanto o Chile, em 1976, abandonou-o. (KELLY; ROMERO, 2005, p. 64).

integrantes do grupo, segundo Ruiz e Vielma, era promover a estabilidade da região caribenha, uma vez que no Pós-Guerra Fria esta passou a ter pouco interesse para os Estados Unidos e para a Europa (1997, p. 90). Esses mesmos autores consideram que, em certo sentido, o G-3 “se presentó como un esquema alternativo de integración frente a la parálisis del proceso andino”, se tornando, assim, “la alternativa más importante en la política de integración venezolana a inicios de la década de los noventa” (1997, p. 106)”. Kelly e Romero, no entanto, defendem que o Pacto Andino, ao ganhar novo impulso em 1990, quando “las barreras internas fueron derribadas y se adoptó una política comercial y de inversión más abierta hacia el resto del mundo” (2005, p.65), ainda representava “el esfuerzo más importante de Venezuela por alcanzar los beneficios de la liberalización dentro del contexto regional” (2005, p.64).

Assim, apesar da estratégia de integração regional fazer parte tanto dos projetos de governo tanto de Fernando Collor, no Brasil, quanto dos de Carlos Andrés Pérez, na Venezuela, os dois países encontravam-se ainda, naquele momento, com seus principais objetivos voltados para lados opostos.

### **3.3 A Política Exterior do Brasil e da Venezuela no Início dos Anos 90**

Os anos a que nos propusemos a analisar nesse estudo, de 1990 a 1998, se inserem, não por coincidência, num período marcado por grandes transformações do sistema internacional. Como conseqüência, ambos os países, assim como os demais vizinhos latino-americanos, foram pressionados a realizar ajustes e a reestruturarem suas políticas econômicas, o que resultou numa redefinição de suas políticas externas.

Os governos latino-americanos que se instalaram entre 1989 e 1990 abandonaram o paradigma do *Estado desenvolvimentista*, o qual reforçava o aspecto nacional e autônomo da política exterior, e adotaram o que Amado Cerro chama de *Estado normal*. Para esse autor, o novo paradigma

envolve três parâmetros de conduta: como Estado *subserviente*, submete-se às coerções de centro hegemônico do capitalismo; como Estado *destrutivo*, dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda ao exterior; como Estado *regressivo*, reserva para a nação as funções da infância social (CERVO; BUENO, 2002, p.457).

Apesar de essas mudanças terem se processado de forma relativamente homogênea nos países do continente, cada um as realizou dentro de suas especificidades. De forma sucinta, se analisará a seguir como essas transformações se deram no Brasil e na Venezuela.

### 3.3.1 Características da Política Exterior do Brasil

No final da década de oitenta, o Brasil enfrentava uma situação financeira crítica. A alta das taxas de juros, que vinha ocorrendo desde o início da década, tornara a dívida externa impagável, de forma que o serviço da dívida consumia todos os recursos excedentes do país, deixando-o sem condições de investir internamente em infra-estrutura, programas sociais e incentivos.

Por outro lado, depois de anos de ditadura militar, o Brasil passava por um processo de redemocratização política. Em 1985, após mais de vinte anos com militares no poder, o país voltou a ter, mesmo que eleito de forma indireta, um civil como presidente. O eleito fora Tancredo Neves, mas, em virtude de sua morte, antes mesmo da posse, quem assumiu a presidência foi seu vice, José Sarney. No dia 5 de outubro de 1988, uma nova Constituição foi promulgada, e, no final de 1989, finalmente, houve eleições diretas para Presidente da República.

Para os interesses norte-americanos, que já há algum tempo vinham forçando o Brasil a abrir sua economia, era imprescindível que o candidato que vencesse as eleições em 1989 fosse favorável à realização de reformas estruturais. Mas apesar das pressões externas, como salienta Bandeira, foram as forças mais conservadoras, no próprio Brasil, que se encarregaram de garantir a vitória de um candidato com perfil considerado adequado (2004, p. 56). O novo Presidente, eleito pelo voto popular, foi Fernando Collor de Mello, ex-governador do Estado de Alagoas e candidato pelo recém-criado Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

Apesar de o Brasil ter gerado ao longo dos anos 1980 o terceiro maior excedente comercial do mundo, não foi possível evitar a deterioração da economia brasileira em função da crise da dívida. Como consequência, a política externa dos últimos governos militares e do primeiro governo civil foi seriamente afetada. Ocorreu um processo de economicização da política, e “temas importantes de diplomacia econômica, que até então eram negociados em foros multilaterais, passaram a ser cada vez mais delegados para instâncias técnicas de alguns ministérios (CANANI, 2004, p. 36)”. Como esclarece Cervo, o que prevaleceu na busca por

uma solução para o problema da dívida foi a visão dos economistas em detrimento de uma negociação mais política, a qual poderia ter sido orquestrada pelo Itamaraty. Preferiram-se soluções monetaristas e negociadas bilateralmente com a comunidade financeira, o que resultou no pagamento da dívida com a recessão dos anos 1980, em vez de um processo conjunto dos países endividados da América Latina, de caráter mais político, que garantisse um maior poder de barganha (CERVO; BUENO, 2002).

A crise da dívida serviu como instrumento de pressão, por parte dos organismos financeiros internacionais, contra a política econômica de países como o Brasil, demandando desde então uma maior abertura da economia, e proferiu um golpe mortal no modelo de Estado desenvolvimentista (VIZENTINI, 2003). Contudo, o modelo neoliberal só seria implantado sistematicamente a partir do governo Collor. A campanha que o elegeu Presidente da República, em fins de 1989, conclamando a “modernização do país”, já estava diretamente associada à abertura econômica e à adesão sem questionamentos aos princípios neoliberais, então considerados “inevitáveis” pelo futuro governo.

Depois da posse, dia 15 de março de 1990, Fernando Collor de Mello iniciou um processo de reestruturação política e econômica de acordo com as regras ditadas pelo Consenso de Washington. Para Paulo Nogueira Batista, contudo, “o temperamento de Collor – seu voluntarismo e impaciência – daria ao alinhamento brasileiro ao *Washington Consensus* algumas características pessoais que disfarçariam a origem externa do programa presidencial”. Por iniciativa própria e sem buscar contrapartidas, Collor “imprimiria à abertura unilateral do mercado brasileiro um ritmo muito mais veloz, por exemplo, do que o adotado no México, [...] eliminou todos os obstáculos não-tarifários e iniciou um processo de redução acelerada das barreiras tarifárias” (1993, p. 110).

Fernando Collor procurou colocar em prática o ideal do *Estado Mínimo*. Além de abrir unilateralmente o mercado interno, reduziu a atuação do Estado nas questões econômicas e iniciou o processo de privatização das estatais. Os princípios do Estado desenvolvimentista foram desprezados, e o protecionismo do mercado interno considerado um impedimento ao crescimento econômico. A abertura da economia resultou num aumento vertiginoso das importações e na conseqüente redução dos superávits, revertendo, como enfatiza Cervo, uma tendência histórica do comércio exterior brasileiro. Todas essas reformas foram feitas de forma abrupta, sem que ao menos se considerasse a possibilidade de se valer delas como

material de barganha, fosse na hora da renegociação da dívida externa, fosse para garantir uma melhor inserção do país no novo contexto internacional que se delineava.

A primeira e mais importante tarefa de Collor ao assumir o governo foi, exatamente, a renegociação da dívida. “Os esforços de Collor em obter o apoio americano para uma ampla renegociação da dívida passam a se constituir um dos principais pontos a ser obtido pela atuação diplomática brasileira” (PREZA JÚNIOR, 2002, p. 137).

A renegociação da dívida externa tal como efetivada pelo governo Collor, se analisada exclusivamente no quadro dos sucessivos acordos firmados desde 1982, sem considerarmos as concessões paralelas em outras áreas, é, sem dúvida, a menos onerosa já obtida pelo Brasil. Embora os descontos efetivos sejam bem inferiores aos anunciados, resultará pela primeira vez numa pequena, mas real redução do montante da dívida. (BATISTA, 1993, p. 133).

Batista, no entanto, já alertava, em 1993, sobre as limitações do esquema. O Brasil não deveria contar com a probabilidade de cooperação financeira ou, até mesmo, de cooperação puramente comercial, pois os países desenvolvidos não abririam seus mercados aos nossos produtos de exportação. Graças às nossas debilidades, conseguiram uma “abertura unilateral de nosso mercado, em nome de um livre comércio que não praticam” (1993, p. 133).

Mas Collor, no início de seu governo, parecia não ter dúvidas quanto ao caminho a tomar. A adoção do paradigma do *Estado normal* fez com que o Brasil, assim como a Venezuela e os demais países do continente que seguiram o mesmo caminho, assumissem uma atitude subserviente aos Estados Unidos. Acreditava-se que “a abertura ilimitada de suas economias, com alienação destrutiva, trar-lhes-ia [, essa sim,] a desejada inserção competitiva no mundo da globalização” (CERVO; BUENO, 2002, p.488).

Enfim, o Brasil “abandonou a noção de projeto, interesse ou soberania [...] em nome da abertura à nova ordem neoliberal e globalizante do Pós-Guerra Fria” (VIZENTINI, 2003, p. 79). Abandonou, assim, sua tradição diplomática de ator internacional independente sem, no entanto, adotar uma nova matriz de política externa, que fosse bem definida e adequada à nova realidade internacional. Passou a privilegiar suas relações com os Estados Unidos, mostrando-se disposto a “eliminar áreas de maior atrito nas agendas entre os dois países, [...] sempre de forma a agradar o rico parceiro do Norte” (PREZA JÚNIOR, 2002, p. 136). Adotou uma política externa de caráter mais idealista e a nova agenda de segurança internacional, que priorizava questões relacionadas ao meio ambiente, narcotráfico, terrorismo, direitos humanos, etc. Collor promoveu “a desmontagem de iniciativas ligadas à

idéia de ‘Brasil potência’, como o projeto nuclear e a indústria de informática” (VIZENTINI, 2003, p. 83).

Ao abandonar o multilateralismo, por confundi-lo com ‘terceiro-mundismo’, segundo Batista (1993), o governo brasileiro esfriou relações com os demais países em desenvolvimento, exceto com os da América do Sul, o que acabou restringindo sua área de ação ao plano regional. A integração do Cone Sul era então considerada uma ferramenta importante, dentro do conceito cepalino do “regionalismo aberto”, para garantir a competitividade e a inserção internacional do país.

O novo governo levaria adiante o projeto do MERCOSUL, mas não sem antes alterá-lo e adaptá-lo aos princípios neoliberais. O conceito original, que fora concebido por Sarney e Alfonsín, valorizava também, além da integração econômica, os aspectos políticos, de segurança e de cooperação técnico-estratégica. O MERCOSUL de Collor e Menem, criado em 1991 com o Tratado de Assunção, que, além de incluir Brasil e Argentina, também contou com a adesão de dois novos sócios, Uruguai e Paraguai, enfatizava os aspectos meramente econômicos e comerciais. Os dez anos previstos por Sarney e Alfonsín para que a Área de Livre Comércio Brasil-Argentina se efetivasse foram reduzidos a três e meio. Nas palavras de Paulo Nogueira Batista, “em essência, tudo se passa como se o MERCOSUL nada mais fosse do que um instrumento adicional de aceleração da liberalização da economia brasileira, sem discrepar, portanto, das grandes linhas do *Washington Consensus*” (1993, p. 111).

A reestruturação da economia e as novas diretrizes da política externa do país, no entanto, não produziram os resultados esperados. A inflação não fora contida, e a liberação do comércio afetara a indústria nacional, resultando no aprofundamento da crise econômica. Por outro lado, a globalização começava a dar sinais de assimetria: seus propalados efeitos benéficos pareciam não se aplicar aos países do Terceiro Mundo, e os países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, não haviam retribuído da forma desejada nem a preferência que lhes fora concedida, nem os esforços modernizadores empreendidos pelo governo brasileiro. Para Preza Júnior, o governo Collor, diante das expectativas frustradas, acabaria adotando atitudes ambíguas, ora reforçando posições neoliberais, ora criticando a permanência da desigualdade socioeconômica entre países ricos e pobres. De acordo com esse autor, portanto, com o esgotamento do paradigma desenvolvimentista e sem uma nova matriz bem definida, a política externa brasileira, no período de 1990 a 1992, teria sido caracterizada pela indefinição (2002).

### 3.3.2 Características da Política Exterior da Venezuela

A Venezuela, no final dos anos oitenta e início dos noventa, assim como os demais países do continente, também enfrentava uma grave crise econômica e financeira. Estava estagnada pelo peso da dívida externa, tendo ainda como agravante o fato de que o preço de petróleo, sua principal fonte de divisas, encontrava-se em baixa no mercado internacional. Desde meados da década de 1980, já se evidenciavam os sinais do esgotamento do modelo político-econômico vigente na Venezuela desde 1960.

Un modelo en lo económico protegido, subsidiado, regulado, que respondía a la estrategia de industrialización por sustitución de importaciones y, en lo político, caracterizado por un sistema democrático altamente centralizado, en el que el Presidente da República, junto con su partido, gobernaban, conformaban los gabinetes ministeriales, y designaban a los gobernadores de los estados (STAMBOULI, 2005, p. 149).

Havia se conformado na Venezuela um padrão cultural de expectativas na distribuição da renda petroleira, ficando ao encargo do Estado distribuí-la pela economia e sociedade (STAMBOULI, 2005, p. 149). Esse modelo tivera seu período áureo na década de 1970, com a alta do preço do petróleo; entretanto, nos anos oitenta, a situação se invertera: as contradições internas do modelo afloraram e colocaram-no em cheque. “Lo que estaba en crisis era el modelo del Estado rentista centralizado” (STAMBOULI, 2005, p. 149).

No final de 1988, um ano antes da eleição de Collor no Brasil, Carlos Andrés Pérez foi eleito Presidente da Venezuela pela segunda vez. Ao assumir o governo, no início de 1989, abandonou o discurso que adotara durante a campanha e, de imediato, passou a implementar um pacote de reformas que visava a abrir a economia e a reestruturar o Estado de acordo com as regras do Consenso de Washington. O novo programa de ajustes estruturais, mais conhecido como “*El Gran Viraje*”<sup>34</sup>, cumpria as exigências dos organismos financeiros internacionais, condição *sine qua non* para a renegociação da dívida.

Durante seu primeiro mandato, de 1974 a 1978, no auge da fartura proporcionada pelo petróleo, Carlos Andrés Pérez foi, segundo Coronil, o político que melhor encarnou o “*mito del progreso*”<sup>35</sup>, uma vez que a “excepcional riqueza financiera da Venezuela permitió que el

---

<sup>34</sup> Este constituía na implantação de um programa de liberalização econômica que incluía medidas como a desvalorização da moeda, a unificação cambial, o incremento nos preços dos combustíveis, a liberalização dos preços, dos juros e a abertura comercial (RUIZ; VIELMA, 1997, p. 102-103).

<sup>35</sup> Segundo Coronil, o “mito do progresso”, expressão cunhada por Cabrujas, exaltava a Venezuela “como nación democrática y rica que avanzaba gradualmente hacia la modernidad (2002, p. 4008)”.

Estado pusiera en práctica deslumbrantes planes de desarrollo que ocultaron estructuras típicas de otros países latinoamericanos” (2002, p.409). Na campanha eleitoral de 1988, Carlos Andrés Pérez resgatou de forma muito eficiente o “mito do progresso”. De forma dinâmica, prometendo prosperidade e a “volta dos bons tempos”, sempre vinculando o passado com o presente, o candidato da AD conseguiu fazer com que os eleitores se esquecessem de que dez anos antes havia sido acusado publicamente de corrupção e acreditassem que buscava ser reeleito porque queria de verdade “*hacer Historia*”. “Pérez aparecía como el único candidato viable para promover reformas fundamentales” (CORONIL, 2002, p. 413). Stambouli reforça a idéia de que, em 1988, Pérez reeditou a fórmula de sua primeira campanha eleitoral: “la campana de Pérez reproducía, matices más matices menos, aquella que lo había hecho triunfar en 1974: optimismo y velado Mesianismo (2005, p. 173)”.

No entanto, no segundo mandato de Pérez a riqueza proporcionada pelo petróleo não foi suficiente para evitar que as regras pelas quais se “*haría Historia*” fossem ditadas pelo sistema financeiro internacional. Quando eleito, o próprio Pérez contribuiu para derrubar o “mito do progresso” ao desqualificar o passado protegido pelo petróleo como uma fantasia irracional e a voltar-se ao livre mercado como meio racional para alcançar o progresso (CORONIL, 2002).

Segundo Stambouli, no Programa de Governo de Pérez, de 1988, já constavam medidas como a reforma do Estado, o impulso a uma economia de mercado, a privatização e a descentralização. Como raros eleitores haviam lido o Programa de Governo, e como durante a campanha as mensagens do candidato “no permitían vislumbrar el contenido de su programa de políticas publicas a ser adoptadas una vez electo”, nem “exponían la magnitud de los problemas económicos [...], y que posteriormente se revelarían con toda su intensidad”, a maior parte da população, antes das eleições, pouco sabia das dificuldades da economia nacional e das intenções do governo de Carlos Andrés Pérez (2005, p. 173).

A reação da população às reformas introduzidas pelo novo governo foi uma grande e violenta revolta que ficou conhecida como *Caracazo*<sup>36</sup>. Iniciada no dia 27 fevereiro de 1989,

---

<sup>36</sup> O *Caracazo* foi uma reação da população às reformas que foram implementadas por Carlos Andrés Pérez logo no início de seu governo e que resultaram, na prática, no fim de subsídios, do controle de preços e empréstimos, entre outras garantias dadas até então pelo Estado e financiadas pelo petróleo. Contudo, a gota d’água foi o aumento de 100% no preço da gasolina decretado pelo governo, que resultou também no aumento das passagens dos ônibus. A revolta, que estourou dia 27 de fevereiro de 1989, iniciou-se com protestos espontâneos de trabalhadores e estudantes nos bairros populares, mas logo cresceu até tomar as proporções de motins e saques massivos, se espalhando pelo centro comercial de Caracas e de outras cidades do país. Em cinco dias de revolta

treze dias após o anúncio do plano de ajuste econômico, é considerada o acontecimento de maior violência social da história democrática da Venezuela (STAMBOULI, 2005, p. 174), assim como a mais violentamente reprimida (CORONIL, 2002, p. 417). Para Vizentini, o *Caracazo* (também conhecido como “27 F”) “foi, talvez, o verdadeiro ‘*Gran Virage*’, uma advertência a todas as nações da América Latina que se lançavam pelo caminho neoliberal”, mas teve sua importância obscurecida “pela espetacular evolução dos acontecimentos internacionais do ano de 1989” (2003, p. 62).

Nos meses que se seguiram à revolta, o novo governo teve que enfrentar a mais dura oposição, jamais enfrentada por qualquer outro governo democrático na Venezuela, à sua política econômica. Em pouco mais de um ano, contudo, o novo programa de ajustes e reestruturação econômica do Governo Pérez já havia se consolidado. Mas, enquanto os setores tradicionais da sociedade venezuelana reconheciam publicamente “la inevitabilidad y necesidad de las políticas económicas adoptadas” (STAMBOULI, 2005, p. 174), os setores populares enfrentavam uma crescente deterioração das condições de vida. Por meses, após a revolta de 27 de fevereiro, protestos isolados ainda se espalhavam por todo o país.

Estas acciones ponían cada vez más al descubierto la opinión colectiva de que el pueblo había sido traicionado por sus líderes, y de que la democracia estaba convertida en una fachada detrás de la cual una elite empleaba el Estado para su propio beneficio (CORONIL, 2002, p. 418 e 419).

Foi o descontentamento da população em geral que respaldou, dois anos mais tarde, a tentativa de um golpe militar que quase logrou derrubar Carlos Andrés Pérez. À frente do grupo de oficiais de média patente, membros do *Movimiento Bolivariano Revolucionario-200*, encontrava-se o tenente-coronel Hugo Chávez.

Os efeitos do programa de ajustes e reestruturação político-econômica, empreendidos por Pérez a partir de 1989, sobre a política exterior de seu governo, são mais bem explicados por Romero:

[...] los objetivos específicos de Venezuela como actor internacional entre 1989 e 1993 respondieron a las responsabilidades asignadas en ese programa. Cabe precisar además que este programa gubernamental le otorgó un papel fundamental a la política exterior en el contexto de las otras políticas públicas, dada la necesidad de que Venezuela lograra una agresiva inserción internacional a objeto no sólo de apoyar el proceso de apertura económica, sino de enfrentar en forma inmediata los

problemas de deuda externa y de disminución de los precios del petróleo (2002, p. 129).

A política exterior da Venezuela manteve sua linha de ação tradicional, a qual priorizava as relações com o Norte do continente: o Caribe, o Canadá, e, em especial, os Estados Unidos, os maiores importadores do petróleo venezuelano. Uma “relação especial” com os Estados Unidos também era almejada uma vez que um bom relacionamento com a superpotência sugeria a possibilidade da obtenção de privilégios no novo cenário internacional; a Venezuela adotava, assim, uma postura subserviente perante o gigante do norte.

A partir de 1990, essa relação “especial” entre Venezuela e Estados Unidos foi reforçada com a troca de visitas presidenciais. O resultado foi a assinatura de acordos de cooperação em diversos campos e, principalmente, a garantia de aumento do fornecimento de petróleo por parte da Venezuela aos Estados Unidos (ROMERO, 2002), uma vez que a Guerra do Golfo dificultara a importação de petróleo daquela região.

Mas o tema da integração também recebeu atenção especial do novo governo, estando entre os objetivos específicos da política exterior de Carlos Andrés Pérez. Para Ruiz e Vielma, os câmbios na política econômica venezuelana significaram a revalorização da integração dentro da estratégia de desenvolvimento nacional (1997, p. 103). O novo enfoque dado à integração tinha como propósito fortalecer as instituições de cooperação sub-regional e reativar a cooperação sul-sul. Também estava entre os objetivos específicos do governo Pérez desenvolver uma ativa diplomacia comercial em âmbito bilateral e multilateral, orientada a incrementar as exportações não tradicionais e a vincular o país com espaços econômicos ampliados mediante acordos de livre comércio, e reforçar essas iniciativas econômicas através da conformação de alianças estratégicas em diversos âmbitos (SERBIN, 1992 apud ROMERO, 2002, p. 129).

Ruiz e Vielma explicam que, no início do governo de Carlos Andrés Pérez, uma vez que a Comunidade Andina encontrava-se estagnada, o G-3 se apresentou como a alternativa mais importante na política de integração venezuelana. Contudo, a dinâmica econômica e de integração na América Latina e Caribe não permitiram que o G-3 desenvolvesse todo seu potencial. Como resultado, a política de integração venezuelana foi reavaliada, e o país, diante da falta de dinamismo do G-3, optou por voltar-se para o sul (1997, p. 106).

De hecho, el objetivo central de la política de integración del gobierno Caldera ha sido lograr algún tipo de patrón asociativo – o incluso la plena incorporación en el

MERCOSUR –. Se puede alegar que el carácter caribeño, sudamericano, amazónico de Venezuela le permite participar en diversas iniciativas de integración (RUIZ; VIELMA, 1997, p. 106).

Para Romero, a política externa da Venezuela, sob o governo de Carlos Andrés Pérez, caracterizou-se pelo “alto perfil”. Seu dinamismo, segundo esse autor, foi o resultado de um projeto mais “coherente e estrechamente vinculado con as realidades y circunstancias nacionales e internacionales” (2002, p. 130). Contudo, a atividade internacional venezuelana acabou sendo freada pelas tentativas de golpe de Estado, em 1992; pela saída de Carlos Andrés Pérez da Presidência, em 1993, sob acusações de corrupção, bem como pela situação de instabilidade política e econômica interna que se seguiu a esse episódio. Segundo o mesmo autor, os reflexos da crise sobre a política externa venezuelana ainda podiam ser sentidos, mesmo que em menor grau, nos primeiros anos do governo de Rafael Caldera (ROMERO, 2002, p. 144).

#### 4 RELAÇÕES ENTRE BRASIL E VENEZUELA (1990 – 1998)

Se durante quase todo o Século XX, apesar de vários ensaios e tentativas, não houve avanços significativos no relacionamento entre Brasil e Venezuela, na década de 1990, contudo, as relações entre os dois vizinhos se intensificaram e cresceram em importância. No presente capítulo tem-se como objetivo analisar as relações entre Brasil e Venezuela no período que vai do ano de 1990 a 1998. Pretende-se, primeiro, confirmar a ocorrência de transformações, tanto quantitativas quanto qualitativas, nas relações entre Brasil e Venezuela ao longo desses nove anos pesquisados; depois, uma vez confirmadas essas mudanças, se buscará identificar quais são suas **características** e explicitar quais os **fatores** que as explicam. Apesar da opção pela ênfase nos aspectos econômicos e políticos, serão levados em consideração, também, quando relevantes, aspectos de outra ordem, como, por exemplo, culturais e de segurança.

Para facilitar a organização do capítulo, este será subdividido de acordo com os mandatos de cada um dos três presidentes brasileiros ao longo desse período. A primeira parte corresponde, assim, ao governo de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992), primeiro presidente democraticamente eleito no Brasil, ao final de 1989, após mais de vinte anos de ditadura militar. A segunda parte corresponde aos dois anos de governo de Itamar Franco (1993 – 1994), que, vice-presidente do governo anterior, assumiu a Presidência da República no dia 29 de dezembro de 1992, em decorrência do *impeachment* de Collor. A última parte deste capítulo restringe-se ao primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), o qual foi reeleito em 1998, graças a uma alteração da Constituição Federal efetuada durante o seu primeiro governo, que passou a permitir a reeleição do Presidente da República.

Na Venezuela, Carlos Andrés Pérez (1989 – 1993) assumira a Presidência da República, em 1989, um ano antes de Collor e esteve no poder até maio de 1993, quando, meses antes do fim de seu mandato, foi afastado do cargo pelo congresso sob acusações de corrupção. O governo Pérez, desta forma, corresponde, no Brasil, a todo o período Collor e aos primeiros meses do governo Itamar Franco. Nos meses que se seguiram ao desligamento de Pérez, até a posse do novo presidente, eleito no final de 1993, o cargo de Presidente da República foi ocupado, em caráter provisório, pelo senador Ramón J. Velásquez. Rafael Caldera, que, como Carlos Andrés Pérez, já havia sido presidente da Venezuela algumas décadas antes, venceu as

eleições e governou o país pelos cinco anos seguintes (1994 – 1998). Assim, o primeiro ano do governo Caldeira correspondeu ao último de Itamar Franco, e os quatro anos restantes coincidiram com o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

#### **4.1 Governo Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) e Governo Carlos Andrés Pérez (1989 – 1993)**

A década de 1990 iniciou-se, tanto no Brasil quanto na Venezuela, assim como em quase todos os países da América do Sul, com presidentes comprometidos com ajustes estruturais que garantissem liberalização da economia, privatizações, desregulamentação e reformas fiscais. Fernando Collor e Carlos Andrés Pérez tinham, portanto, e não por coincidência, metas de governo muito semelhantes.

Após uma década assombrada pelo fantasma da dívida externa, seus esforços se centravam predominantemente nas negociações para a reestruturação da dívida junto ao FMI e ao Banco Mundial, negociações essas condicionadas à adoção de “programas econômicos viáveis”, ou seja, a que os países devedores reformassem suas economias de acordo com os conceitos de viabilidade desses organismos financeiros internacionais (RHODES, Sep 12, 1992, p. 22, tradução nossa). Os novos presidentes do Brasil e da Venezuela, no entanto, não teriam grandes dificuldades para se ajustar a tais exigências, pois pertenciam à nova leva de líderes políticos que chegava ao poder na América Latina, no fim dos anos 1980 e início dos 1990, e que tinham o perfil considerado ideal pelos credores: demonstrava vontade política, forte liderança e era abertamente comprometida com as reformas (RHODES, Sep 12, 1992, p. 22, tradução nossa).

Brasil e Venezuela, com Collor e Pérez como presidentes, respectivamente, consideravam-se em sintonia quanto a suas percepções – “seja ante o cenário internacional, seja no que diz respeito a nossa agenda bilateral”<sup>37</sup>. As políticas exteriores dos dois governos, apesar de priorizarem o bom relacionamento com os Estados Unidos, uma vez que esses é que ditavam as políticas dos organismos financeiros internacionais, também se preocupavam com o âmbito regional. Os processos de integração, quando dentro dos princípios do “regionalismo aberto”, eram percebidos como meio para garantir uma melhor inserção internacional dos

---

<sup>37</sup> Ministro das Relações Exteriores Francisco Rezek, em discurso pronunciado dia 19 de junho de 1990, Brasília. In: **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 65, março, abril, maio e junho de 1990, p. 37.

países membros. O governo Collor levou adiante o plano de integração sub-regional iniciado por Alfonsín e Sarney na década anterior. Assim, enquanto Brasil e Argentina, juntamente com Uruguai e Paraguai, estavam envolvidos com a criação do MERCOSUL, a Venezuela priorizava suas relações com o Caribe e a América Central e com os países do Pacto Andino, do qual fazia parte. Mas, apesar de o Brasil e a Venezuela estarem envolvidos com projetos de integração distintos, o processo de aproximação entre os dois vizinhos, que se iniciara de forma mais efetiva na década de 1980, manteve seu rumo.

Dentro da lógica dos demais processos de integração, os governos de Collor e de Pérez dedicaram especial atenção à integração comercial. Este processo, contudo, só poderia avançar se fosse possível justificá-lo dentro do contexto do regionalismo aberto anteriormente descrito, o que foi feito de forma exemplar pelo Ministro da Economia da Venezuela, Miguel Rodríguez:

‘A integração com os Estados Unidos é inexorável e, fortalecendo antes nossa integração comercial, poderemos tornar a integração com eles não vertical, mas talvez oblíqua’, disse o Ministro. ‘É preciso pensar num Merconorte’, brincou.<sup>38</sup>

Nos primeiros anos da década de 1990, Brasil e Venezuela já apresentavam um intercâmbio comercial bastante significativo. A embaixada do Brasil em Caracas, através do SECOM (Setor Comercial), mantinha uma intensa atividade voltada para a promoção comercial entre os dois países. Este setor era o responsável por responder às consultas formuladas por exportadores e importadores, brasileiros e venezuelanos. Cabia-lhe disponibilizar listas de fornecedores e preços, informar sobre o regime legal de importação e tratamento tributário para diferentes produtos e divulgar concorrências abertas para execução de novos projetos e oportunidades de negócios em geral. Também promoviam encontros entre empresários dos dois países e prestavam apoio a empresas brasileiras com interesses comerciais na Venezuela<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> A declaração, publicada pelo jornal *Gazeta Mercantil*, no dia 16 de agosto de 1991, foi dada após uma reunião entre o Ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, e empresários brasileiros, cujo tema principal foi a integração comercial entre os dois países (Negociação de tarifas com a Venezuela. **Gazeta Mercantil**, 16 ago. 1991).

<sup>39</sup> O material pesquisado no Arquivo Histórico do Itamaraty demonstra a intensa atuação do SECOM, da Embaixada do Brasil em Caracas, na promoção comercial entre os dois países. A título de ilustração: Ofício n. 280, 18 out. 1990. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Secretaria de Estado. Relatório bimestral de atividades do SECOM (junho-julho); Ofício n. 428, 26 nov. 1991, Regime tarifário. Consulta da Sony; Ofício n. 430, 27 nov. 1991, Dados estatísticos de importações; Ofício n. 09, 08 jan. 1992, Promoção comercial. Realização de feiras e exposições na Venezuela.

Segundo Renato Prado Guimarães, Embaixador do Brasil em Caracas na época, o comércio bilateral entre Brasil e Venezuela, nos três últimos anos, “tem apresentado grande dinamismo, especialmente depois da crise do Golfo Pérsico, em 1990, quando voltou a comprar petróleo venezuelano”.

No ano passado, a Venezuela apresentou uma taxa de crescimento do PIB de 8,5%. Dados oficiais confirmam que país não tem infra-estrutura necessária para absorver tal crescimento, conseqüentemente, têm surgido inúmeras oportunidades de negócios, fazendo da Venezuela um mercado cada vez mais promissor. O empresariado brasileiro tem estado atento a essas indicações – o número de consultas e visitas tem crescido significativamente, assim como o número de empresas brasileiras que abriram escritório ou designaram representante na Venezuela nos últimos dois anos<sup>40</sup>.

O comércio entre os dois países atingiu em 1991 US\$ 817 milhões e em 1992 US\$ 757 milhões, o que, apesar da pequena queda no último ano, ainda representava um aumento total de 24% em dois anos, em relação ao volume alcançado em 1990 (US\$ 610,8). A balança comercial mostrou-se favorável ao Brasil em 1991, com superávit de US\$ 88 milhões (US\$ 452 milhões de exportações brasileiras à Venezuela, contra US\$ 364 milhões de exportações venezuelanas ao Brasil, dos quais US\$ 335 milhões relativos a petróleo e derivados), e em 1992, com superávit de US\$ 235 milhões (US\$ 496 milhões de exportações brasileiras à Venezuela, contra US\$ 261 milhões de exportações venezuelanas ao Brasil, dos quais US\$ 237 milhões relativos a petróleo e derivados).<sup>41</sup>

Mas, apesar de positivos, esses números indicam, quando comparados com os dos últimos anos da década de 1980, apenas uma recuperação das exportações brasileiras. Em 1988, o comércio entre os dois países atingiu US\$ 704 milhões e a balança comercial mostrou-se favorável ao Brasil, com superávit de US\$ 408 milhões (US\$ 556 milhões de

<sup>40</sup> Telegrama n. 765, 08 out. 1992, enviado pela Embaixada do Brasil em Caracas à Secretaria de Estado, em Brasília.

<sup>41</sup> Dados em CISNEROS; RODRIGUES; SUZZARINNI, 1998.

Outra fonte pesquisada foi o site Aliceweb (<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>. Acesso em 24 abr. 2007). Os dados sobre o comércio entre Brasil e Venezuela obtidos nesse site apresentam, de modo geral, pequenas diferenças em relação aos dados em Cisneros; Rodrigues; Suzzarinni. Estes autores, que em sua pesquisa também se depararam com discrepâncias estatísticas ao analisarem diferentes fontes, explicam as desigualdades da seguinte forma: “a razón de esta discrepancia puede provenir de que en Brasil se considera que el petróleo y los derivados que importan desde Curazao proviene de Venezuela y con tal son registrados. En el caso de las discrepancias con las exportaciones de Brasil asta Venezuela, puede tener relación con que en Venezuela no se publica la información de donde proviene originalmente el producto importado, sino cuál fue el último país del cuál salió el producto hacia Venezuela.”

Daremos preferência aos dados obtidos em Cisneros, Rodrigues e Suzzarinni até o ano de 1995 (último ano analisado por esses autores), utilizando, a partir de então, os dados do site Aliceweb. Apesar de apresentarem algumas diferenças, as duas fontes mostram, de modo geral, tendências semelhantes de crescimento ou queda dos fluxos comerciais. Contudo, no caso de dados muito contraditórios, estes serão analisados de forma mais detalhada, de acordo com as diferentes fontes. Ver gráficos e quadros com dados estatísticos no anexo A.

exportações brasileiras à Venezuela, contra US\$ 148 milhões de exportações venezuelanas ao Brasil, dos quais US\$ 132 milhões relativos a petróleo e derivados). Em 1989, as exportações brasileiras haviam caído para US\$ 281 milhões, e no ano seguinte para US\$ 261 milhões. Nota-se que, apesar de o volume total de comércio, em 1991 e 1992 (US\$ 817 e US\$ 757 milhões, respectivamente), já ter superado o total de 1988 (US\$ 704 milhões), as exportações brasileiras, mesmo apresentando valores crescentes, ainda encontravam-se abaixo do valor atingido em 1988 (US\$ 452 e US\$ 496 milhões em 1991 e 1992, respectivamente, contra US\$ 556 milhões em 1988). A recuperação do superávit brasileiro no ano de 1992 ocorreu mais em função de uma queda nas importações de petróleo venezuelano pelo Brasil naquele ano do que por um aumento significativo de suas exportações.

A explicação dessa retração nas exportações brasileiras nos anos de 1989 e 1990 (que se repetiria nos anos de 1993 e 1994) estaria, segundo Cisneros, Rodrigues e Suzzarinni (1998), nas oscilações da economia venezuelana, pois coincide com os anos de recessão. A declaração do Ministro de Relações Exteriores da Venezuela, Reynaldo Figueredo Planchart, ao falar das expectativas de recuperação do comércio bilateral em 1990, corrobora com a explicação acima:

O intercâmbio comercial entre Brasil e Venezuela, que caiu de cerca de US\$ 700 milhões em 1988 para aproximadamente US\$ 400 milhões no ano passado, deverá apresentar sensível recuperação neste ano. Isto será possível graças à melhoria da situação econômica do país.<sup>42</sup>

As exportações venezuelanas ao Brasil, por sua vez (com exceção do ano de 1992, já referido anteriormente), apresentaram um crescimento constante, impulsionadas, principalmente, pelo aumento na venda de petróleo a partir de 1990<sup>43</sup>. Em artigo do O Globo, do dia 12 de outubro de 1990, era anunciado que o Brasil já conseguira, “há poucos dias, que o governo da Venezuela aumentasse em cerca de 500% sua cota mensal de exportação para o Brasil, que agora está em 50 mil barris por dia”, e que o país vizinho fora o primeiro a socorrer o Brasil na crise. Para essa negociação foram mantidos contatos entre a PETROBRAS e a PDVSA<sup>44</sup>. O mesmo assunto também foi notícia nos jornais venezuelanos.

---

<sup>42</sup> O Intercâmbio em Recuperação. **Gazeta Mercantil**, 25 jun. 1990. De acordo com o artigo, as expectativas para 1990 eram de melhoria na situação econômica da Venezuela: a inflação deveria ficar entre 25% e 30%, contra 80% do ano anterior; o PIB, que no ano anterior foi de -10,5%, deveria apresentar um crescimento de 1% ou 2%; e o déficit fiscal teria uma redução, ficando abaixo de 3% contra 8,5% do ano anterior. O país também recebera, depois de sete anos sem obter dinheiro novo da comunidade internacional, US\$ 8 bilhões do FMI e do Banco Mundial, e esperava receber outros US\$ 4 bilhões em linhas de crédito da Itália e da Espanha.

<sup>43</sup> Ver gráficos e quadros com dados estatísticos no anexo A..

<sup>44</sup> Collor Debate Crise Energética em Caracas. **O Globo**, 12 set. 1990.

Em telegrama enviado ao Ministério das Relações Exteriores, a Embaixada do Brasil em Caracas reporta o conteúdo de um destes artigos, o qual, além de reforçar o que fora publicado no Brasil, informa sobre novas negociações entre a PETROBRAS e a PDVSA, as estatais do petróleo do Brasil e da Venezuela, respectivamente:

Desde setembro deste ano, Venezuela aumentou a cota de exportações de petróleo ao Brasil, de 6.000 a 55.000 barris diários, como consequência da crise do Oriente Médio, de onde a PETROBRAS importa praticamente a metade do consumo brasileiro. Este contrato de ‘*suministro adicional*’ termina em dezembro.

[...]

São Paulo – As companhias estatais de petróleo do Brasil e Venezuela, PETROBRAS e PDVSA, respectivamente, iniciaram negociações no Rio de Janeiro para a assinatura de um novo contrato de ‘*suministro petrolero*’ em 1991.<sup>45</sup>

Foram as exportações de petróleo venezuelano, portanto, que, nos primeiros anos da década, garantiram um aumento significativo do volume total de comércio e possibilitaram um melhor equilíbrio na balança comercial entre os dois países.

Ao fim de 1992, havia expectativas de um futuro ainda mais promissor para o comércio bilateral entre Brasil e Venezuela. Para o Embaixador do Brasil em Caracas, a renovação do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº13 (AAP.CE n. 13)<sup>46, 47</sup>,

---

<sup>45</sup> Telegrama n. 751, 19 out. 1990. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Brasil-Venezuela. Petróleo. Venda ao Brasil. Notícia de jornal.

<sup>46</sup> O AAP. CE n. 13, assinado ao amparo do Tratado de Montevideu de 1980, não se encontra mais em vigor de acordo com o site da ALADI ([www.aladi.org](http://www.aladi.org). Acesso em 20 de março de 2007). Provavelmente substituído pelo AAP.CE n. 27, de 15 jul. 1994.

Acordos de Alcance Parcial (AAP): “são Acordos firmados entre alguns países-membros da ALADI, não exigindo a participação de todos os membros da Associação. São utilizados como uma forma de aprofundar o processo de integração regional, por meio de sua progressiva multilateralização”.

AAP. CE - Acordos de Alcance Parcial de Complementação Econômica (ou ACE): “os Acordos de Complementação Econômica têm por objetivo impulsionar o desenvolvimento dos países-membros da Associação mediante a complementaridade dos sistemas produtivos da região. Podem ser mais abrangentes, incluído todo o universo tarifário, ou possuir um número menor de produtos. Os ACEs comportam desde sistemas de integração sub-regional, como o MERCOSUL e a Comunidade Andina das Nações e acordos de livre comércio, a simples acordos de preferências tarifárias fixas”.

([www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/acoComerciais/int\\_tipAcoAladi.php](http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/acoComerciais/int_tipAcoAladi.php). Acesso em 25 de maio de 2007).

<sup>47</sup> Integrante do Pacto Andino, a Venezuela mantinha com o Brasil uma série de acordos, que vinham estimulando a ampliação do intercâmbio entre os dois países. “Além de signatários do acordo bilateral de Alcance Parcial - AAP (o AAP número 13 permite margens de preferência de até 100% para produtos negociados); a Venezuela e o Brasil mantêm acordo multilateral de Preferência Tarifária Regional (APTR), que prevê que todos os produtos do universo tarifário (salvo os incluídos nas ‘listas de exceções’ dos dois países) podem ser beneficiados com um máximo de 14% de margem de preferência; e há ainda os ‘acordos comerciais setoriais’ firmados entre os dois países, que já beneficiam os setores químico (acordo número 5), fonográfico (acordo número 13), petroquímico (acordo número 16), fotográfico (acordo número 18) e setor de vidro (acordo número 27). Esses acordos setoriais, de caráter multilateral, estão abertos, mediante negociação de mais países da Associação Latino-americana de Integração (ALADI)” (Bons parceiros comerciais do Brasil. **Gazeta**

realizada em setembro do ano anterior, após três anos de negociações, no qual a Venezuela concedia 377 novas referências tarifárias ao Brasil, e este, outras 619 novas referências *arancelarias* a produtos venezuelanos, daria novo incentivo às relações comerciais entre os dois países<sup>48</sup>.

Outros dois temas sobre as relações entre o Brasil e a Venezuela se destacaram nos três primeiros anos da década de 1990: o primeiro foi a crise dos garimpeiros brasileiros, e o segundo, os planos de uma maior integração econômica entre os dois países vizinhos, discutidos em visitas presidenciais e em fóruns multilaterais.

O problema do garimpo ilegal, praticado por brasileiros em território venezuelano, que se aprofundara a partir de abril de 1989, “cuando un profuso flujo noticioso procedente de la frontera dio cuenta de la brusca y provocativa incursión de buscadores ilegales de oro en el territorio venezolano (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 193)”, seria uma preocupação constante dos dois governos ao longo desse período de três anos. Apesar de a construção da estrada BR-174 (que une a cidade de Boa Vista, em Roraima, ao Estado de Bolívar, no sul da Venezuela), iniciada em 1989<sup>49</sup>, ter facilitado o trânsito entre os dois países na altura do marco BV-8, quase junto à fronteira com a Guiana, a região mais problemática foi a da fronteira entre os estados homônimos do Amazonas, brasileiro e venezuelano, em áreas próximas às cabeceiras do Rio Orinoco e da Serra Parima.

En esta parte del territorio nacional [venezolano] la presencia del Estado era prácticamente imperceptible. La demarcación de la frontera presentaba varios tramos sin concluir y sus hitos demarcatorios se encontraban a gran distancia unos de los otros (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 194).

Amplamente divulgada, tanto pela mídia brasileira quanto pela venezuelana, a questão do garimpo ilegal na fronteira entre Brasil e Venezuela gerou uma situação que “alcanzó notoriedad y consternó la opinión pública” (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 194) e que, nas palavras do Chanceler venezuelano, Reinaldo Figueredo Planchart, começava a “encender los ánimos nacionalistas en Venezuela”<sup>50</sup>.

---

**Mercantil**, 06 fev. 1992).

<sup>48</sup> Telegrama n. 765, 08 out. 1992. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Promoção comercial. Projeto BID/MRE. Inclusão dos SECOMS.

<sup>49</sup> Em 89 Brasil Construirá Estrada até a Venezuela. **Correio Braziliense**, 12 nov. 1988.

<sup>50</sup> **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 65, março, abril, maio e junho de 1990, p. 39.

Mas, diante da crise, os governos dos dois países reconheceram a necessidade de medidas conjuntas para reprimir a ação ilegal de garimpeiros brasileiros. Em janeiro de 1990, já se falava em promover um levantamento cartográfico da zona, em construir postos militares e até na colocação de um satélite para rastrear a ação dos garimpeiros<sup>51</sup>. O programa de demarcação foi retomado, e em maio realizou-se a 56ª Conferência da Comissão Mista Venezuelano-Brasileira Demarcadora de Limites. A Campanha de Densificação Serra Parima 1990, com início marcado para setembro de 1990, se propunha a erigir novos marcos e a retificar as coordenadas de outros seis.

Na Venezuela, o governo era pressionado a agir. No final de janeiro, duas comissões da câmara dos deputados, uma de meio ambiente e outra de defesa, demandavam informações quanto às “ações futuras a serem empreendidas pelo governo para evitar a exploração de ouro por garimpeiros na Venezuela e proteger a ecologia na região fronteiriça”<sup>52</sup>. Mas o problema persistia, e em maio a Casa Amarela informava a embaixada do Brasil em Caracas que foram “detectados, no início de abril último, acampamentos de garimpeiros nas proximidades dos marcos P3 e P4”<sup>53</sup>.

No encontro ministerial de junho de 1990, em Brasília, novamente falou-se na necessidade de uma ação conjunta, de que participassem os dois países, no combate ao garimpo ilegal na região de fronteira, bem como da criação de programas de cooperação e da consolidação da integração física e do espaço econômico. Em seu discurso, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Rezek, falou da importância de “fortalecer ainda mais os vínculos que unem este país à Venezuela”, sendo imprescindível para tal a conclusão da estrada BR-174, primeira ligação terrestre entre os dois países, e a execução do novo programa de cooperação fronteiriça, necessário para resolver, “dentro da tradição amistosa de nossas relações, [...] os problemas conjunturais do efetivo acercamento entre nossos povos, inclusive nas zonas lindeiras”<sup>54</sup>. O Chanceler da Venezuela, Reinaldo Figueredo, por sua vez, declarou que “en más de una ocasión he expresado el criterio que no conviene ‘garimperizar’ nuestra agenda”, pois o Brasil se mostrou diligente na busca por soluções para o problema, e a

---

<sup>51</sup> Brasil e Venezuela Unem-se no Combate ao Garimpo Ilegal. **Jornal do Brasil**, 19 jan. 1990.

<sup>52</sup> Telegrama n. 068, 26 jan. 1990. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores.

<sup>53</sup> Ofício n. 134, 15 maio 1990. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Secretaria de Estado.

<sup>54</sup> **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 65, março, abril, maio e junho de 1990, p. 37-38.

Venezuela, diante do grande potencial existente, tem interesse em “incrementar y mejorar los nexos comerciales” com o Brasil<sup>55</sup>.

O encontro foi encerrado com a assinatura de um acordo para o estabelecimento de um “Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral”, nos termos do Convênio Básico de Cooperação Técnica, de 1973, que visava principalmente às necessidades das áreas fronteiriças, e de um memorandum que estabelecia um “Mecanismo Político de Consulta”, com o objetivo de “analisar assuntos de interesse para ambos os países, tanto no âmbito bilateral, bem como os de caráter regional e mundial”<sup>56</sup>.

O encontro ministerial de junho de 1990 serviu também para preparar o encontro presidencial que se realizaria dia 20 do mês seguinte, quando o presidente Fernando Collor, ao visitar Roraima, se encontraria com Carlos Andrés Pérez na fronteira entre os dois países, junto ao marco BV-8, e depois visitaria a cidade venezuelana de Santa Elena do Uairém<sup>57</sup>. O local do encontro era significativo, pois o marco BV-8 é o ponto onde a estrada ‘*Gran Sabana*’, que liga Caracas à fronteira, se une com a BR-174. Enquanto a primeira esperava pela inauguração de seus 330 km de asfalto, os 213 km do lado brasileiro, que unem a fronteira a Boa Vista, ainda estavam por asfaltar<sup>58</sup>.

Esse primeiro encontro oficial entre Fernando Collor e Carlos Andrés Pérez recebeu ampla cobertura da mídia nacional. Foram vários os assuntos abordados na reunião entre os presidentes e, ao final do encontro, foram selados vários acordos: assinaram uma Declaração Conjunta Brasil-Venezuela, na qual declaravam “a prioridade que seus governos atribuem à cooperação entre os dois países e, em particular, à promoção do desenvolvimento econômico e da defesa do meio ambiente das regiões fronteiriças”; anunciaram a criação de uma “Comissão de Cooperação Fronteiriça Brasileiro-Venezuelana” e aproveitaram a ocasião “para examinar temas importantes da agenda bilateral e internacional”, como a necessidade de reforçar o processo de aproximação entre os dois países e de discutir a “Iniciativa Bush para as Américas”, proposta de George Bush, então presidente dos Estados Unidos. A questão dos garimpeiros foi tratada dentro de um enfoque maior: a proteção do meio ambiente. Ambos os presidentes reconheceram “que o processo de integração regional entre os dois países pressupõe a interconexão viária entre os dois países” e o “Presidente Collor reiterou a

---

<sup>55</sup> Idem, p. 39.

<sup>56</sup> Idem, p. 61.

<sup>57</sup> Integração Reúne Brasil e Venezuela. **Jornal do Brasil**, 18 jul. 1990.

<sup>58</sup> Collor e Pérez Debatem ‘Plano Bush’. **Folha de São Paulo**, 21 jul. 1990. Política A-5.

prioridade que o seu Governo atribui à construção do trecho da BR-174, entre a cidade de Boa Vista e o Marco BV-8”<sup>59</sup>.

Os Ministros de Relações Exteriores do Brasil e da Venezuela, Francisco Rezek e Reinaldo Figueredo Planchart, respectivamente, assinaram, por ocasião do encontro presidencial, um Memorandum de entendimento entre os dois países que estabelecia um “Mecanismo Político de Consulta”, que tinha como objetivo de “analisar assuntos de interesse para ambos os países, tanto no âmbito bilateral, bem como os de caráter regional e mundial”. O Ministro Francisco Rezek propôs, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, um Acordo, por troca de notas, para o estabelecimento de um “Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral”, nos termos do Convênio Básico de Cooperação Técnica, de 1973, “com a finalidade de elaborar um Programa de Cooperação, sintonizado com as necessidades e prioridades de cooperação técnica em ambos os países, e de identificar projetos específicos de interesse comum, particularmente nas áreas fronteiriças”<sup>60</sup>.

De acordo com artigo da Folha de São Paulo, nada de concreto ficou acertado durante o encontro. “Apesar disso o presidente Pérez disse que Brasil e Venezuela estão ‘aprendendo na crise que o caminho certo é o da integração’” e que “o início de uma relação permanente entre Brasil e Venezuela é a melhor promessa que podemos fazer a nossos povos”<sup>61</sup>. Para o Correio Braziliense, “o único resultado concreto do encontro de ontem entre os presidentes do Brasil e da Venezuela foi o comprometimento do presidente Fernando Collor de terminar a BR-174”. Esse mesmo artigo destaca ainda a declaração feita pelo então secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, presente à reunião: “Esse encontro é um importante marco. Pela primeira vez, dois presidentes de países da América Latina se encontram para manifestar o desejo de preservar a Amazônia e de estabelecer convênios para a proteção dos índios”<sup>62</sup>.

A visita oficial que o presidente dos Estados Unidos, George Bush, faria em setembro a quatro países da América Latina, entre eles Brasil e Venezuela, também foi discutida pelos dois presidentes, os quais decidiram buscar um ‘um enfoque comum’ junto aos presidentes dos outros dois países: Carlos Menem, da Argentina, e Patricio Aylwin, do Chile. O objetivo era mostrar a “América Latina com as mesmas aspirações em relação à proposta do mercado

---

<sup>59</sup> **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 66, julho, agosto e setembro de 1990, p. 89-90.

<sup>60</sup> **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 65, março, abril, maio e junho de 1990, p.61.

<sup>61</sup> Collor e Pérez Debatem ‘Plano Bush’. **Folha de São Paulo**, 21 jul. 1990. Política A-5.

<sup>62</sup> Brasil e Venezuela Iniciam Integração. **Correio Braziliense**, 21 jul. 1990. Política.

comum”, bem como “propostas sincronizadas sobre as questões da dívida externa, livre comércio e meio ambiente”<sup>63</sup>.

A realidade, no entanto, não correspondeu às boas intenções então expressas pelos dois presidentes. As dívidas acabaram sendo negociadas de forma independente por cada Estado, o que enfraqueceu o poder de barganha destes, e, por ocasião da visita de Bush, “o posicionamento do Brasil foi de total passividade e espera das diretrizes que deveriam vir de Washington”, tanto em relação à questão da dívida quanto aos rumos da integração hemisférica (PREZA JÚNIOR, 2002, p. 138).

Na reunião do Grupo do Rio, em Caracas, no dia 13 de outubro, Fernando Collor e Carlos Andrés Pérez voltaram a se encontrar, mas desta vez em companhia dos presidentes dos demais países membros do Grupo<sup>64</sup>. Foram retomados temas como a Iniciativa para as Américas e a importância de integração entre os países do continente, a proteção ambiental e a dívida externa; além desses assuntos, abordou-se o problema da crise energética e da necessidade de programas que garantissem a segurança energética para a América Latina<sup>65</sup>. Para evitar o delicado tema do garimpo ilegal na fronteira, Collor se negou a dar entrevistas à imprensa venezuelana. O clima de tensão foi amenizado pelas declarações apaziguadoras de Renato Prado Guimarães, Embaixador do Brasil em Caracas, e pelo Chanceler venezuelano, Reinaldo Figueredo, que salientaram a coincidência de pontos de vista entre os dois governos e o sucesso da coordenação das duas chancelarias na busca de soluções para o problema fronteiro (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 194).

A necessidade de soluções para a questão do garimpo nas zonas fronteiriças entre os dois países continuava exigindo que ambos os governos buscassem coordenar suas ações. Com este objetivo, foi realizada, dia 14 de novembro, em Brasília, a II Reunião de Vice-Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Venezuela<sup>66</sup>. Diversos aspectos da cooperação bilateral foram discutidos e, com a assinatura da Ata de Brasília, compromissos anteriormente

---

<sup>63</sup> Collor e Pérez Debatem ‘Plano Bush’. **Folha de São Paulo**, 21 jul. 1990. Política A-5; Collor e Pérez Defendem Integração Latino-Americana. **Jornal do Brasil**, 21 jul. 1990.

<sup>64</sup> Além dos presidentes do Brasil e da Venezuela, estavam presentes Carlos Menem, da Argentina; Patricio Aylwin, do Chile; Carlos Salinas, do México; Luiz Alberto Lacalle, do Uruguai; César Gaviria Trujillo, da Colômbia, e Rodrigo Borja, do Equador. Dos nove integrantes do Grupo do Rio, apenas o presidente do Peru não compareceu, pois não obteve autorização do Congresso de seu país para viajar.

<sup>65</sup> Collor Debate Crise Energética em Caracas. **O Globo**, 12 out. 1990.

<sup>66</sup> A delegação brasileira foi presidida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores, e a delegação venezuelana pelo Embaixador Fernando Gerbasi, *Vice-Ministro das Relaciones Exteriores*.

assumidos foram reiterados, como o relativo “às ações destinadas a inutilizar pistas e heliportos clandestinos existentes nas áreas fronteiriças com a Venezuela”; à “implementação das medidas necessárias à preservação do ecossistema amazônico” e “recuperação das áreas devastadas pelas atividades de garimpo”; à necessidade de avaliação da situação das populações indígenas ao longo da fronteira entre os dois países e da preservação do habitat Ianomâmi; a programas de cooperação técnica em várias áreas; à importância da “Campanha Extraordinária de Adensamento de Marcos na Serra da Parima-91”; à cooperação militar e ao estabelecimento de um “Esquema de Cooperação Recíproca para a Detecção, Vigilância, Verificação e Controle de Penetração e das Atividades Ilegais dos garimpeiros na Região Fronteiriça”<sup>67</sup>.

A campanha de adensamento de marcos da linha fronteiriça entre Brasil e Venezuela, planejada para o ano de 1991, fora aprovada pelo presidente Collor em outubro e teve sua implementação efetivada no referido encontro. O objetivo era obter uma maior precisão demarcatória e corrigir as imperfeições cartográficas que fossem constatadas<sup>68</sup>. De acordo com o Itamaraty, a imprecisão no traçado do mapa oficial e a escassez de marcos na região de Serra da Parima demonstravam o “desinteresse de ambos os países por uma fronteira sem conflitos e até então sem interesse econômico”. Mas a ação dos garimpeiros alterou o status da região, tornando necessário encontrar o divisor de águas, previsto pelo tratado de 1859<sup>69</sup>. Medições mais apuradas, realizadas durante a campanha, acabaram alterando o mapa oficial. De acordo com o publicado nos jornais da época, a correção do traçado da linha divisória entre os dois países acabou beneficiando a Venezuela, uma vez que a representação cartográfica antiga atribuía ao Brasil aproximadamente cinco mil quilômetros quadrados que, pelo tratado de 1859, ainda hoje válido, pertenciam de fato ao país vizinho<sup>70</sup>.

Ao contrário do que ocorreu em 1990, no ano seguinte não houve grande número de eventos oficiais envolvendo altos mandatários dos dois governos. No campo cultural, a Embaixada do Brasil em Caracas, que atuava permanentemente na promoção da cultura brasileira no país vizinho, continuou realizando suas inúmeras atividades e eventos<sup>71</sup>. A

---

<sup>67</sup> **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 67, outubro, novembro, dezembro de 1990, p. 93-96.

<sup>68</sup> **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 68, janeiro, fevereiro, março de 1990, p. 278.

<sup>69</sup> Brasil corrige fronteira com Venezuela, comissão mista demarcará fronteira entre os dois países. **Jornal de Brasília**, 20 jan. 1991. Outros jornais brasileiros também publicaram matérias semelhantes: **Estado de São Paulo**, 22 jan. 1991. **Jornal da Tarde**, 25 jan. 1991. **Jornal de Brasília**, 27 jan. 1991.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

<sup>71</sup> Durante a pesquisa realizada no Arquivo Histórico do Itamaraty encontramos uma extensa documentação sobre esse permanente trabalho realizado pela Embaixada do Brasil em Caracas. O Instituto Brasil-Venezuela, a

agência Brasileira de Cooperação (ABC), através da Embaixada do Brasil, e a *Oficina Central de Coordinación y Planificación* (CORDIPLAN) seguiram implementando acordos de Cooperação Técnica, nas mais diversas áreas, previamente negociados entre os dois países<sup>72</sup>.

Foi apenas no fim do ano, em novembro de 1991, que Carlos Andrés Pérez veio ao Brasil numa visita oficial de três dias. O Presidente venezuelano, que viajou acompanhado de uma comitiva de cerca de quarenta empresários<sup>73</sup>, tinha como principal objetivo promover o avanço do intercâmbio comercial entre os dois países. Mas também constavam da agenda questões relativas ao meio ambiente e à demarcação de terras indígenas; ao início das negociações de um acordo de Complementação Econômica e à criação da Comissão Bilateral Fronteiriça incumbida da densificação dos marcos de fronteira<sup>74</sup>.

Dentre os assuntos tratados, foi dada especial atenção à demarcação de uma reserva indígena do povo ianomâmi, localizada entre os estados de Roraima e Amazonas, na fronteira com a Venezuela. A parte da reserva localizada no lado venezuelano já havia sido demarcada um ano e meio antes. Devido ao seu caráter binacional, os dois governos reconheceram que seria impossível controlar o deslocamento dos índios através da fronteira, de forma que, para manter a unidade da reserva, decidiram não impor restrições à circulação da população ianomâmi dentro do espaço demarcado<sup>75</sup>. Apesar de aclamada por ambientalistas, a ação do governo também recebeu pesadas críticas. A localização da reserva numa região limítrofe, sempre considerada estratégica, preocupou setores nacionalistas do Estado brasileiro, como o setor militar. Mesmo ferindo a lógica mais elementar de defesa, oferecendo riscos à soberania territorial do país (PREZA JÚNIOR, 2002), o presidente tentava minimizar o impacto da decisão ao declarar:

---

ela vinculado, tinha como uma de suas principais funções divulgar e ensinar a língua portuguesa e promover cursos de cultura brasileira. Eram frequentes concertos, exposições, ciclos de palestras, de filmes e a promoção da arte brasileira de um modo geral.

<sup>72</sup> Alguns exemplos: Telegrama n. 279, 04 maio 1990. Cooperação técnica. Brasil-Venezuela. Missão da ABC. Contatos preliminares; Telegrama n. 672, 12 dez. 1991. CT. Brasil-Venezuela. Encontro de trabalho na CORDIPLAN. Ambos enviados da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Ofício n. 148, 10 abr. 1991, CT. Brasil-Venezuela. Cursos de segurança e proteção de instalações petroleiras; Ofício n. 409, 08 nov. 1991, CT. Brasil-Venezuela. Transportes urbanos.

<sup>73</sup> Pérez inicia hoje visita ao Brasil. Comitiva de presidente da Venezuela inclui 40 empresários. **Estado de São Paulo**, 17 nov. 1991.

<sup>74</sup> Relações bilaterais de confiança. **Gazeta Mercantil**, 20 nov. 1991; Perez quer mais intercâmbio. **Jornal de Brasília**, 17 nov. 1991.

<sup>75</sup> Collor e Pérez unificam política indígena. **Folha de São Paulo**, 19 nov. 1991.

Com a decisão de hoje a soberania continua intacta e saiu reforçada.<sup>76</sup>

Outro tema que recebeu particular destaque nesse encontro foi a integração latino-americana. Em entrevista publicada dia 17 de novembro no Jornal de Brasília, o presidente da Câmara Venezuelano-Brasileira de Comércio e Indústria, José Francisco Marcondes, apesar de pessoalmente acreditar que “a vocação da Venezuela seria reforçar a participação no Pacto Andino e aproximar-se do bloco econômico formado por Estados Unidos, Canadá e México”, dizia crer que o “especial interesse [de Pérez] na integração latino-americana” seria a razão de “seu empenho pessoal em estabelecer uma frente com o Brasil”<sup>77</sup>. No jantar oferecido ao Presidente Carlos Andrés Pérez no Palácio do Itamaraty, no dia 18, o discurso de Collor, ao exaltar os avanços nas relações entre Brasil e Venezuela, destacando suas diversas facetas, dizia:

Penso, sobretudo, nos sólidos alicerces do diálogo político que desenvolvemos, e que há de ser um dos pontos de apoio para dar impulso aos projetos de integração continental, que transformarão a América Latina num modelo de paz e desenvolvimento.

[...]

O tempo latino americano é um tempo de integração<sup>78</sup>.

Carlos Andrés Pérez, por sua vez, destacou a importância da integração latino-americana em diferentes ocasiões. Em discurso no Congresso Nacional defendeu a integração latino-americana e a consolidação da democracia<sup>79</sup>, e, em palestra intitulada ‘Novas Oportunidades e Desafios da Integração Latino-Americana a partir de uma Perspectiva Hemisférica e Global’, proferida na Universidade de Brasília, declarou:

na presente década, nossos países, ao mesmo tempo que vão abrindo suas economias, têm como tarefa iniludível a integração regional, numa perspectiva hemisférica.

[...]

---

<sup>76</sup> **Revista Veja**. 20 nov. 1991 (apud PREZA JÚNIOR, 2002, p.129).

<sup>77</sup> Perez quer mais intercâmbio. **Jornal de Brasília**, 17 nov. 1991.

<sup>78</sup> **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 69, segundo semestre de 1990, p. 157-162.

<sup>79</sup> Pérez propõe a reformulação da economia sul-americana. **Correio Braziliense**, 20 nov. 1991.

A integração responde à necessidade de um bloco aberto, dinâmico, exportador, no qual o âmbito regional torna-se indispensável para robustecer o crescimento, o desenvolvimento tecnológico e a capacidade competitiva<sup>80</sup>.

Ao final da visita foi divulgado um Comunicado Conjunto, o qual enfatizava a necessidade de medidas que acelerassem a integração do continente; para dinamizar esse processo de integração, “atribuíram a mais alta prioridade ao pleno aproveitamento dos mecanismos do Tratado de Montevideu de 1980”<sup>81</sup>. Na declaração de Pérez, ficam evidentes os princípios do “regionalismo aberto” da CEPAL, ou, como preferem alguns autores, a percepção da integração regional como alternativa à globalização, dentro da qual os benefícios da liberalização poderiam ser alcançados (KELLY; ROMERO, 2005, p. 64).

Após a visita a Brasília, Carlos Andrés Pérez viajou a São Paulo, onde, entre outros compromissos, prestigiou, no dia 20, o IV Encontro Brasil-Venezuela, promovido pela Câmara Venezuelano-Brasileira de Comércio e Indústria, e almoçou na Fiesp<sup>82</sup>. Entretanto, segundo artigo da Gazeta Mercantil, apesar dos vários eventos, dos discursos e da presença de vários empresários venezuelanos na comitiva de Pérez<sup>83</sup>, a viagem do Presidente da Venezuela ao Brasil não trouxe resultados práticos imediatos:

Nos diversos encontros entre empresários brasileiros e cerca de quarenta venezuelanos falou-se muito da necessidade de integração comercial, mas nenhum negócio foi fechado, reconheceu o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.<sup>84</sup>

As negociações oficiais sobre o aumento das importações do petróleo venezuelano por parte do Brasil, sobre a compra e venda de equipamentos e sobre a possibilidade de investimentos conjuntos por parte de empresas estatais dos dois países – PETROBRAS /PDVSA e Companhia Vale do Rio Doce/*Corporación Venezolana de Guayana*<sup>85</sup> também

<sup>80</sup> País reduz taxas para petróleo venezuelano. **Jornal de Brasília**, 19 nov. 1991.

<sup>81</sup> Comunicado Conjunto. In Relações bilaterais de confiança. **Gazeta Mercantil**, 20 nov. 1991.

<sup>82</sup> Venezuela quer mais comércio com o Brasil. **Folha de São Paulo**, 17 nov. 1991.

<sup>83</sup> Alguns exemplos publicados na mídia brasileira: “Com a meta de se transformar no maior parceiro comercial do Brasil na América Latina – atualmente a Argentina é a líder – a Venezuela acena com a possibilidade de formação de *joint ventures* em setores como construção civil, mineração, indústria elétrica e maquinário agrícola.” In Venezuela quer ser principal parceira comercial do Brasil. **Estado de São Paulo**, 17 nov. 1991. Carlos Andrés Pérez chega hoje a Brasília para uma visita oficial de três dias. Ele deve discutir com Fernando Collor formas para aumentar o intercâmbio comercial entre os dois países, em especial a cota diária de 55 mil barris de petróleo importados pelo Brasil da Venezuela. In: Perez quer mais intercâmbio. **Jornal de Brasília**, 17 nov. 1991. Intercâmbio mais forte – empresários venezuelanos querem fazer da Venezuela o principal parceiro econômico do Brasil dentro da América Latina (Collor e Pérez decidem por comércio. **Gazeta Mercantil**, 19 nov. 1991).

<sup>84</sup> Brasil comprará mais petróleo da Venezuela. **Gazeta Mercantil**, 21 nov. 1991.

<sup>85</sup> PETROBRAS negocia aumento de suas importações de óleo da Venezuela. **Gazeta Mercantil**, 21 nov. 1991. Pérez inicia hoje visita ao Brasil. Comitiva de presidente da Venezuela inclui 40 empresários. **Estado de São**

não trouxeram efeitos naquele momento. Contudo, a falta de resultados imediatos não é, necessariamente, sinônimo de fracasso: negociações entre a PETROBRAS e a PDVSA foram encaminhadas<sup>86</sup>, e a oportunidade de novos negócios muito provavelmente foi criada.

De fato, seminários com o objetivo de estudar perspectivas e promover negócios conjuntos não eram novidade; o último deles tinha ocorrido na *Ciudad Guaiana*, em agosto daquele ano<sup>87</sup>. Sabe-se também que o volume total de comércio entre os dois países, no ano de 1991, teve um crescimento de 34% (já referido acima). E, no início de 1992, quando as relações entre Brasil e Venezuela foram estremecidas por um incidente ocorrido na região de fronteira entre os dois países (sobre o qual trataremos mais detalhadamente a seguir), o presidente da Câmara Brasil-Venezuela de Comércio e Indústria, José Francisco Marcondes, preocupado com as conseqüências da crise, declarou:

Esse incidente está ganhando proporções grandes demais. Nosso receio é que todo trabalho de reaproximação que tem sido feito entre os dois países possa perder velocidade.

[...]

O comércio que vinha caindo está crescendo e isso prova que existe um grande potencial a ser explorado naquele país<sup>88</sup>.

Nesta ocasião, o presidente da Câmara ainda citou o fechamento de um acordo de complementação econômica, que seria assinado pelo presidente Carlos Andrés Pérez no dia 10 de fevereiro daquele ano, em Manaus, como exemplo da política de aproximação entre Brasil e Venezuela<sup>89</sup>. Conclui-se, portanto, que, independentemente da visita presidencial ter resultado ou não em negócios imediatos, a tendência, naquele momento, era de crescimento nas relações entre Brasil e Venezuela, tanto no campo comercial quanto no político.

De outro lado, o problema do garimpo ilegal em terras venezuelanas ganhou novas proporções em razão do incidente anteriormente referido: no dia 16 de janeiro, um avião

**Paulo**, 7 nov. 1991.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

<sup>87</sup> Telegrama n. 442, 21 ago. 1991. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Seminário sobre perspectivas de negócios conjuntos. O texto se refere a convite enviado ao Embaixador do Brasil para que este participasse do seminário sobre “Perspectivas de Negócios Associados (*joint-ventures*) entre Brasil e Venezuela”, que se realizaria em *Ciudad Guaiana*, no mês de agosto. Informava também que o Embaixador pretendia comparecer ao evento, tendo em vista a importância da região de *Guaiana* para o desenvolvimento do comércio bilateral entre os dois países e eventual integração fronteiriça.

<sup>88</sup> Empresários temem que o conflito na fronteira afete comércio entre os países. **Gazeta Mercantil**, 04 fev. 1992.

<sup>89</sup> *Ibidem*.

Cessna, com cinco garimpeiros, foi derrubado pela Guarda Nacional da Venezuela; três tripulantes sobreviveram, um foi morto durante o ataque, e o piloto, ferido e capturado, morreu no Forte Parima B, para onde fora levado. No dia 27 do mesmo mês, quatro caças venezuelanos invadiram o espaço aéreo brasileiro, segundo informou a Funai, e, na madrugada do dia 28, aviões venezuelanos bombardearam uma área, a cerca de dez quilômetros da fronteira com o Brasil, onde trabalhavam ilegalmente garimpeiros brasileiros<sup>90</sup>.

Apesar de o problema não ser novo e de as autoridades venezuelanas já terem entrado em conflito inúmeras vezes com garimpeiros brasileiros que haviam cruzado ilegalmente a fronteira, a derrubada do avião, mesmo tendo sido considerada “apenas na esfera diplomática, e não militar”<sup>91</sup>, foi classificada pelo governo brasileiro como um “ato hostil, grave”<sup>92</sup>. Na ocasião, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Rezek, declarou que o episódio do Cessna

...está provocando ‘um mal-estar’ entre os dois países. [...] ‘Em função do episódio, houve uma perda da qualidade na relação política. Um desgaste momentâneo’.

‘Não abonamos as atividades ilegais dos garimpeiros, no nosso território, nem em qualquer outro. Queremos apenas que o causador do episódio assumas os efeitos resultantes de perdas humanas’.<sup>93</sup>

Mas o episódio, de acordo com declaração do Ministro, não teve participação direta do governo venezuelano. “Foi uma iniciativa isolada da Guarda Nacional”<sup>94</sup>. E a “ação imediata e severa do governo venezuelano para esclarecer definitivamente o ocorrido”, uma vez que as investigações concluíram que “houve disparos contra a aeronave brasileira” e que o piloto foi morto após ter sido capturado, acabou por tranquilizar o governo brasileiro, que a considerou “um testemunho do ânimo de cooperação entre os dois países, sempre dentro de um espírito de confiança e transparência”<sup>95</sup>.

Os problemas na região de fronteira mal haviam sido contornados, quando um desencadear de novos eventos deixaram a descoberto a gravidade da situação interna, tanto no

---

<sup>90</sup> Venezuela ataca garimpeiros que invadiram país, diz Funai. Versão de brasileiros diz que aviões bombardearam área a 10 km da fronteira. **Folha de São Paulo**, 29 jan. 1992.

<sup>91</sup> Governo brasileiro manda investigar queda do avião. **Jornal do Brasil**, 31 jan. 1992.

<sup>92</sup> Declaração do Embaixador Marcos Azambuja, Ministro Interino das Relações Exteriores, publicada em: Brasil exige explicações. **Jornal da Tarde**, 31 jan. 1992.

<sup>93</sup> Relação entre Brasil e Venezuela é tensa. **Correio Braziliense**, 01 fev. 1992.

<sup>94</sup> *Ibidem*.

<sup>95</sup> Governo exige apuração completa dos fatos. **Estado de São Paulo**, 31 jan. 1992.

Brasil quanto na Venezuela. A grave crise de governabilidade que se instalou nos dois países atraiu a atenção da mídia; os governantes concentraram, então, suas energias nos conflitos internos, e as políticas conjuntas para desenvolver a cooperação e aproximação foram relegadas a um segundo plano.

Por ocasião da visita de Pérez ao Brasil, em novembro de 1991, a Venezuela já vivia uma situação de crise: a inflação alcançava os 100%, batendo o recorde nacional do século, o Produto Interno Bruto diminuía drasticamente, e o desemprego e o emprego informal juntos superavam os 60%. Com a queda na popularidade de Pérez e os graves distúrbios provocados por estudantes revoltados com o alto custo de vida, a visita oficial ao país vizinho acabou ofuscada, não recebendo da mídia venezuelana o destaque habitual (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 195).

No dia 4 de fevereiro de 1992, o governo de Carlos Andrés Pérez sofreu seu primeiro grande golpe. Um grupo do exército, de média patente, formado por membros do *Movimiento Bolivariano Revolucionario-200*, tentou, e quase conseguiu, derrubar Pérez. O movimento, liderado pelo tenente-coronel Hugo Chávez, evocava:

los principios bolivarianos de justicia e soberanía, acusaban una elite corrupta de apropiarse de la riqueza de la nación, socavar su soberanía financiera, no proteger las fronteras, ampliar la brecha entre ricos e pobres, y emplear a los militares para reprimir las protestas sociales (CORONIL, 2002, p. 419-420).

O repúdio à tentativa de golpe, por parte do Brasil, foi expresso em uma nota da presidência: “É com veemência que, em nome dos brasileiros e de seu governo, condeno a ação que se desenvolve contra a legítima vontade do povo venezuelano, consubstanciada pelo respeito à Constituição”; outra nota condenando aquele ato foi subscrita pelos presidentes de 16 países latino-americanos<sup>96</sup>. Em declarações publicadas igualmente no *Correio Braziliense*, o embaixador da Venezuela no Brasil, Sebastian Alegrett, “atribuiu a rebelião planejada por uma espécie de ‘direita primitiva’ a uma possível insatisfação ao programa que está sendo implementado pelo governo”; para Roberto Fonseca, presidente da Sílex Trading, no entanto, o golpe deveria servir de alerta:

aos governos latino-americanos, inclusive ao Brasil’. Ele se refere ao rígido programa de estabilização econômica que o governo de Pérez está aplicando em seu país, recomendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). ‘O receituário do

---

<sup>96</sup> Collor diz que houve afronta à democracia. *Correio Braziliense*, 05 fev. 1992.

FMI é eficiente, mas o custo social também é muito alto e pode gerar situações extremamente difíceis', observou<sup>97</sup>.

Dez meses mais tarde, no dia 27 de novembro, oficiais de alta patente, incluindo alguns da força aérea, tentaram novamente derrubar o governo de Pérez. Um telegrama enviado pela Embaixada Brasileira ao Ministério das Relações Exteriores no Brasil, no dia 28, confirma a informação de que “a Aeronáutica foi a força que mais efetivamente participou da rebelião” e informa ainda que o “Governo proclama situação sob controle”. Segundo a mesma mensagem, embora cinquenta mortes fosse o balanço preliminar da rebelião, “as proporções desta, contudo, e sua violência, sugerem que a cifra poderá ser consideravelmente maior. O *Palácio Miraflores* foi seriamente afetado pelos bombardeios”<sup>98</sup>. Essa segunda tentativa de golpe de Estado foi mais violenta, mas não obteve o mesmo apoio popular que a de fevereiro, cujo líder, Hugo Chávez, que acabou ganhando a simpatia de certos setores da população, se converteu em um tipo de “herói popular” (CORONIL, 2002, p. 420).

Também em 1992, a derrota do partido de Pérez, a AD, nas eleições para *gobernadores y alcaldes*, deixava ainda mais explícita a perda de popularidade do presidente. Para Coronil, contudo, a abstenção de quase 50% dos eleitores foi ainda mais significativa, ao revelar o repúdio da população aos partidos em geral e a descrença nas instituições democráticas venezuelanas (2002, p. 420).

As tentativas de golpe e o resultado das eleições eram um sintoma da grave crise de governabilidade enfrentada por Pérez. Seu governo passou a ser percebido cada vez mais como fonte de instabilidade política, e a sua destituição do cargo de presidente, já então considerada pela coletividade a melhor solução, se tornava cada vez mais iminente.

Diante de toda essa conjuntura, a política exterior venezuelana perdeu seu dinamismo e entrou em um processo de desaceleração que acompanhava, no sentido diametralmente oposto, o crescer da instabilidade na política interna.

No Brasil, a situação não era muito diferente. Após dois anos de governo, planos de estabilização e modernização da economia adotados por Collor haviam fracassado. O processo inflacionário recrudescia. As denúncias de corrupção em escala nunca antes vista, arraigada nos mais altos escalões, abalaram a credibilidade do governo. E o empresariado,

---

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Telegrama n. 850, 28 nov. 1992. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Venezuela. Política interna. Nova tentativa de golpe. Desdobramentos.

prejudicado com a abertura do mercado às importações e, em muitos casos, achacado pelos esquemas de extorsão, mostrava-se cada vez mais descontente. (BANDEIRA, 2004, p. 78).

Diante da gravidade da situação, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi convocada, o esquema de corrupção investigado, e o envolvimento de Collor comprovado. A população, indignada, realizou protestos por todo o país. Pressionado de todos os lados, o Congresso acabou instaurando um processo de *impeachment* no dia 29 de setembro de 1992, e Collor foi afastado do governo. No dia 29 de dezembro daquele mesmo ano, ao ser aprovado pelo Senado, o *impeachment* foi consumado, e o vice-presidente Itamar Franco, que governava como presidente interino desde o dia 2 de outubro, foi então empossado Presidente da República.

No início de seu governo, Collor pregava que a adoção dos preceitos neoliberais seria suficiente para garantir, num mundo globalizado, o “progresso” e a inserção internacional do Brasil. Acreditava, também, que uma atitude de submissão aos Estados Unidos poderia “assegurar ao Brasil a boa vontade e a cooperação internacionais necessárias ao ingresso no Primeiro Mundo e até mesmo, quem sabe, tratamento mais favorecido entre os países latino-americanos” (BATISTA, 1993, p. 112). Contudo, a falta de atitudes condescendentes, da parte dos Estados Unidos ou de qualquer outro país rico, acabou por decepcionar o governo. Nas palavras de Preza Júnior, “a frustração com os rumos da globalização e a falta da devida atenção do mundo desenvolvido para com os esforços modernizadores empreendidos pelo governo brasileiro” levaram o governo a alterar, mesmo que minimamente, seu discurso. Esse passou a fazer referência à

permanência da desigualdade socioeconômica entre economias ricas e pobres e a existência de restrições à transferência de tecnologia dos países centrais para os periféricos, assim como o crescimento do protecionismo nas economias centrais, em clara contradição com os princípios de livre comércio apregoados pelos seus representantes. Ao mesmo tempo, a crítica não se materializava em um conjunto de ações da diplomacia brasileira no sentido de retomar um diálogo mais profícuo com parceiros do Sul; muito pelo contrário, de forma difícil de interpretar, a atuação diplomática brasileira seria de retraimento nas suas relações bilaterais com seus parceiros do Sul – talvez, com exceção do MERCOSUL – e de alinhamento sistemático com as posições dos países desenvolvidos (2002, p. 172-173).

Em uma breve retrospectiva desses três primeiros anos analisados, pode-se perceber que no ano de 1990 houve uma ativa atuação da diplomacia brasileira e da venezuelana – com encontros e reuniões envolvendo de vice-ministros aos dois presidentes da república. No ano seguinte, no entanto, já ocorreu uma sensível redução nas atividades diplomáticas, sendo a

visita de Carlos Andrés Pérez ao Brasil, em novembro, o único evento de maior destaque. Por fim, no ano de 1992, as crises dominaram o cenário político nos dois países, atraíram a atenção da mídia e não deixaram espaço para uma diplomacia regional mais ampla e ativa, ou seja, que fosse além do MERCOSUL, para o Brasil, e da CAN, para a Venezuela.

Mas essa intensificação das relações entre os dois países nos primeiros anos dos governos de Fernando Collor e de Carlos Andrés Pérez teve, antes de tudo, razões práticas. Por um lado, a crise do garimpo ilegal, que por sua vez também envolvia questões ecológicas, indígenas e de demarcação de fronteira, exigiu ações concretas por parte dos dois governos; por outro, havia interesse em estimular o intercâmbio comercial, que, com exceção do crescimento nas exportações de petróleo venezuelano para o Brasil, vinha apresentando uma tendência de queda em relação aos últimos anos da década anterior.

A integração da América Latina, por sua vez, foi tema recorrente em vários encontros, presidenciais e ministeriais. Como a intensificação das relações com os Estados Unidos era então tida como inevitável, principalmente depois da proposta de Bush de criar uma Área Hemisférica de Livre Comércio, uma maior integração comercial entre os países latino-americanos passou a ser percebida como a melhor forma de fortalecer a economia da região. O objetivo era tentar compensar, mesmo que minimamente, as enormes assimetrias existentes entre as economias dos países do sul do continente e a do gigante do norte<sup>99</sup>.

Contudo, até o fim de 1993, nenhum novo plano de integração – excetuando-se os sub-regionais em andamento: MERCOSUL, Comunidade Andina, G-3 – havia avançado no continente. Ao se referir à fronteira amazônica, Preza Júnior reforça que as ações diplomáticas bilaterais do governo brasileiro nessa região estavam relacionadas essencialmente a questões práticas (às quais, no caso da Venezuela, já se fez referência acima). Mas, “além dessas questões, o discurso diplomático não passou da tradicional retórica da possível expansão dos

---

<sup>99</sup> Apesar da proposta de Bush, também conhecida como Iniciativa Bush, ter despertado a consciência de que a união dos países do sul do continente poderia trazer vantagens na hora de eventuais negociações com os Estados Unidos, Batista salienta que, mesmo como uma idéia ainda a ser discutida e com contornos mal definidos, a Iniciativa Bush também apresentava “suficiente imantação, pelo seu simples anúncio, para atrair individualmente vários países latino-americanos e perturbar processos de integração sub-regional”. Foi nesse contexto que o governo brasileiro, sob orientação do Itamaraty, buscou “obter com os demais parceiros do MERCOSUL o compromisso de só conversarem como um grupo com os Estados Unidos” (1993, p. 111). O Resultado foi a assinatura do Acordo 4 + 1 (também conhecido como *Rose Garden Agreement*), em junho de 1991, entre os integrantes do MERCOSUL e os Estados Unidos. Esse assegurou a integridade dos primeiros como bloco, impedindo negociação bilateral com os Estados Unidos por parte de qualquer um de seus quatro membros (1993, p. 122).

planos de integração aos países da região que porventura desejassem colaborar com a futura formação de um mercado livre regional” (2002, p. 156).

No caso específico do Brasil, poder-se-ia questionar até que ponto a política de integração e cooperação (com exceção do MERCOSUL) foi realmente levada a sério pelo governo. Ao passar do deslumbramento inicial a um posicionamento levemente mais crítico em relação à globalização, o governo Collor, num movimento que Preza Júnior classifica como “difícil de interpretar”, ao invés de aprofundar suas relações bilaterais com os parceiros do sul, agiu no sentido contrário, retraindo-se (2002, p.173). Como lembra Batista, o Itamaraty não teve uma participação direta na elaboração da política externa do governo Collor. Quando pôde, no entanto, coube-lhe “uma atuação minimizadora do custo de algumas posturas presidenciais” (1993, p. 122). Deve-se considerar ainda que, segundo o mesmo autor, o Itamaraty apresentou na gestão Celso Lafer “uma visão mais sofisticada do cenário internacional, embora não haja tido reflexos práticos na ação governamental” (1993, p. 122). A importância dada à integração, a exemplo do Acordo 4 + 1, que garantia a unidade do MERCOSUL nas futuras negociações com os Estados Unidos, reflete esta visão mais aguçada. As contradições existentes, no entanto, nada mais eram do que consequência das ambigüidades e da falta de rumo que caracterizou a política externa do governo Collor.

As principais iniciativas da política externa brasileira, ao basearem-se, sobretudo, nas percepções do próprio presidente, foram marcadas por uma postura irrealista. Ao Itamaraty teria cabido tentar atuar de forma a compensá-las (CANANI, 2004, p. 38).

A Venezuela, nesse período, continuava privilegiando a sua relação com os países andinos e com o Caribe, estando particularmente empenhada em promover o G-3. Mesmo assim, segundo Romero, a política exterior do governo Pérez, mais coerente e ativa que a do governo anterior, tinha como um dos seus objetivos específicos reativar a cooperação sul-sul. Ao buscar o fortalecimento das relações com o Brasil, teria como prioridade temas relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento (ROMERO, 2002). Em termos comerciais, o Brasil passou a representar um bom mercado para o petróleo venezuelano, principalmente a partir da Guerra do Golfo. No entanto, todo esforço inicial do governo venezuelano para promover a intensificação das relações com o país vizinho, o qual teve seu ponto culminante na visita de Pérez ao Brasil em novembro de 1991, acabou desperdiçado em consequência da crise política que se instalou no país. Nas palavras de Romero:

Todo este dinamismo de la política exterior venezolana, no solo en el frente petrolero sino en los otros frentes de política internacional, se vio frenado tras los dos intentos de golpe de Estado de 1992, la salida de Pérez de la Presidencia de la República en 1993 y durante el gobierno de transición de Ramón J. Velásquez, ya que la situación de inestabilidad e incertidumbre política interna pasó a ser el centro de atención principal. Incluso, este proceso de desaceleración de la actividad internacional venezolana también se observó, aunque en menor grado, durante los primeros dos años del gobierno de Rafael Caldera ( 2002, p. 144).

Independentemente da seriedade com que Collor e Pérez conduziram os diferentes projetos de integração e cooperação, o processo de aproximação entre Brasil e Venezuela não sobreviveu ao caos político e econômico que se instalou nos dois governos, crise que culminou no *impeachment* do primeiro, nos últimos dias de 1992, e no afastamento do segundo, na metade do ano seguinte.

#### **4.2 Governo Itamar Franco (1993 – 1994) e a Transição Governamental na Venezuela: Pérez, Velásquez e Caldera**

No dia 29 de dezembro de 1992, o vice Itamar Franco, depois de três meses como presidente interino, período marcado pelas incertezas decorrentes da indefinição do desfecho do processo de *impeachment*, prestou juramento como presidente da república. A posse efetiva conferia maior legitimidade ao novo governo, permitindo-lhe uma atuação mais independente e assertiva. Contudo, esta seria limitada em grande parte pelas intensas articulações e disputas pelo poder entre os diferentes grupos do espectro político.

A dúvida que surgia, então, era se o governo de Itamar daria continuidade às reformas neoliberais iniciadas por Collor, ou se redirecionaria os rumos da economia brasileira. Não fica claro, no entanto, se o que ocorreu foi continuação, com ajustes e adaptações, dentro do paradigma neoliberal, ou um questionamento desse paradigma. Bandeira destaca que Itamar Franco,

embora não mostrasse entusiasmo pelo neoliberalismo, devido à sua tendência nacionalista, não reverteu, contudo, o programa de reformas econômicas, que Collor de Melo, desastrosamente, começara, nem modificou as diretrizes da política exterior, cuja condução entregou ao senador Fernando Henrique Cardoso, nomeado Ministro das Relações Exteriores (BANDEIRA, 2004, p. 79).

De acordo com o embaixador Celso Amorim, “houve uma ‘noção de que era preciso (...) não voltar ao passado, totalmente’, mas, sim, moderar tanto o discurso quanto a prática, e examinar alguns temas com maior cautela” (apud BANDEIRA, 2004, p. 79-80).

O novo governo prosseguiu com a abertura do mercado e mesmo com as privatizações (BANDEIRA, 2004, p. 80), mas desacelerou o ritmo das mudanças. A política de reaproximação com os Estados Unidos foi mantida, mas mediante a criação de uma agenda mais produtiva, com ênfase em novas áreas de cooperação (BANDEIRA, 2004, p. 80). No âmbito bilateral também ocorreu uma revisão das ações do país. “A prioridade conferida às relações com os vizinhos da América Latina deveria ser reforçada, especialmente com os da América do Sul” (CANANI, 2004, p. 69).

Para Vizentini, “Itamar defendia a importância da noção de soberania nacional e destacava a necessidade da participação do Estado na economia de um país em desenvolvimento como o Brasil” (2003, p.85). O desenvolvimento - que, segundo Cervo, “não desapareceu no horizonte da política externa brasileira ao encerrar-se, em 1989, o ciclo desenvolvimentista [...]”, mas apenas deixara de ser “o elemento de sua racionalidade” - foi reintroduzido no discurso oficial pelo novo presidente. Considerado o “objetivo maior da política externa” (CERVO; BUENO, 2002, p.458), o desenvolvimento deveria ser alcançado através da multilateralização e universalização desta.

Assim, a política externa recebeu uma atenção especial desse governo, sendo utilizada, de acordo com Canani, de forma a compensar as limitações da política interna brasileira, decorrentes da complicada conjuntura nacional. O objetivo era “posicionar o país de forma mais favorável e independente no cenário internacional, funcionando como um canal privilegiado para a promoção do desenvolvimento” (2004, p. 42). Para o Ministério das Relações Exteriores foi nomeado Fernando Henrique Cardoso. Ao Itamaraty foram restituídas suas atribuições históricas e maior autonomia na formulação da política externa do novo governo. “A política externa brasileira do período visava, segundo declarava [o Ministro], à integração do país no sistema internacional de forma democrática, segundo os valores da sociedade brasileira [...]” (VIZENTINI, 2003, 85).

A consolidação do MERCOSUL continuava sendo prioridade para o governo brasileiro. Contudo, desde fins de 1992 o bloco enfrentava diversas crises. Entre outras causas, Canani cita “a assimetria entre as economias do bloco e a rapidez com que o processo está sendo conduzido”, o que dificultava “a adaptação de setores afetados pelas reduções tarifárias”. No Brasil, a grave crise política e econômica se tornara “um obstáculo para a coordenação de políticas macroeconômicas, indispensáveis para que o mercado comum avançasse dentro do prazo previsto” (2004, p. 75). Ainda de acordo com o mesmo autor, o Brasil não poderia,

neste contexto, restringir suas possibilidades de concertação política e econômica na América do Sul à integração sub-regional do cone-sul. Seria limitar as chances de o país garantir uma inserção internacional dinâmica no novo cenário internacional. (CANANI, 2004, p. 75).

Foi dentro desta lógica que, durante a reunião do Grupo do Rio em Buenos Aires, em dezembro de 1992, Itamar Franco propôs aos sete países amazônicos - Colômbia, Suriname, Venezuela, Guiana, Equador, Peru e Bolívia - a Iniciativa Amazônica. Com essa iniciativa, o governo tentava revitalizar o Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978, ao mesmo tempo em que avançava na direção da expansão da integração da América do Sul. É também interessante notar que, não por coincidência, a proposta foi feita alguns meses após os Estados Unidos, Canadá e México haverem assinado (em outubro) o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA<sup>100</sup>), programado para entrar em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 1994<sup>101</sup>. A Iniciativa, que no ano seguinte se desdobraria na proposta de criação da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA), tinha como objetivo, portanto, constituir um contrapeso à implementação do NAFTA, mediante a formação do espaço econômico sul-americano.

Nas palavras do governo brasileiro:

A Iniciativa Amazônica constitui importante gesto político do Governo brasileiro, que procura, desta maneira, adensar os vínculos com os países da região amazônica. Nossos parceiros do MERCOSUL foram informados dessa iniciativa, que visa contribuir para o processo de integração regional e estreitar os laços entre os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica.

Além dos objetivos de adensamento das relações econômicas e do diálogo político com os países da região, a Iniciativa Amazônica, ao contemplar a assinatura de Acordos de Complementação Econômica, contribuiria para uniformizar e facilitar o processo de renegociação de nossos acordos com os países integrantes da ALADI, no período posterior à entrada em vigor do MERCOSUL.<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> Em português: Associação de Livre Comércio da América do Norte.

<sup>101</sup> Em análise feita pela embaixada do Brasil em Caracas sobre as “implicações e repercussões da entrada em vigor do NAFTA” e qual a possibilidade de a Venezuela vir a fazer parte do mesmo, o Embaixador Clodoaldo Huguene Filho conclui que, “de longe, o principal parceiro das exportações não-tradicionais da Venezuela e das suas importações é os Estados Unidos. Daí, segue, observar a importância do NAFTA para a Venezuela é atentar para o seu relacionamento com os Estados Unidos”. (Telegrama n. 035, 17 jan. 1994. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores).

<sup>102</sup> Ofício s/n. 02 abr. 1993. Enviado pelo Ministério das Relações Exteriores à Embaixada Brasileira em Caracas. Iniciativa Amazônica. Grupo Andino. Resposta brasileira à Comissão do Acordo de Cartagena. – O Ministério das Relações Exteriores esclarecia a posição do governo brasileiro ao propor a Iniciativa Amazônica em carta a ser entregue ao Presidente da República da Venezuela e ao Presidente da Comissão do Acordo de Cartagena, que recomendara uma posição conjunta dos países do Grupo Andino em relação à iniciativa brasileira de negociar Acordos de Complementação Econômica.

Na proposta ficava evidente a ênfase dada à cooperação econômica, que deveria se dar dentro dos marcos da ALADI. Contudo, como lembra Canani, não se pode desprezar o importante significado político da Iniciativa. A esta estavam relacionadas questões como a necessidade do governo brasileiro de promover o desenvolvimento da região amazônica, de reafirmar sua presença numa região estratégica e de facilitar a solução de conflitos na região de fronteira, como os causados pelos garimpeiros brasileiros ao invadir o território venezuelano (2004, p. 76). Mas, para esse mesmo autor, as motivações eminentemente econômicas atribuídas a essa e outras iniciativas do mesmo tipo, assim como a descrição da diplomacia brasileira no que dizia respeito ao interesse político na expansão do processo de integração regional, tinham como objetivo evitar reavivar suspeitas por parte dos vizinhos de que o Brasil tivesse pretensões hegemônicas na América do Sul.

Menos de um ano depois, em outubro de 1993, já como presidente efetivo, Itamar avançaria nos seus planos de integração da América do Sul ao propor a formação, em dez anos, da Área de Livre Comércio Sul-Americana (já acima citada). Para o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, a proposta da ALCSA, esboçada pelo presidente durante a VII Reunião do Grupo do Rio, em Santiago, era uma das iniciativas que dava novo perfil às relações internacionais brasileiras.

Permitiu ampliar a nossa vocação integradora, já tão presente no MERCOSUL, e trabalhar assim pela afirmação da América do Sul como conceito não só geográfico, mas também político e econômico.

[...] a integração, aberta e não excludente, dos países da América do Sul é a melhor forma de garantir uma participação dinâmica em processos mais amplos e de mais longa maturação.<sup>103</sup>

Apesar de a ALCSA rivalizar com a Iniciativa para as Américas<sup>104</sup>, a proposta de Itamar Franco não significava que a diplomacia brasileira desconsiderasse por completo o projeto de integração do continente proposto pelos Estados Unidos. Enfatizava, no entanto, que a integração no MERCOSUL e na América do Sul eram etapas preliminares. “Com isso, o Brasil sinalizava que estaria disposto a negociar uma proposta norte-americana, mas não

---

<sup>103</sup> **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 74, primeiro semestre de 1994, p. 218-220. Artigos de jornais. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim O legado do governo Itamar. *Jornal do Brasil*, 10 jan. 1994.

<sup>104</sup> A Iniciativa para as Américas, proposta por Bush em meados 1990, a pesar de não ter vingado, evidenciava o interesse dos Estados Unidos em liderar um eventual projeto de integração hemisférica. Esse seria consubstanciado com a proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), feita por Bill Clinton, em dezembro de 1994, durante a Cúpula das Américas, em Miami.

deixaria de lado suas próprias iniciativas.” (CANANI, 2004, p. 93). A ALCSA teria como núcleo o MERCOSUL, a partir do qual seriam negociados acordos de livre comércio com os outros países membros da ALADI. Para Bandeira,

o MERCOSUL e a ALCSA complementavam-se e não eram apenas compatíveis, mas convergentes, uma vez que o avanço do MERCOSUL viabilizaria a ALCSA e vice-versa. E a determinação de realizar esse projeto, em conformidade com as regras do GATT e o Tratado de Montevidéu de 1980, que criou a ALADI, acompanhava a tendência da época, pois o processo de internacionalização, ou globalização, do sistema capitalista estava a tomar extraordinário impulso (2003, p. 493).

A nova iniciativa, além do apoio do MERCOSUL, também contava com o respaldo da Colômbia e da Venezuela, países que, junto com o México, compunham o G-3. Para Cervo, “visto haver-se o México orientado para o norte”, era a “idéia da unidade da América do Sul em marcha, e não mais da América Latina” (CERVO; BUENO, 2002, p. 487).

Para Ruiz e Vielma, a expectativa da Venezuela e da Colômbia ao promoverem o G-3 teria sido exatamente obter um maior acesso ao mercado norte-americano através do México, um dos três países integrantes do NAFTA. Essa expectativa, no entanto, foi frustrada pelo estrito sistema de normas de origem estabelecido pelo NAFTA: em virtude do acordo do G-3, as empresas colombianas e venezuelanas deveriam competir em igualdade de condições com seus similares norte-americanos (1997, p.107). De acordo com esses autores, portanto, a causa da desilusão da Venezuela com o G-3 não foi o fato de o México ter ingressado no NAFTA, foi o fato de ter tido suas expectativas de obter acesso privilegiado ao mercado norte-americano frustradas<sup>105</sup>. A isso se somaram outros problemas, como a crise política e econômica venezuelana, que acabaram afetando a proposta inicial de criar um espaço regional na bacia do Caribe, tendo o G-3 como propulsor, e impossibilitando que o Grupo desenvolvesse todo seu potencial como projeto de integração.

Como consecuencia, el G-3 y la cuenca del Caribe en general han dejado de ser la prioridad en la agenda de integración de Venezuela. Ante el estancamiento de la integración andina y la falta de dinamismo del G-3, Venezuela ha dirigido su mirada hacia el MERCOSUR (RUIZ; VIELMA, 1997, p. 106).

---

<sup>105</sup> O Embaixador do Brasil em Caracas, Clodoaldo Hugueneu Filho, ao sintetizar um artigo de Moisés Naim, membro do Carnegie Endowment, publicado no jornal venezuelano “*El Universal*”, no dia 7 de novembro de 1993, ressalta como “ponto de interesse” a análise que esse autor faz sobre a possibilidade de ampliação do NAFTA para a inclusão de outros países da região antes do final do século e que vem a corroborar com a posição de Ruiz e Vielma. “A seu ver, e com base nas dificuldades que vem tendo nos Estados Unidos a sua aprovação, os países latino-americanos não deveriam alimentar esperanças em participar tão cedo daquele acordo. Mas deveriam dirigir seus esforços para a consecução, primeiro, de um acordo de Livre Comércio Sul-americano.” Ofício n. 324, 19 nov. 1993. Economia. América Latina. Processo de liberalização. Artigo.

A proposta brasileira de criar uma área de livre comércio na América do Sul acabou proporcionando uma alternativa para a Venezuela, que optou por se aproximar do Brasil, com o objetivo de encontrar algum mecanismo de convergência com o MERCOSUL. Este acabaria se tornando, a partir de 1994, com a eleição de Rafael Caldera para Presidente da República (1994-1998), o objetivo principal da política de integração do governo venezuelano (RUIZ; VIELMA, 1997, p. 107).

Essa opção pela aproximação com o Brasil começara a se delinear mais claramente com a realização da Primeira Reunião do Mecanismo Político de Consulta Brasil-Venezuela, em agosto de 1993, em Brasília<sup>106</sup>. Nas seções de trabalho, segundo a ata da reunião, “foi examinada uma agenda abrangente que evidencia a densidade dos interesses comuns aos dois países e perspectivas auspiciosas para o desenvolvimento de suas relações”<sup>107</sup>. Como resultado desse encontro, consultas políticas periódicas foram institucionalizadas entre as duas chancelarias<sup>108</sup> e “as Delegações identificaram áreas de grande potencialidade para o desenvolvimento da cooperação bilateral. [...] Entre outros pontos, foram tratados os seguintes:” diversificação e intensificação do comércio bilateral; Acordo de Complementação Econômica, no âmbito da Iniciativa Amazônica; cooperação entre empresas públicas e privadas; avaliação e seguimento da cooperação fronteiriça em todos os seus aspectos; continuidade da cooperação consular e a ampliação da cooperação cultura<sup>109</sup>.

Mas durante o ano de 1993, a Venezuela, ao contrário do Brasil, que conseguira certa estabilidade política com a conclusão do processo de *impeachment* e a posse de Itamar Franco, enfrentava uma situação econômica caótica<sup>110</sup> e o auge da crise política, que tivera suas origens ainda nas revoltas populares de fevereiro de 1989<sup>111</sup>. A gravidade da crise de

---

<sup>106</sup> Ata da Primeira Reunião do Mecanismo Político de consulta Venezuela-Brasil. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 23-25. A delegação brasileira foi presidida pelo Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores, e a delegação venezuelana pelo Embaixador Fernando Gerbasi, Vice-Ministro das Relaciones Exteriores.

<sup>107</sup> *Ibidem*. p. 23.

<sup>108</sup> *Ibidem*. p. 24. As consultas políticas periódicas foram institucionalizadas com base no “Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta”, assinado em Brasília, em 20 de junho de 1990.

<sup>109</sup> *Ibidem*. p. 25.

<sup>110</sup> SCHWARTZ, Gilson. Liberalismo econômico fracassa na Venezuela. **Folha de São Paulo**, 02 maio 1993. O articulista analisa a situação econômica da Venezuela após quatro anos de neoliberalismo. Diante de um quadro econômico crítico, com uma inflação ainda de 30%, juros elevados, quase metade da população vivendo abaixo da linha da pobreza e tendo que enfrentar uma fuga de capitais sem precedentes, onde se estima em US\$ 60 bilhões o volume de capital que os próprios venezuelanos já remeteram para fora do país, conclui que o país é um dos “mais explosivos laboratórios do neoliberalismo na América Latina”.

<sup>111</sup> Para Stambouli: “las turbulencias políticas conocidas a partir de 1989, que terminaron con la salida prematura

governabilidade enfrentada por Pérez ficara explícita ao longo do ano anterior. As tentativas de golpe de Estado e os resultados eleitorais demonstravam até que ponto Carlos Andrés Pérez havia perdido o apoio popular e o controle sobre os militares. Havia um sentimento coletivo crescente de que a estabilidade política e o bem-estar nacional dependiam da destituição de Pérez da presidência da República (CORONIL, 2002, p. 420).

Em maio, já no último ano de seu mandato, Carlos Andrés Pérez foi acusado de corrupção e afastado do cargo<sup>112</sup>. O senador Ramón J. Velásquez assumiu a presidência, em caráter temporário, até a posse de Rafael Caldera, eleito Presidente da República no final do mesmo ano.

Se houve divergências quanto à legalidade da remoção de Pérez, diz Coronil, todos concordam que foi a elite política que tomou essa medida para salvar um sistema ameaçado. E completa: “igual que había encarnado el mito del progreso, ahora Pérez tenía que simbolizar el mito de que era responsable por su fracaso (2002, p. 421)”.

Rafael Caldera já havia sido eleito presidente da Venezuela mais de vinte anos antes, como candidato do COPEI (*Comité de Organización Electoral Independiente*), e governara de 1969 a 1974. Em 1993, contudo, “en el marco de un grave deterioro de la credibilidad de los partidos políticos (STAMBOULI, 2005, p. 197)”, rompeu com seu partido tradicional e lançou sua segunda candidatura à presidência da República pela *Convergencia Nacional*, uma coalizão de mais de 16 partidos, cuja plataforma criticava as reformas neoliberais (CORONIL, 2002, p. 241).

A vitória eleitoral de Caldera, no dia 5 de dezembro de 1993, marcou o fim do bipartidarismo na Venezuela, onde nos 35 anos anteriores o cenário político havia sido monopolizado pela alternância de poder entre a AD (*Accion Democrática*) e o COPEI. Apesar das eleições terem transcorrido sem grandes percalços, registrou-se naquele ano uma abstenção recorde de 44%, que, segundo Coronil, marcou o início de um crescente sentimento de exclusão política (CORONIL, 2002).

---

de Carlos Andrés Pérez de la Presidencia en mayo de 1993, apenas fueron el comienzo de un ciclo de decaimiento económico y político que aún persiste en la Venezuela de hoy” (2005, p. 188).

<sup>112</sup> Segundo o Estado de São Paulo, ao reportar a crise política na Venezuela, após a denúncia do procurador-geral da República de que, com dois de seus ministros, havia feito uma operação de câmbio com verba secreta, tirando um lucro de US\$ 11 milhões, Carlos Andrés Pérez foi acusado de malversação de fundos públicos e peculato. “O Supremo decidiu haver indícios suficientes para que o presidente fosse julgado e recomendou ao Senado que concedesse licença para o processo. A autorização foi dada na sexta-feira, por unanimidade.” (Impeachment em Caracas. **Estado de São Paulo**, 23 maio 1993).

Logo após as eleições, Caldera, que durante a campanha criticara violentamente as medidas neoliberais adotadas pelo seu antecessor, começou a mudar seu discurso: amenizou as críticas ao livre mercado<sup>113</sup>, passou a reconhecer que a globalização era inevitável e afirmou que não fecharia a economia<sup>114</sup>. Por ocasião da posse, dia 2 de fevereiro de 1994, o discurso proferido pelo novo presidente perante o Congresso da República marcaria, segundo Stambouli, uma ruptura drástica com sua mensagem de campanha. Proclamou o fim da Venezuela rentista e elencou entre os objetivos de seu governo metas típicas de um projeto econômico neoliberal<sup>115</sup>. Rafael Caldera com essa orientação “no sólo se distancia de su propio discurso electoral sino que se acercaba de manera significativa al paradigma de políticas adoptado en 1989 por el gobierno de Carlos Andrés Pérez” (2005, p. 197 e 198).

O contexto de ingovernabilidade<sup>116</sup> e a grave crise financeira<sup>117</sup> por que passava a Venezuela nesse momento, contudo, levou o novo governo a adotar medidas contraditórias. Alguns meses após a posse, no mês de julho, em meio a rumores de golpes de Estado e

<sup>113</sup> A volta de Caldera. **Estado de São Paulo**, 08 dez. 1993.

<sup>114</sup> O presidente eleito, Rafael Caldera, em seu discurso na Câmara de Comércio Venezuelo-Americana, no dia 15 de dezembro de 1993, “procurou tranquilizar investidores norte-americanos sobre indicações de que a política econômica de seu governo seria menos aberta ao comércio e aos investimentos”. Mas ao mesmo tempo que reconhecia que a “globalização econômica é um fato inegável”, deixava claro seu ponto de vista quanto às peculiaridades da América Latina face esta realidade internacional: “as mesmas forças globalizadoras forçamos a ser mais conscientes de nós mesmos, de nossas próprias perspectivas, de nossas próprias necessidades e de nossos próprios interesses”. (Telegrama n. 780, 17 dez. 1993. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Venezuela-Estados Unidos. Discurso do presidente eleito, Rafael Caldera, na Câmara de Comércio Venezuelo-Americana).

<sup>115</sup> Objetivos do governo de Rafael Caldera, de acordo com Estambouli: economía abierta y competitiva, respeto a los equilibrios macroeconómicos, lucha contra la inflación, austeridad en el gasto público, inversión privada como motor del desarrollo, política de privatizaciones, asociaciones estratégicas en materia petrolera, construcción de obras públicas a través de concesiones, sinceración de los precios de los hidrocarburos, establecimiento de los Fondos de Pensiones e eficiencia en la recaudación de impuestos (2005, p. 197).

<sup>116</sup> Segundo Romero, a eleição de um candidato suprapartidarista no pleito de 1993, que ganhou com apenas 30% dos votos válidos, refletia um sistema político fragmentado e atomizado em várias forças políticas. O presidente Caldera iniciou seu mandato sem o respaldo majoritário de um partido e sem uma aliança permanente com o Congresso Nacional. A tentativa de relançar o sistema populista de conciliação de elites que se encontrava em crise não foi bem-sucedida e, apesar de não ter havido “rompimiento del hilo constitucional, las tenciones entre los diversos actores políticos y dentro de las diversas instituciones gubernamentales y no gubernamentales del sistema se mantuvieron y profundizaron” (2002, p. 152).

<sup>117</sup> Três semanas antes da posse de Rafael Caldera, uma crise bancária sem precedentes na América Latina estourou na Venezuela (CORONIL, 1997).

Segundo o Embaixador da Venezuela no Brasil, Sebastian Alegrett, “o país vivia o caos, principalmente, a partir de janeiro, que registrou um grande saque aos bancos, motivado pela quebra do segundo maior banco do país, o Latino. Foi o bastante para desestabilizar todo o movimento financeiro”. MELLO, Teresa. Caldera adotou última solução. **Correio Braziliense**, Brasília, 03 jul. 1994, p. 24.

No Latino, além das poupanças de 1,2 milhões de cidadãos venezuelanos, estavam também fundos do Estado, incluindo os recursos da agência de regulação bancária (CORONIL, 1997, p. 422).

A crise do Latino estaria diretamente relacionada com o afastamento de Carlos Andrés Pérez. De acordo com reportagem do Correio Braziliense: “Pérez jura inocência, mas ainda não conseguiu provar na justiça que não usou de má-fé na manipulação de recursos para o Banco Latino, quando fundos do governo foram parar nos cofres da instituição. O banco faliu e até agora o prejuízo está em US\$ 6 milhões”. BENITZ, Josué. A pobreza e a desconfiança. **Correio Braziliense**, Brasília, 03 jul. 1994, p. 24.

levantamentos populares, Caldera suspendeu garantias constitucionais e estabeleceu uma severa política de controle do câmbio e de preços (CORONIL, 1997; STAMBOULI, 2005), “absolutamente contradictoria con la agenda económica anunciada inicialmente pelo Presidente” (STAMBOULI, 2005, p.199). As medidas de emergência adotadas pelo governo Caldera em nome da preservação do sistema democrático sofreriam a oposição do Congresso, provocando uma crise política que só seria solucionada mediante muita negociação entre os partidos.

Coronil e Romero afirmam, no entanto, que, apesar de Rafael Caldera haver prometido “poner limites a las medidas neoliberales y mejorar los niveles de vida” (CORONIL, 1997, p.425), e haver revertido “prácticamente todas las medidas económicas adelantadas por la administración de Carlos A. Pérez” (ROMERO, 2002, 153), foram a crise financeira e a decorrente falta de recursos para respaldar seus planos que levaria o Presidente, a partir de abril de 1996, a retomar “la senda del ‘neoliberalismo’ e instrumentar una versión moderada de El Gran Viraje, al cual llamó la Agenda Venezuela” (ROMERO, 2002, p. 153), regida pelas demandas do FMI. Nas palavras do próprio Caldera “‘tuve que adoptar estas medidas porque no había más remedio’” (CORONIL, 1997, p.426)<sup>118</sup>.

Romero, por sua vez, diz que foi

a partir de uma severa crítica a las políticas aperturistas seguidas por la administración de Pérez y el gobierno provisional de Ramón J. Velásquez [que] fueron reformuladas las prioridades de la agenda exterior venezolana ya que para esta segunda administración de Rafael Caldera la política exterior también constituía – al igual que la administración Pérez – un instrumento fundamental para la consecución de los objetivos nacionales (2002, p. 148).

Aqui podemos traçar um paralelo com o governo de Itamar Franco, que também valorizou a formulação de política externa brasileira diante de uma política interna em convulsão e da crise econômica que afetava o país. De especial relevância para as relações

---

<sup>118</sup> De acordo com o material enviado pela Embaixada do Brasil em Caracas ao Itamaraty, em março de 1994 Rafael Caldera entrou com pedido de aprovação junto ao Congresso Nacional do ‘*Plan Rosa*’, que propunha a adoção de “política de ajuste fiscal clássico, baseada no corte de gastos públicos e no aumento da carga tributária”. Para o Embaixador Clodoaldo Hugueneu Filho “esse conjunto de medidas representaria a alternativa de Caldeira ao receituário neoliberal”, para ele um “**hibridismo econômico** [grifo nosso] que parece caracterizar o governo Calderas”. (Telegrama n. 202, 12 mar. 1994. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores). Essa idéia de “hibridismo econômico” é reforçada pelas medidas adotadas por Caldera para fazer frente à grave crise cambial que se instalou na Venezuela na metade do ano de 1994. No dia 27 de junho o presidente decretou a suspensão de algumas garantias constitucionais, controle de câmbio e de preços. Apesar dessas medidas, como já foi salientado acima, contrariarem os princípios neoliberais, “o presidente fez questão de salientar que a Venezuela segue aberta aos investimentos estrangeiros e pretende levar adiante seu processo de privatização”. (Telegrama n. 554, 28 jun. 1994. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores).

entre Brasil e Venezuela foi a prioridade dada pelo governo de Rafael Caldera, segundo Romero, às alianças comerciais bilaterais com determinados países, em particular com aqueles de seu entorno imediato. O autor enfatiza que, em matéria de integração, pouco a pouco o novo governo foi se movendo em direção a novos esquemas, como o MERCOSUL e o CARICOM, afastando-se do esquema de integração andina (2002, p. 148-149).

Além do relevo dado às questões econômicas, o novo governo da Venezuela deu destaque aos aspectos geoestratégicos tradicionais de segurança e defesa com seus vizinhos fronteiriços: Brasil, Colômbia, Guyana y Trinidad. Nesse contexto, o desenvolvimento da região sul da Venezuela foi considerado estratégico. Como presidente eleito, Caldera havia inclusive declarado que daria prioridade à retomada de seus planos de '*desarrollo hacia el sur*'<sup>119</sup> com vistas a garantir um desenvolvimento sustentável para a região. "As Forças Armadas seriam chamadas a participar ativamente desses programas garantindo a soberania, preservando o meio ambiente e a integridade das populações indígenas"<sup>120</sup>.

Os objetivos do Brasil e da Venezuela para a região amazônica eram, portanto, convergentes; da mesma forma, a determinação de intensificarem as relações comerciais com seus vizinhos sul-americanos, para além de seus blocos sub-regionais originais, constituía um interesse comum aos dois países. Os conflitos recorrentes na região de fronteira, causados pelos garimpeiros brasileiros que invadiam reservas indígenas e o território venezuelano clandestinamente, já haviam promovido um maior contato diplomático entre os dois países, mas a solução passava por medidas mais complexas do que a simples repressão, exigindo que os dois governos promovessem o desenvolvimento do norte do Brasil e do sul da Venezuela de forma coordenada, se possível. Assim, uma maior cooperação entre os dois países tornava-se essencial para garantir a defesa da soberania da Amazônia e a integração e desenvolvimento sustentável da região de fronteira<sup>121</sup>. Às questões estratégicas somavam-se

---

<sup>119</sup> "O programa de Caldera de desenvolvimento do Sul da Venezuela é a continuidade de um programa interrompido quando terminou a primeira gestão do presidente, em 1974". (TACHINARDI, Maria Helena. "Comissão Binacional deve impulsionar cooperação", diz chanceler venezuelano. **Gazeta Mercantil**, 04 mar. 1994).

<sup>120</sup> Telegrama n. 748, 06 dez. 1993. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Venezuela. Política interna. Eleições. Entrevista de Rafael Caldera à imprensa logo após as eleições. "Respondendo à pergunta de jornalista venezuelano sobre os incidentes com indígenas na região sul da Venezuela, indicou que considera um crime de lesa pátria o abandono dos planos de desenvolvimento da região sul da Venezuela, permitindo que essas áreas fossem exploradas e roubadas por gente estranha."

<sup>121</sup> Em declaração à imprensa, Rafael Caldera, ao se referir ao assassinato de yanomâmis em reserva indígena do lado venezuelano, ressaltou que "o ocorrido meses atrás na selva amazônica contribuiu para abrímos os olhos e fazermos edificar a obrigação que temos de harmonizar nossas políticas e de concertar reforços para ocuparmos essa vasta região amazônica, na qual existem recursos naturais imensos". (TACHINARDI, Maria Helena. Brasil

as econômicas. Brasil e Venezuela tinham grande interesse em promover o crescimento do intercâmbio comercial, que, tendo alcançado quase US\$ 800 milhões no ano anterior, estava aquém de suas potencialidades.

Um mês após a sua posse, dia 2 de fevereiro de 1994, Rafael Caldera, ao convidar o presidente Itamar Franco a uma visita oficial à Venezuela, dava mostras do quão sérias eram suas intenções de buscar soluções para os problemas da região sul de seu país e impulsionar o processo de aproximação com o Brasil. No dia 4 de março, em reunião de trabalho realizada na residência de verão de Rafael Caldera, *La Guzmanía*, os dois presidentes concordaram em “ampliar as áreas de cooperação bilateral e redimensionar as relações entre os dois países”. Declararam também a intenção de “somar esforços a favor da integração e ‘de todas as iniciativas que visem um movimento em direção à zona de livre comércio entre toda a América Latina, com as vantagens de uma zona de integração hemisférica’”<sup>122</sup>.

O resultado desse encontro foi a assinatura, por Rafael Caldera e Itamar Franco, de dois documentos que, concordam os autores<sup>123</sup>, marcam o início de uma nova fase nas relações entre Brasil e Venezuela. No *Protocolo de la Guzmanía*<sup>124</sup>, os presidentes, mediante o compromisso de trabalharem “conjuntamente para la profundización y ampliación de las áreas de cooperación bilateral y de los tradicionales vínculos de amistad existentes entre ambos pueblos y Gobiernos”, acordavam em “establecer una Comisión Binacional de Alto Nivel, [...], la cual será presidida por los ministros de Relaciones exteriores de ambos os países [...]”, que deveria estabelecer em sua primeira reunião “un programa general de traajo y sus respectivas prioridades, a fin de garantizar la creciente obtención de beneficios concretos en la promoción de una cooperación fructífera y duradera”<sup>125</sup>. A Comissão Binacional de Alto Nível, que seria presidida pelos chanceleres Celso Amorim e Miguel Angel Burelli, deveria

---

e Venezuela firmam acordo para coordenar ocupação da região amazônica. **Gazeta Mercantil**, 07 mar. 1994).

<sup>122</sup> Brasil e Venezuela acertam cooperação. **Correio Braziliense**, 05 mar. 1994.

<sup>123</sup> Segundo Vizentini, “depois de um gradual acercamento, ocorreu o salto qualitativo na cooperação bilateral, com a assinatura do *Protocolo de la Guzmanía*” (2003, p. 67). Mendible Zurita afirma que “a partir del encuentre la Guzmanía se produce un salto enorme en el proceso de acercamiento binacional” (1997, p. 197). Na opinião de Vilma E. Petrás, a assinatura do *Protocolo* assinala um novo marco no processo de aproximação entre Brasil e Venezuela (1996). Para Romero, a relação privilegiada com o Brasil se iniciou desde o primeiro ano do governo de Rafael Caldera, quando, por ocasião do encontro presidencial na Venezuela, em março de 1994, a assinatura do *Comunicado Conjunto* e do *Protocolo de la Guzmanía* assentaram as bases de uma “nueva relación de cooperación” (2002, p. 161).

<sup>124</sup> O título completo do texto é: *Protocolo de la Guzmanía* – Protocolo adicional al convenio de amistad y cooperación entre la República Federativa del Brasil y la República de Venezuela del 17 de noviembre de 1977. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 19-21.

<sup>125</sup> *Ibidem*.

assegurar, através do diálogo e de consultas regulares, o bom andamento dos processos de cooperação e integração entre os dois países<sup>126</sup>. Os dois presidentes atribuíam, assim, “alta prioridad a las relaciones bilaterales, elevándolas a una nueva dimensión, a fin de permitir el máximo aprovechamiento de las potencialidades de cooperación e integración entre los dos países, en consonancia con su vocación amazónica, suramericana y latinoamericana”<sup>127</sup>.

O outro documento foi o *Comunicado Conjunto*<sup>128</sup>, no qual os dois chefes de Estado expressavam “su inequívoca determinación de asignar renovado impulso a las relaciones bilaterales dentro del tradicional espíritu de amistad que las ha caracterizado y de una visión prospectiva de integración entre los dos países”. Reforçavam a necessidade de ampliar as áreas de cooperação bilateral e utilizar plenamente os mecanismos de consulta e diálogo político, outorgando-lhes uma nova dimensão e uma alta prioridade<sup>129</sup>. No Comunicado foram especificados vários objetivos a serem alcançados neste novo estágio das relações entre Brasil e Venezuela. Alguns deles faziam parte de projetos anteriores ainda pendentes entre os dois Estados vizinhos: era o caso da ampliação dos laços comerciais através de um acordo de complementação econômica; da possibilidade de ampliação da venda de petróleo venezuelano para o Brasil; da associação da PDVSA com a PETROBRAS no campo da pesquisa; da interligação elétrica entre a usina hidrelétrica de Guri, na Venezuela, e a região Norte do Brasil e da conclusão da pavimentação da BR 174. O documento também se referia à criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana e ao desenvolvimento sustentável da região amazônica, sendo que para este fim seriam criados grupos de trabalhos com a função de estudar a viabilidade de projetos a serem executados em diversas áreas. Os dois presidentes expressaram sua satisfação com as campanhas de adensamento de marcos fronteiriços e enfatizaram a necessidade de aprofundar a cooperação e as políticas de desenvolvimento na região de fronteira, a fim de reforçar a presença dos respectivos Estados nacionais e combater atividades ilegais. Nesse sentido, o presidente Rafael Caldera demonstrou interesse pelo

---

<sup>126</sup> Para o Embaixador do Brasil em Caracas, Clodoaldo Huguency Filho, o *Protocolo de la Guzmania* proporcionaria canais mais adequados para que fossem tratados os problemas bilaterais, principalmente os na fronteira. Entre outras medidas, as relações consulares seriam ampliadas. O governo brasileiro havia pedido autorização para abertura de dois consulados honorários em *Puerto Aycucho*, região de fronteira, e em *Maracaibo*, na área do golfo onde é explorado o petróleo. O Brasil já tinha dois consulados gerais – em *Ciudad Guayana*, no estado de Bolívar, e em *Santa Helena de Uairen* (TACHINARDI, Maria Helena. Brasil deve ampliar compra de energia elétrica e petróleo da Venezuela. **Gazeta Mercantil**. 04 mar. 1994).

<sup>127</sup> Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 19-21.

<sup>128</sup> *Comunicado Conjunto*. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 27-38.

<sup>129</sup> *Ibidem*.

Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Foi ressaltado o interesse recíproco em estreitar laços culturais, bem como a convergência de pontos de vista dos dois mandatários em relação a temas da realidade internacional e regional<sup>130</sup>.

Em termos comerciais, buscava-se acelerar as negociações para a conclusão do Acordo de Complementação Econômica n. 27 (ACE n. 27) entre os dois países, no marco da ALADI<sup>131</sup>. Em julho do mesmo ano, por ocasião da III Reunião do Mecanismo Político de Consulta Brasil-Venezuela<sup>132</sup>, em Brasília, as negociações já haviam sido concluídas. Uma semana mais tarde, quando se realizou em Caracas a II Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível<sup>133</sup>, o ACE foi complementado com a assinatura, pelo Ministro de Relações Exteriores do Brasil, o Embaixador Celso Amorim, e pelo da Venezuela, Doutor Miguel Angel Burelli Rivas, do Protocolo Adicional de Preferências Alfandegárias<sup>134</sup>. Uma Comissão Administradora do Acordo ficaria responsável pela negociação das partes ainda pendentes inclusas no ACE. Este previa que as seguintes negociações deveriam ter sido concluídas até dezembro de 1994: regime especial de origem; protocolo adicional sobre comércio fronteiriço; protocolo adicional sobre propriedade intelectual; e possibilidade de acordo sobre comércio de serviços. O ACE ainda previa, sem prazo específico, negociações sobre os seguintes temas: acordos de complementação em diferentes setores produtivos; regime especial de salvaguardas; promoção e proteção de investimentos; e as possibilidades de acordo sobre comércio e serviços<sup>135</sup>.

As vantagens adquiridas com o novo acordo, no entanto, esbarravam no desconhecimento mútuo das oportunidades de comércio, investimentos e inversões por parte dos empresários,

<sup>130</sup> Ibidem.

<sup>131</sup> Ou AAP.CE n. 27. O ACE n. 27 tornou-se quase todo sem efeito a partir da entrada em vigor do AAP.CE n. 39, de 12 ago. 1999, entre Brasil, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru.

([www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/acoComerciais/int\\_tipAcoAladi.php](http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/acoComerciais/int_tipAcoAladi.php). Acesso em 25 de maio de 2007).

<sup>132</sup> Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 27-38.

<sup>133</sup> Ata da II Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 27-38.

<sup>134</sup> Cerca de 400 produtos, 200 de cada país, tiveram suas tarifas reduzidas. (TACHINARDI, Maria Helena. Acordos entre Brasil e Venezuela reduzirão as tarifas de 400 produtos. **Gazeta Mercantil**. 26 jul. 1994). Durante as negociações que precederam a assinatura do Protocolo Adicional de Preferências *Arancelárias*, o Brasil procurou demonstrar ao lado venezuelano o seu interesse em buscar o equilíbrio nas trocas comerciais bilaterais. Segundo o Embaixador do Brasil em Caracas, Clodoaldo Hugueney Filho, “assim procedendo, se estará contribuindo para vincular a Venezuela ao projeto maior de estabelecimento da ALCSA”. (Telegrama n. 398, 12 maio 1994. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Comércio. Negociações sobre Acordo de Complementação Econômica).

<sup>135</sup> Telegrama n. 705, 17 ago. 1994. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Resultados da II Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível. Compromissos assumidos.

uma vez que o Brasil nunca fora um parceiro econômico prioritário para a Venezuela e vice-versa. Com o objetivo de estimular o conhecimento recíproco e criar novas possibilidades de negócios, foram previstas na Ata da II Reunião da Comissão Binacional a realização de exposições ou feiras comerciais no Brasil e na Venezuela e a organização de seminários e rodadas de negócios entre empresários dos dois países<sup>136</sup>. Os resultados já seriam sentidos a partir do ano seguinte, 1995, quando ocorreu um grande crescimento das exportações brasileiras para a Venezuela, revertendo a tendência de queda que se repetira nos dois anos anteriores. A Venezuela também teve um crescimento significativo de suas exportações para o Brasil, tanto petroleiras quanto não petroleiras.

No período entre 1993 e 1994, no entanto, o volume total das trocas comerciais entre Brasil e Venezuela manteve-se praticamente estável em relação aos dois anos anteriores, havendo pequenas variações conforme a fonte dos dados utilizada. O comércio entre os dois países atingiu, em 1993, US\$ 774 milhões e, em 1994, US\$ 752 milhões, o que significa uma variação bastante pequena, mas em queda, em relação ao volume alcançado nos dois anos anteriores (US\$ 757 milhões em 1992 e US\$ 817 milhões em 1991)<sup>137</sup>.

---

<sup>136</sup> Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 27-38.

No fim do mês de março de 1994, logo após o encontro entre Itamar Franco e Rafael Caldera, já havia sido realizado em São Paulo um seminário sobre as relações Brasil-Venezuela. O lado venezuelano demonstrou grande interesse pelo encontro, tendo contado com a participação de personalidades de alto nível das duas nacionalidades, tanto do setor governamental como privado. (Telegrama n. 231, 16 dez. 1994. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Brasil-Venezuela. Seminário sobre relações bilaterais).

A Câmara de Comércio Brasileiro-Venezuelana também fora dinamizada a partir de março de 1994, quando Rafael Alfonzo assumiu a presidência desta e buscou despertar o interesse do meio empresarial venezuelano para as novas possibilidades de negócios que surgiam entre os dois países. (TACHINARDI, Maria Helena. Comércio com Venezuela deve aumentar com a criação de *joint-ventures*. **Gazeta Mercantil**. 10 abr. 1994).

Embaixada do Brasil em Caracas se empenhou em promover *workshops*, com o fim de divulgar os regimes brasileiros de comércio exterior e de investimento, e organizar missões comerciais de empresários venezuelanos ao Brasil. (Telegrama n. 778, 15 set. 1994. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Promoção comercial. Brasil-Venezuela. *Workshop* sobre o Brasil. Missões empresariais).

A iniciativa da Embaixada do Brasil resultou no seminário “Brasil: novas oportunidades de negócios para a Venezuela”, realizado em dezembro de 1994, em Caracas. O presidente do Instituto de Comércio Exterior (ICE), Alberto Poletto, “destacou a importância do evento como meio de transmitir aos empresários venezuelanos as possibilidades que lhes são oferecidas pelo mercado brasileiro”. (Telegrama n. 1000, 30 nov. 1994. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Brasil-Venezuela. Conferência de imprensa. Seminário sobre o Brasil). Segundo avaliação da Embaixada brasileira, o seminário foi um sucesso, com alto grau de participação do empresariado local, tendo contribuído para a melhora do nível de informação sobre as oportunidades de negócios com o Brasil. (Telegrama n. 1020, 16 dez. 1994. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Promoção comercial. Seminário sobre o Brasil).

Em maio de 1995, foi realizado na cidade de São Paulo o seminário “MERCOSUL - Venezuela”, organizado pela Embaixada da Venezuela e pelo Parlamento Latino-Americano. (**Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 76, 1º semestre de 1995. p. 183-187).

<sup>137</sup> Dados em CISNEROS; RODRIGUES; SUZZARINNI, 1998. No site Aliceweb, os valores para as exportações venezuelanas no ano de 1993 são bastante diferentes dos obtidos em CISNEROS; RODRIGUES; SUZZARINNI. Este assunto será discutido mais detalhadamente mais abaixo. Ver gráficos e quadros com dados

A balança comercial mostrou-se praticamente equilibrada em 1993, com superávit brasileiro de US\$ 22 milhões (US\$ 398 milhões de exportações brasileiras à Venezuela, contra US\$ 376 milhões de exportações venezuelanas ao Brasil, dos quais US\$ 330 milhões relativos a petróleo e derivados). Em 1994 o Brasil teve um déficit de US\$ 224 milhões (US\$ 264 milhões de exportações brasileiras à Venezuela, contra US\$ 488 milhões de exportações venezuelanas ao Brasil, dos quais US\$ 400 milhões relativos a petróleo e derivados)<sup>138</sup>.

O déficit brasileiro no ano de 1994 ocorreu, por um lado, em consequência do significativo aumento das exportações venezuelanas para o Brasil e, por outro, em virtude da queda consecutiva, nos dois anos em questão, das exportações brasileiras para a Venezuela. A explicação dessa retração nas exportações brasileiras nos anos de 1993 e 1994 (assim como já havia ocorrido nos anos de 1989 e 1990) estaria, segundo Cisneros, Rodrigues e Suzzarinni (1998), relacionada com os anos de recessão na Venezuela. A crise financeira enfrentada por esse país no ano de 1994, em particular, resultou na desvalorização do Bolívar venezuelano<sup>139</sup>. No Brasil, por outro lado, o Plano Real, em vigor desde da segunda metade do mesmo ano, resultou na valorização da moeda brasileira, o Real. Os produtos venezuelanos tornavam-se assim mais baratos para o Brasil, enquanto para a Venezuela ocorria o oposto, havendo os produtos brasileiros se tornado mais caros. O intercâmbio comercial entre os dois vizinhos refletia, assim, as alterações por que passavam as duas economias.

Os números do crescimento das exportações venezuelanas para o Brasil, nos anos de 1993 e 1994, tanto petroleiras quanto não petroleiras, apresentam variações significativas de acordo com a fonte pesquisada. Cisneros, Rodrigues e Suzzarinni (1998) registram em 1992 uma queda significativa nas exportações de petróleo venezuelano para o Brasil, acompanhada

---

estatísticos no anexo A.

<sup>138</sup> Dados em CISNEROS; RODRIGUES; SUZZARINNI, 1998. Nesse caso os números do site Aliceweb apresentam uma variação um pouco maior. Existe uma diferença significativa nos números referentes às exportações venezuelanas de petróleo para o Brasil (US\$ 254,7 milhões de acordo com o Aliceweb contra US\$ 400 milhões). Ver gráficos e quadros com dados estatísticos no anexo A.

É interessante notar que tanto na documentação diplomática quanto nos artigos de jornal do ano de 1994, encontra-se seguidamente referência a um superávit brasileiro de US\$ 200 milhões. Este valor, mesmo que referente ao ano de 1993, não corresponde aos dados estatísticos de nenhuma das duas fontes pesquisadas. De acordo com o os dados do Aliceweb, o comércio entre Brasil e Venezuela foi deficitário para o primeiro tanto no ano de 1993 (US\$ 0,5 milhão) quanto no de 1994 (US\$ 200 milhões). Apenas no ano de 1992, de acordo com os valores obtidos em CISNEROS; RODRIGUES; SUZZARINNI, o Brasil teria tido um superávit de um pouco mais de US\$ 200 milhões com a Venezuela.

<sup>139</sup> “Much the same happened last year when Venezuela’s Bolivar fell off its perch and its free trade with Colombia for a while seemed to become one-way trade” (The Americas..., 8 jul. 1995). Considerou-se que, por analogia, a mesma situação poderia ajudar a explicar o crescimento das exportações venezuelanas para o Brasil e a redução das exportações brasileiras para a Venezuela no ano de 1994. Ver gráficos e quadros com dados estatísticos no anexo A.

de uma pequena queda também nas exportações não petroleiras, o que explica o superávit brasileiro de mais de US\$ 200 milhões naquele ano. A partir do ano de 1993, no entanto, haveria um crescimento constante das exportações venezuelanas, com especial destaque para o setor petroleiro. Em outra fonte pesquisada (Aliceweb), por sua vez, consta que teria ocorrido no ano de 1993 uma queda significativa nas exportações de petróleo venezuelano. De acordo com essa fonte, a balança comercial entre os dois países teria sido bastante equilibrada, tanto no ano de 1993 quanto nos dois anos anteriores<sup>140</sup>.

Mas se há dúvida em relação ao ano de 1993, o mesmo não ocorre em relação ao de 1994, quando o fornecimento de petróleo e derivados da Venezuela ao Brasil experimentou um incremento importante, principalmente nos últimos meses do ano, graças à aproximação entre ambos os países (BANSART, 1995, p. 66, 67). A conclusão das negociações do Acordo de Complementação Econômica e do Protocolo Adicional de Preferências Alfandegárias (acima citados), bem como as iniciativas de desregulamentação e abertura comercial por parte do Brasil, haviam criado um cenário promissor para o futuro das relações comerciais entre Brasil e Venezuela. O presidente do Instituto de Comércio Exterior (ICE), Alberto Poletto, “manifestou sua expectativa de que 1995 seja o ano da “execução dos projetos” que nos últimos anos vêm sendo definidos na esfera das relações bilaterais”<sup>141</sup>. Cisneros, Rodrigues e Suzzarinni, ao comentarem o fato de o crescimento das exportações brasileiras ter superado as expectativas em 1995, concluem que essa expansão foi resultado das correntes de comércio que surgiram como consequência da ativa utilização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos<sup>142</sup> no marco da ALADI, que serviu de mecanismo alternativo ao sistema de

---

<sup>140</sup> O valor referente às exportações petroleiras da Venezuela para o Brasil, no ano de 1993, obtido através do site Aliceweb, apresenta, muito provavelmente, alguma inconsistência. Apesar de o valor total das exportações venezuelanas naquele ano (US\$ 392,9 milhões, de acordo com o site Aliceweb) ser bastante razoável e compatível com o conjunto dos dados obtidos nas diferentes fontes, o valor de US\$ 93 milhões, referente às exportações petroleiras, é muito discrepante em relação aos US\$ 330 milhões da outra fonte. Esse valor também representaria uma queda vertiginosa nas exportações petroleiras da Venezuela para o Brasil em relação aos três anos anteriores, que variaram em torno dos US\$ 250 milhões. O valor das exportações não petroleiras, por sua vez, foi obtido através da subtração dos US\$ 93 milhões do valor total de US\$ 392,9 milhões, de forma que, estando o valor das exportações petroleiras para menos, o das exportações não petroleiras estará para mais. Diante dessas considerações, tudo indica que os US\$ 93 milhões estão aquém do real valor das exportações petroleiras da Venezuela para o Brasil em 1993. Não sabemos, no entanto, qual seria a justificativa de tal discrepância.

<sup>141</sup> Telegrama n. 1000, 30 nov. 1994. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Brasil-Venezuela. Conferência de imprensa. Seminário sobre o Brasil.

<sup>142</sup> É um Convênio entre Bancos Centrais, através dos quais a cada quatro meses remetem e compensam entre si pagamentos derivados do comércio de bens e serviços efetuados entre os países membros, de modo que ao final de cada quadrimestre (período de compensação) só se transfere ou recebe, caso resulte deficitário ou superavitário, o saldo global do Banco Central de cada país com o resto.

O Convênio estabelece um sistema integrado por dois componentes fundamentais: um mecanismo de compensação multilateral quadrimestral de pagamentos e um sistema de garantias.

controle de câmbios que imperava na Venezuela (1998, p. 21). Com a resolução n. 27 da *Junta de Administración Cambiaria* (JAC)<sup>143</sup> da Venezuela, vigente desde junho de 1994, as medidas de controle cambial haviam sido flexibilizadas. Com esta, estavam isentas de autorização de compras de dívidas as importações venezuelanas canalizadas por meio do Convênio de Créditos e Pagamentos Recíprocos (CCR), subscrito pelo Banco Central da Venezuela com o Banco Central do Brasil. A nova isenção abria novas perspectivas para as exportações dos países da ALADI à Venezuela, o que despertou o interesse dos exportadores e importadores venezuelanos pela realização de negócios na esfera do CCR<sup>144</sup>.

A Reunião Presidencial de La Guzmania, contudo, teve repercussão positiva não apenas no âmbito do comércio bilateral. A determinação dos dois governos de promover “un intenso acercamiento entre ambos os países con la identificación de nuevas oportunidades de intercambio, cooperación e integración”<sup>145</sup>, expressa no Protocolo e no Comunicado Conjunto, resultou numa ampla agenda, que exigiu tanto da Comissão Binacional de Alto Nível como do Mecanismo Político de consulta Venezuela-Brasil a realização de várias reuniões ao longo dos anos seguintes. De acordo com as decisões presidenciais expressas no *Comunicado Conjunto*, a II Reunião do Mecanismo Político de Consulta Venezuela-Brasil, realizada em Caracas no início de maio de 1994<sup>146</sup>, se encarregou de formar os Grupos de Trabalho que deveriam “realizar un diagnostico sobre el sector asignado; un inventario de los asuntos identificados y elaborar las acciones pertinentes para ser consideradas por la Comisión Binacional de Alto Nivel a los fines de la ejecución de los proyectos e iniciativas acordadas”<sup>147</sup>.

Foram seis os Grupos de Trabalho e os assuntos prioritários identificados:

---

Os objetivos básicos do Convenio são: estimular as relações financeiras entre os países da região; facilitar a expansão de seu comércio recíproco; e sistematizar as consultas mútuas em matérias monetárias, cambiárias e de pagamentos. ([www.Aladi.org/NSFAladi/cuaderno.NSF](http://www.Aladi.org/NSFAladi/cuaderno.NSF). Acesso em 25 de maio de 2007).

O convênio foi criado dia 25 de agosto de 1982, no marco do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários, pelos Bancos Centrais de doze países, entre os quais Brasil e Venezuela.

<sup>143</sup> Não confundir com o ACE n. 27, Acordo de Complementação Econômica realizado no marco da ALADI.

<sup>144</sup> Ofício n. 239, 21 out. 1994, Promoção comercial. Brasil-Venezuela. Convênio de Créditos e Pagamentos Recíprocos (CCR). Importações Venezuelanas. Isenção de autorização de compra de divisas.

<sup>145</sup> Acta de la II Reunion del Mecanismo Político de consulta Venezuela-Brasil. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 27-38.

<sup>146</sup> *Ibidem*. A delegação brasileira foi presidida pelo Embaixador Roberto Abdenur, Secretário Geral de Relações Exteriores, e a delegação venezuelana pelo Embaixador Roy Chaderton Matos, *Director General del Ministerio de Relaciones Exteriores*.

<sup>147</sup> *Ibidem*.

I - Comércio e Integração: o Acordo de Livre Comércio Sul Americano (ALCSA) e a conclusão das negociações do Acordo de Complementação Econômica (já comentada acima);

II - Energia: o aumento do fornecimento de petróleo venezuelano ao Brasil e a associação entre a PDVSA-PETROBRAS (para pesquisa do aproveitamento de crus pesados); a viabilidade da aquisição de *orimulsión*<sup>148</sup> por parte do Brasil; e, quanto ao setor elétrico, a construção da linha de transmissão Guri-Manaus através da qual o Brasil compraria energia elétrica venezuelana;

III - Transportes e Comunicações: no setor viário, a pavimentação da BR-174 e um acordo de Transporte Terrestre e, no setor hidrográfico, a viabilidade de navegação entre as bacias do Orinoco e do Amazonas;

IV - Mineração e Siderurgia: em relação à mineração, o desenvolvimento de projetos entre a CVG-CVRD e investigações conjuntas de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente; no caso da siderurgia, a utilização dos fornos da *Siderúrgica del Orinoco* (SIDOR) em sociedade com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD);

V - Meio Ambiente: o desenvolvimento conjunto do turismo ecológico, pesquisas sobre biodiversidade e a cooperação para a recuperação de áreas degradadas pela mineração ilegal;

VI - Desenvolvimento Fronteiriço: o comércio fronteiriço e o ordenamento territorial e desenvolvimento sustentável das regiões Sul da Venezuela e Norte do Brasil.

Entre outros temas abordados foi acordado, ainda, que, diante da necessidade de estreitar os laços culturais entre os dois países, seria convocada uma reunião da Comissão Mista de Cooperação Cultural<sup>149</sup> para a segunda metade do mês de maio, em Brasília, onde os Vice-

---

<sup>148</sup> De acordo com Bansart, “a *orimulsión R* é um betume natural, substituto do carvão, que foi desenvolvido pela empresa Betumes do Orinoco (Bitor), filial da PDVSA, criada em 1988. A *orimulsión R* é a marca comercial que denota uma emulsão de uns 70% de betume natural [...] diluído em uns 30% de água por meio da adição de energia mecânica e *surfactantes*. As principais características físicas desse produto o assemelham [...] ao combustível residual tradicional. Seu conteúdo calórico e suas características ambientais comparam-no favoravelmente ao carvão, colocando-o assim como um ator de relevância no mercado mundial de combustível para a geração de energia elétrica.” As principais vantagens desse combustível são o preço e os níveis de contaminação mais baixos que o carvão. “O uso deste combustível para a geração termoeletrica seria uma solução ideal para o desenvolvimento econômico e social não somente do norte, como também do nordeste do [Brasil].” (1995, p. 67-68).

<sup>149</sup> A última Reunião da Comissão Mista de Cooperação Cultural ocorreu em Caracas, em 1987. O Embaixador do Brasil em Caracas já expressara, em diferentes telegramas enviados ao Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, sua intenção de retomar os trabalhos da comissão visando a “intensificar os laços culturais com a Venezuela, bem como aprofundar o conhecimento recíproco de ambas as culturas” (Telegrama n. 128, 22 fev.

Chanceleres montariam um programa binacional de atividades nos diversos âmbitos do setor cultural<sup>150</sup>. Quanto ao problema da mineração ilegal, decidiram criar um Grupo de Trabalho que formularia propostas e ações no sentido de combater essa atividade ilegal<sup>151</sup>.

A esta II Reunião se seguiu a III Reunião do Mecanismo Político de Consulta Brasil-Venezuela<sup>152</sup>, realizada nos dias 21 e 22 de julho, em Brasília. Constatou-se, então, que cinco dos seis Grupos de Trabalho já haviam se reunido, e tomado importantes iniciativas. As propostas da II Reunião do Mecanismo Político de Consulta foram reavaliadas e reconfirmadas como prioridades. Em relação ao Grupo de Trabalho sobre Mineração Ilegal, “ambas as Delegações acordaram em dar cumprimento aos compromissos pendentes, assumidos na II Reunião de Vice-Chanceleres das Relações Exteriores, celebrada em Brasília em 14 de novembro de 1990, os quais passaram a ser tratados na I Reunião do Mecanismo Político de Consulta”. Também concordaram que o “mandato dos Grupos de Trabalho constitui um processo contínuo e dinâmico, como decorrência do tratamento integrado dos diferentes temas de interesse comum e não se esgota com a realização da II Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela”<sup>153</sup> (COBAN).

A II Reunião da COBAN<sup>154</sup> se realizou uma semana mais tarde, nos dias 28 e 29 do mesmo mês, em Caracas. Nessa ocasião, foram repassados e avaliados os resultados de todos os Grupos de Trabalho já instalados. Foi criado o Grupo de Trabalho VII, na área de Ciência e Tecnologia. Entre os assuntos tratados, a Comissão foi informada sobre a viabilidade técnica de uma linha de transmissão elétrica entre a hidrelétrica venezuelana de Guri e a cidade de Manaus. Com a pavimentação do trecho da BR-174 entre Boa Vista e o marco BV-8 quase

1994. Brasil-Venezuela. Relações culturais. Entrevista com a Embaixadora Milagros Puig. Enviado pela Embaixada do Brasil em Caracas à Secretaria de Estado, em Brasília). Assunto também tratado no Telegrama n. 186, 11 mar. 1994. Brasil-Venezuela. Relações culturais. Reunião da Comissão Mista. Enviado pela Embaixada do Brasil em Caracas à Secretaria de Estado, em Brasília.

<sup>150</sup> Em 1994, o *Centro de Estudios Brasileños*, criado em princípios de 1970, foi transformado em *Instituto Cultural Brasil-Venezuela*. Desta forma, a instituição deixou de ser subordinada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e adquiriu um caráter binacional (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 190).

<sup>151</sup> Acta de la II Reunion del Mecanismo Político de consulta Venezuela-Brasil. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 34-36.

<sup>152</sup> A delegação brasileira foi presidida pelo Embaixador Roberto Abdenur, Secretário Geral de Relações Exteriores e a delegação venezuelana pelo Embaixador Roy Chaderton Matos, *Director General del Ministerio de Relaciones Exteriores*.

<sup>153</sup> Ata da III Reunião do Mecanismo Político de Consulta Venezuela-Brasil. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 39-43.

<sup>154</sup> A delegação brasileira foi presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e a delegação venezuelana pelo Ministro de Relações Exteriores, Doutor Miguel Angel Burelli Rivas.

concluída, buscaram entendimentos para pavimentar o trecho restante, entre Boa Vista e Manaus. Avançaram também as negociações para um Convênio sobre Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga. O único Grupo de Trabalho que ainda não havia se instalado era o VI, de Desenvolvimento Fronteiriço. Dada a sua importância, sua pronta instalação ficou marcada para os dias 25 e 26 de agosto de 1994, na *Ciudad Bolívar*. Ao Grupo de Trabalho I, de Comércio e Integração, caberia negociar um Protocolo Adicional sobre Comércio Fronteiriço. Também ficou programada uma reunião extraordinária da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites para reformular a Campanha de Densificação de Marcos programada para 1994<sup>155</sup>. “A fim de promover fluxos mais significativos de capitais entre os dois países, os Chanceleres decidiram negociar, no curto prazo, um acordo de promoção e proteção de investimentos estrangeiros e um acordo para evitar a bitributação”<sup>156</sup>. Entre os vários temas multilaterais de interesse comum que foram discutidos, os dois chanceleres se comprometeram a trabalhar para que durante a Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, que se realizaria em setembro, fossem formuladas propostas concretas para a agenda da Cúpula das Américas, que se realizaria em dezembro daquele ano<sup>157</sup>. Durante o encontro, os dois Ministros constataram com satisfação que as relações bilaterais atravessavam um período excepcional<sup>158</sup>.

O presidente Rafael Caldera realizou uma visita oficial ao Brasil em setembro, por ocasião das comemorações da Independência, das quais participou desfilando em carro aberto ao lado de Itamar Franco. Ao retribuir a visita de Itamar Franco, o presidente venezuelano tinha como principal propósito “ampliar, melhorar e fortalecer” os laços com o país

---

<sup>155</sup> Telegrama n. 705, 17 ago. 1994. Resultados da II Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível. Compromissos assumidos. Enviado pela Embaixada do Brasil em Caracas à Secretaria de Estado, em Brasília.

<sup>156</sup> Telegrama n. 641, 01 ago. 1994. Investimentos. Brasil-Venezuela. ACE. Negociação de acordo sobre proteção e promoção. Enviado pela Embaixada do Brasil em Caracas à Secretaria de Estado, em Brasília. De acordo com o relatório da I Rodada de Negociações Brasil-Venezuela para a conclusão do Acordo sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, realizada dia 28 de outubro de 1994, em Caracas, este seguiria, “em linhas gerais, os parâmetros estabelecidos entre os países do MERCOSUL para negociações com países não-membros” (Telegrama n. 921, 28 out. 1994. Finanças. Brasil-Venezuela. Acordo sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos. Conclusão. Relatório. Enviado pela Embaixada do Brasil em Caracas à Secretaria de Estado, em Brasília).

As negociações para o Acordo para a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos e o Protocolo Adicional ao ACE n. 27 sobre Cooperação Fronteiriça em Matéria de Comércio foram concluídas em julho de 1995, quando foram assinados pelos Chanceleres dos dois países.

<sup>157</sup> *Aide-Mémoire*, Temas Multilaterais de Interesse Comum. Tratados na II Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível. Material fornecido pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

<sup>158</sup> Ata da II Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Venezuela-Brasil. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 45-50.

vizinho<sup>159</sup>. Na oportunidade, Caldera encontrou-se, também, com os dois principais candidatos à presidência da República, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, o que demonstra haver consenso entre os principais meios políticos brasileiros da importância do processo de integração com a Venezuela (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 198). Após as comemorações do 7 de Setembro, Rafael Caldera viajou ao Rio de Janeiro para participar, ao lado de outros doze Chefes de Estado da América Latina e do Caribe, do encontro de Cúpula do Grupo do Rio.

Nessa mesma data da visita, no dia 7, também se realizou a III Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela<sup>160</sup>.

A reunião de trabalho deu continuidade ao programa de cooperação e integração entre Brasil e Venezuela, decorrente das decisões adotadas pelos presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera consubstanciadas no Comunicado Conjunto e no Protocolo de *La Guzmania*, e teve por fim examinar os avanços registrados desde a II Reunião especialmente aqueles realizados no âmbito dos Grupos de Trabalho sobre Transporte e Comunicações, Energia e Meio Ambiente<sup>161</sup>.

O Chanceler venezuelano recebeu do Chanceler brasileiro um “documento contendo critérios básicos para a negociação de acordos de livre comércio entre o MERCOSUL e os demais países sul-americanos da ALADI e que constituem as bases da negociação comum que o Brasil, em conjunto com os demais países de MERCOSUL, pretende manter com os países da América do Sul [...]”<sup>162</sup>; a Venezuela foi, assim, o primeiro país não integrante do Cone Sul a ser convidado a negociar um acordo de livre comércio com o MERCOSUL nessas novas bases. Como bem lembra Cisneros, Rodrigues e Suzzarini, havia sido aprovado, no dia 5 de agosto de 1994, o projeto da Tarifa Externa Comum para o MERCOSUL, a ser aplicada às importações desde terceiros, a partir de 1º de janeiro de 1995, o que introduzia um elemento novo para o futuro da integração bilateral entre Brasil e Venezuela: não seria mais possível avançar no processo de integração entre os dois países de forma bilateral, mas sim no conjunto do MERCOSUL. Por parte da Venezuela a situação havia sido facilitada pela permissão do Grupo Andino, do qual esta fazia parte, para que os países membros

---

<sup>159</sup> Caldera abre o desfile com Itamar Franco. **Correio Braziliense**, Brasília, 06 set. 1994.

<sup>160</sup> A delegação brasileira foi presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e a delegação venezuelana pelo Ministro de Relações Exteriores, Doutor Miguel Angel Burelli Rivas.

<sup>161</sup> Ata da III Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Venezuela-Brasil. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 51.

<sup>162</sup> *Ibidem*, p.52.

negociassem de forma individual com terceiros países, uma vez que negociações em bloco previstas originalmente haviam se mostrado inviáveis (1998, p. 117).

Nesse novo contexto, iniciar-se-ia, no ano seguinte, um processo de negociação entre MERCOSUL e Venezuela dentro do sistema denominado 4 + 1. Mas este demandaria tempo, exigindo a realização de inúmeras reuniões técnicas em que propostas e contrapropostas seriam avaliadas. “Con el fin de evitar vacíos legales, se encomendó a los respectivos Representantes Permanentes en ALADI, la prórroga de los acuerdos bilaterales vigentes”<sup>163</sup> (CISNEROS; RODRIGUES; SUZZARINI, 1998, p. 118).

As relações entre Brasil e Venezuela, no entanto, como bem demonstram os outros seis Grupos de Trabalho, mais o Grupo de Trabalho especial sobre Mineração Ilegal, iam muito além dos esforços de integração comercial, coordenados pelo Grupo de Trabalho I (Comércio e Integração), por mais fundamentais que esses fossem. Com o objetivo de aprofundar a integração, principalmente entre as regiões Norte do Brasil e Sul da Venezuela, cada Grupo de Trabalho tinha como tarefa realizar um diagnóstico do setor pelo qual era responsável, para então sugerir iniciativas e elaborar e estudar a viabilidade de projetos conjuntos. Antes dos projetos serem executados e das iniciativas serem implementadas, as conclusões deveriam ser submetidas à avaliação da Comissão Binacional de Alto Nível. Assim, ao buscarem soluções para problemas comuns e visando ao desenvolvimento, principalmente da zona de fronteira, os Grupos de Trabalho exigiram a mobilização de numerosos ministros, funcionários e especialistas de ambos os países, de forma que o aprofundamento da cooperação tornara-se condição *sine qua non* para que os objetivos fossem alcançados.

Ao Mecanismo Político de Consulta e à Comissão Binacional de Alto Nível também cabia analisar e buscar formas de dinamizar os avanços dos diferentes Grupos de Trabalho. Constituíam “los ejes de esta nueva etapa de aprovechamiento integral de las potencialidades de ambos países [...]”<sup>164</sup>.

A ativa atuação de todos estes mecanismos, implementados ou dinamizados após a assinatura do Protocolo de La Guzmania, em março de 1994, havia resultado, de fato, num

---

<sup>163</sup> No Telegrama n. 932, 02 nov. 1994, o Embaixador do Brasil em Caracas, Clodoaldo Huguene, comunicava o Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, que “a autorização para o representante da Venezuela junto à ALADI firmar os Protocolos de Prorrogação dos Acordos Bilaterais” havia sido expedida naquele dia.

<sup>164</sup> Ata da II Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Venezuela-Brasil. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 45.

novo esquema de cooperação e integração a orientar as relações entre Brasil e Venezuela. Ao contrário da retórica bem-intencionada da década de 1980, que, apesar dos bons propósitos, alcançara poucos resultados concretos, começavam a se tornar perceptíveis avanços reais, com ganhos quantitativos e qualitativos, nas relações entre os dois países.

O ano de 1994 terminava, no Brasil, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para Presidente da República. Inicialmente Ministro de Relações Exteriores do governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso assumira, a partir de maio de 1993, o Ministério da Fazenda, sendo substituído no Ministério das Relações Exteriores pelo Embaixador Celso Amorim. No novo cargo, após haver conseguido equacionar parcialmente o problema da dívida externa, tendo levado adiante as negociações iniciadas ainda no governo Collor, o que possibilitou levantar a moratória, Fernando Henrique Cardoso executou, em junho de 1994, um plano de estabilização monetária, o Plano Real, mediante a desindexação planejada da economia, pondo um fim à hiperinflação. O sucesso do plano garantiu sua eleição, no dia 3 de outubro, quando derrotou Luis Inácio Lula da Silva por maioria absoluta (BANDEIRA, 2004, p. 83).

Para Vizontini:

O Plano Real deve ser analisado não somente por seu viés técnico, mas também por seu caráter político. Muito mais que um plano de controle da inflação, o Real significou, conjunturalmente, um instrumento de vitória eleitoral (com a ilusão do aumento do consumo) e, estruturalmente, um novo posicionamento do Brasil no contexto internacional. [...] o Brasil procurou adaptar-se de forma sistemática às regras do Pós-Guerra Fria (2003, p. 92).

Na esfera das relações multilaterais, realizou-se, no dia 11 de dezembro, em Miami, a Cúpula das Américas. O presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, ao convocar essa reunião, que contou com a participação de 34 presidentes e primeiros-ministros americanos, tinha como objetivo propor a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Ao tentar reanimar a Iniciativa para as Américas, proposta por Bush em 1990, a ALCA tinha certamente a intenção, segundo Bandeira, de desarticular não só a ALCSA como também o seu núcleo, o MERCOSUL, visto pelos Estados Unidos como um movimento de resistência ao seu predomínio político e econômico na região (2003, p. 495).

À reunião compareceu, por parte do Brasil, o presidente Itamar Franco, em fim de mandato, acompanhado pelo presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso; “nenhum dos dois, porém, fora plenamente informado sobre o objetivo da reunião, que os surpreendeu, nem

do compromisso que o Brasil teria de assumir” (BANDEIRA, 2003, p. 496). O Brasil, mesmo defendendo a posição de que a integração do MERCOSUL e a da América do Sul deveriam preceder uma eventual integração hemisférica, acabou assinando a declaração final que previa a entrada em vigor da ALCA em 2005 (CANANI, 2004, p. 93). Ainda assim, a defesa do multilateralismo, que já havia sido expressa no âmbito da GATT/OMC, foi novamente reforçada no discurso proferido pelo presidente Itamar Franco na Primeira Sessão de Trabalho da Cúpula de Miami:

Dentro do espírito do regionalismo aberto que nos inspira, atuaremos com plena observância dos compromissos assumidos multilateralmente e sem que se criem barreiras aos parceiros de outras regiões. Favorecemos o esforço de um sistema multilateral de comércio baseado em regras universalmente aplicáveis<sup>165</sup>.

Antes da reunião, no entanto, a caminho de Miami, no dia 10 de dezembro, o avião do presidente eleito fez uma escala técnica no Aeroporto de Maiquetía. Durante a breve estadia, Fernando Henrique Cardoso declara em uma entrevista publicada no jornal *El Nacional*, de Caracas: “Las relaciones entre Brasil e Venezuela han mejorado de forma significativa en los últimos años y tengo la intención de profundizar el proceso de integración promovido por los presidentes Itamar Franco y Rafael Caldera”; ao final, enfatiza: “Venezuela es un socio prioritario de Brasil” (apud MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 199).

Menos de uma semana depois, nos dias 16 e 17 de dezembro de 1994, realizou-se, na cidade mineira de Ouro Preto, a 7ª Reunião do Conselho do Mercado Comum, durante a qual foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, que dotava o MERCOSUL com nova estrutura institucional e conferia ao bloco personalidade jurídica internacional.

Na Venezuela, a crise financeira e política que assolou o país a partir de julho de 1994 - quando Rafael Caldera, após a falência do Banco Latino, acabou intervindo ou estatizando 17 bancos venezuelanos, suspendendo algumas garantias constitucionais e estabelecendo uma política de controle do câmbio - exigiu do governo um grande esforço de negociação com os partidos políticos. Apesar de se oporem às medidas que Caldera pretendia adotar, um acordo com o Congresso foi possível após o governo ter negociado o apoio do partido *Acción Democrática* (AD). Para Stambouli, no entanto,

Se había resultado una crisis política y evitado una explosión social, pero estas medidas en los próximos dos años ocasionarían la disminución de las inversiones

---

<sup>165</sup> **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 75, segundo semestre de 1994, p. 51-52. Cúpula de Miami. Discurso do Presidente Itamar Franco.

privadas, el aumento del desempleo, la caída de la economía y la contención artificiosa de la inflación, que aumento de manera importante, al tener luego que devaluar la moneda. Sin embargo, el gobierno lograba despresurizar el descontento social y darse una base provisoria de estabilidad política (2005, p. 201).

Ao administrar a crise política e conseguir que o Congresso aprovasse suas medidas, Caldera lograva garantir temporariamente à sociedade certa tranquilidade. Contudo, como avaliou o próprio presidente, a crise do sistema financeiro, que qualificou como “a mais séria já enfrentada por qualquer país”, apesar de ter sido contornada de forma a evitar “um pânico generalizado que conduziria ao caos social”, havia “dificultado significativamente a administração da política econômica”<sup>166</sup>. As conseqüências de todos esses eventos e da forma como o governo venezuelano lidou com eles só seriam sentidas, portanto, a médio prazo, com o aprofundamento da crise econômico-social e do complicado quadro político do país.

#### **4.3 Governo Fernando Henrique Cardoso - 1º Mandato (1995 – 1998) e Governo Rafael Caldera (1994 – 1998)**

Fernando Henrique Cardoso foi empossado Presidente da República dia 1º de janeiro. O novo presidente, renomado intelectual brasileiro, não correspondia ao estereótipo do político tradicional. Tinha o perfil considerado ideal pelos organismos financeiros internacionais, que buscavam garantir a continuidade das reformas macroeconômicas iniciadas por Collor. Contudo, ao retomar o projeto neoliberal, mostrou-se “mais bem articulado no sentido da eficácia e da estabilidade na execução do processo, bem como no de permitir a sobrevivência de mecanismos compensatórios no plano internacional” (VIZENTINI, 2003, p. 92).

O novo Ministro da Fazenda, Pedro Malan, adepto dos preceitos neoliberais, se encarregaria de dar continuidade ao Plano Real. A estabilidade monetária seria mantida, mas com as reduções tarifárias que vinham ocorrendo desde 1988 e a sobrevalorização cambial introduzida pelo Plano Real, o comércio exterior, a partir de 1995, reverteria a tendência para saldos negativos. O Ministério passou a ser responsável por atribuições que, tradicionalmente, eram da alçada do Itamaraty: o comércio exterior, por exemplo, nas mãos das autoridades

---

<sup>166</sup> Telegrama n. 215, 11 mar. 1995. Venezuela. Mensagem presidencial. Referências ao Brasil e aos incidentes na fronteira com a Colômbia. Comentários do Embaixador Huguene sobre a Mensagem de Prestação de Contas à Nação, pronunciada pelo Presidente Rafael Caldera em cerimônia anual no Congresso Nacional, na qual ele avalia a evolução dos acontecimentos no plano interno durante seu primeiro ano de governo.

econômicas “deixou de ser instrumento estratégico de desenvolvimento e converteu-se em variável dependente da estabilidade monetária” (CERVO; BUENO, 2002, p. 472).

Para Vizontini,

no plano especificamente diplomático, Fernando Henrique, habilmente, esvaziou o Itamaraty de suas funções, uma vez que esse órgão representava um foco de resistência do projeto nacional-desenvolvimentista. [...] transferiu as atribuições econômicas do MRE para o Ministério da Economia, ao mesmo tempo em que assumia pessoalmente sua dimensão política com a introdução da diplomacia presidencial. [...] o presidente passou a comandar a política externa pessoalmente (2003, p. 94).

A diplomacia brasileira, agora com Luis Felipe Lampreia à frente do Ministério das Relações Exteriores, continuou defendendo a integração da América do Sul como condição prévia para a integração hemisférica. Eram três os argumentos a favor dessa estratégia: “a expansão dos interesses comerciais e empresariais brasileiros sobre a região, a conseqüente elevação de seu desempenho e competitividade e a percepção de que a proposta norte-americana destinava-se a alijar a hegemonia brasileira em benefício próprio” (CERVO; BUENO, 2002, p. 487). Reforçar o MERCOSUL era, portanto, prioridade; contudo, a diplomacia brasileira se esforçou por alcançar, junto ao GATT-OMC, “um sistema multilateral com regras transparentes, fixas e justas, e dos blocos regionais idênticos dispositivos”, além de buscar diversificar suas relações bilaterais (CERVO; BUENO, 2002, p. 472). Foi nesse sentido que, em relação à Venezuela, o Brasil continuou investindo na intensificação das relações, aprofundando o processo de integração comercial e a cooperação.

Na Venezuela, a situação de crise persistia. Em 1996, o país entrava no seu quarto ano de recessão e enfrentava a maior inflação da América Latina (54% em 1995 e 70% em 1996). Em torno de 70% da população vivia na pobreza e em torno de 30% na pobreza absoluta (CORONIL, 2002, p. 425). Ainda segundo Coronil, Rafael Caldera, que ao assumir o governo prometera pôr limites às medidas neoliberais e melhorar os níveis de vida, não teve outra opção, uma vez carente de recursos financeiros para respaldar seus planos, que adiar as respostas às demandas dos credores estrangeiros. Em março de 1996<sup>167</sup>, no entanto, acabou anunciando um novo plano econômico, a “Agenda Venezuela”, que seguia o programa de austeridade do FMI, dando continuidade ao plano começado por Pérez (2002, p. 425).

---

<sup>167</sup> Coronil cita o dia 14 de março de 1996 como a data em que Rafael Caldera anunciou a ‘Agenda Venezuela’; Stambouli, por sua vez, diz que foi em “meados do ano” de 1996 que Caldera adotou a ‘Agenda’.

Stambouli resume da seguinte forma o desenrolar dos acontecimentos na Venezuela a partir de 1996:

A mediados del año de 1996, ante la insostenible y grave crisis económica, el gobierno de Caldera adopta la ‘Agenda Venezuela’, consistente en la recuperación de la política de apertura. La misma conoció los efectos del poco tiempo que le quedaba en el poder, año y medio, y la abrupta caída de los precios del petróleo a partir de 1997. El descontento social y el radicalismo electoral se volverían pronto a apoderar del país hasta culminar con la debacle de los partidos AD y COPEI, y la elección presidencial de Hugo Chávez, líder del intento golpista del 4 de febrero de 1992 (STAMBOULI, 2005, p. 201).

O que ocorria na prática, no entanto, era que mais de 80% dos 20 milhões de venezuelanos viam na atitude de Rafael Caldera uma traição a suas promessas eleitorais. A maioria da população considerava que, ao abandonar o discurso contrário ao receituário neoliberal, discurso esse que valorizava certo paternalismo na economia, o presidente aproximava-se das elites que apoiavam seu plano<sup>168</sup>.

Quanto às relações entre Brasil e Venezuela, o ano de 1995 iniciou-se com grandes expectativas. Após terem sido criadas as condições políticas, a partir da *Cúpula de la Guzmania*, em março do ano anterior, a cooperação bilateral recebera novo impulso, e o momento era considerado “excepcionalmente favorável ao estreitamento dos laços econômico-comerciais” entre os dois países. Em março, a Câmara de Indústrias do Estado de Carabobo, um dos mais industrializados da Venezuela, em conjunto com a Câmara de Comércio e Indústria Venezuelano-Brasileira (CCIVB), organizou, na cidade de Valencia, um seminário destinado a apresentar aos setores empresariais da região as oportunidades de negócio oferecidas pelo mercado brasileiro, à luz da nova realidade econômica do país e da evolução das práticas brasileiras de comércio exterior e investimento<sup>169</sup>. O Embaixador Hugueney, ao comentar o seminário que havia sido realizado em Caracas no mês de dezembro de 1994, constatava, naquela oportunidade, que “se pode verificar o alto grau de interesse dos operadores econômicos locais nas perspectivas que ora se apresentam para a intensificação do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Venezuela”. Ressaltava ainda a “importância desse tipo de evento para melhorar o nível de informação sobre o Brasil entre o setor privado venezuelano”, sendo o momento propício para que se passasse a “explorar na prática os canais criados para facilitar o intercâmbio bilateral”. Ainda na opinião do Embaixador, “seminários

<sup>168</sup> ILHESCA, Marlise. Venezuela muda de caminho: Presidente Caldera abandona promessas de campanha e adere à receita neoliberal. **Jornal do Brasil**. 21 abr. 1996. Internacional.

<sup>169</sup> Telegrama n. 068, 30 jan. 1995. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Brasil-Venezuela. Promoção comercial. Seminário sobre oportunidades de negócios no Brasil. Valência.

de divulgação de oportunidades de negócios, além de um maior contato entre empresários brasileiros e venezuelanos, através da organização de missões comerciais, teriam um importante papel a desempenhar”<sup>170</sup>.

O governo da Venezuela, por sua vez, tinha como prioridade impulsionar as exportações de produtos não-petroleiros. Para tal, adotara uma estratégia comercial que tinha como meta um aumento de cerca de 25% das exportações não-tradicionais do país em relação a 1994. Ainda no mês de fevereiro, o Instituto de Comércio Exterior (ICE) informou que aquele órgão orientaria suas atividades ao longo do ano de 1995 à promoção das exportações venezuelanas para a América Latina, com especial ênfase no mercado brasileiro. A prioridade que estava sendo atribuída ao Brasil nos esforços de promoção do comércio externo venezuelano já fora assegurada pela chancelaria local que a introduzira ao *IX Plano da Nação*, fazia pouco aprovado pelo Conselho de Ministros, e, naquela ocasião, em exame no Congresso<sup>171</sup>.

De fato, o comércio entre os dois países apresentaria, a partir de 1995, um crescimento bastante constante. As exportações da Venezuela para o Brasil, tanto as petroleiras como as não-petroleiras, que já haviam tido um significativo crescimento no ano anterior, deram um salto de mais de 65% no ano de 1995 (de um total de US\$ 488 milhões, dos quais US\$ 400 milhões eram relativos a petróleo e derivados, em 1994, para US\$ 807 milhões, dos quais US\$ 700 milhões eram relativos a petróleo e derivados, em 1995)<sup>172</sup>. Essa tendência de crescimento se manteria até o ano de 1997, quando as exportações venezuelanas atingiram o valor de US\$ 1006 milhões; no ano de 1998, no entanto, apresentariam uma queda, ficando em 755 milhões<sup>173</sup>. Apesar dessa retração, em termos percentuais, no entanto, ainda houve, entre 1994 e 1998, um crescimento superior a 50% nas exportações da Venezuela para o Brasil (independente das fontes utilizadas para os valores de 1994).

As exportações do Brasil para a Venezuela, por sua vez, que haviam apresentado uma queda nos dois anos anteriores (tanto em virtude da recessão na Venezuela, segundo Cisneros,

---

<sup>170</sup> Ibidem.

<sup>171</sup> Telegrama n. 117, 11 fev. 1995. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Venezuela. Comércio exterior. Promoção de exportações. Brasil.

<sup>172</sup> Dados em CISNEROS; RODRIGUES; SUZZARINNI, 1998. De acordo com o site Aliceweb (<http://alicenseweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>. Acesso em 24 abr. 2007), os valores das exportações da Venezuela para o Brasil eram de US\$ 481 milhões, em 1994, e US\$ 823 milhões, em 1995, dos quais US\$ 254 milhões e US\$ 386 milhões, respectivamente, eram relativos a petróleo e derivados. Os valores totais, portanto, são muito parecidos, mas havendo uma diferença significativa nos valores das parcelas referentes às exportações petroleiras. Ver gráficos e quadros com dados estatísticos no anexo A.

<sup>173</sup> Dados do site Aliceweb (<http://alicenseweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>. Acesso em 24 abr. 2007).

Rodrigues e Suzzarinni, como em razão da valorização da moeda brasileira, com o Plano Real, na metade de 1994), cresceram mais de 55% só no ano de 1995 (de um total de US\$ 264 milhões, em 1994, para US\$ 416 milhões, em 1995)<sup>174</sup>. No ano de 1996, as exportações chegaram a US\$ 454 milhões, de forma que, dependendo da fonte considerada para os valores de 1995 (US\$ 416 milhões em Cisneros, Rodrigues e Suzzarinni, e US\$ 480 milhões pelo site Aliceweb), se observará que o crescimento foi pequeno ou até apresentou uma pequena queda. No ano seguinte, no entanto, voltaram a crescer, chegando a US\$ 768 milhões, para caírem novamente no ano de 1998, quando ficaram em US\$ 706 milhões<sup>175</sup>. Mas, apesar das oscilações, o crescimento total das exportações brasileiras para a Venezuela, entre o ano de 1994 e 1998, foi superior a 150 % (independente das fontes utilizadas para os valores de 1994).

O volume de comércio total entre Brasil e Venezuela, que em 1994 atingira a cifra de US\$ 752 milhões, subiu, em 1995, para US\$ 1223 milhões, o que significa um aumento de mais de 60% em um ano<sup>176</sup>. Em 1997, este chegaria a US\$ 1774 milhões e, em 1998, apresentando uma pequena queda, a US\$ 1461 milhões<sup>177</sup>. Ainda assim, o volume de comércio, entre 1994 e 1998, apresentou um crescimento de mais de 90%<sup>178</sup>.

A balança comercial, em razão do aumento da importação de petróleo venezuelano por parte do Brasil, mostrou-se deficitária para este último a partir de 1994, uma tendência que se manteria pelos três anos seguintes, atingindo seu pico no ano de 1996, quando o déficit do Brasil com a Venezuela chegou a mais de quinhentos milhões de dólares. No ano de 1998, no entanto, já houve um maior equilíbrio na balança comercial entre os dois países, com um déficit de aproximadamente US\$ 50 milhões para o Brasil<sup>179</sup>. Esse equilíbrio relativo foi alcançado graças à redução dos valores das importações brasileiras de petróleo venezuelano a partir de 1997. Essa redução, por sua vez, era o resultado de dois fatores: a queda dos preços

---

<sup>174</sup> Quanto às exportações do Brasil para a Venezuela, no site Aliceweb os valores eram de US\$ 281 milhões, em 1994, e US\$ 480 milhões, em 1995, o que resulta num crescimento superior a 70% naquele ano. Ver gráficos e quadros com dados estatísticos no anexo A.

<sup>175</sup> Dados do site Aliceweb (<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>. Acesso em 24 abr. 2007).

<sup>176</sup> Dados em CISNEROS; RODRIGUES; SUZZARINNI, 1998.

<sup>177</sup> Dados em Aliceweb (<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>. Acesso em 24 abr. 2007). Ver gráficos e quadros com dados estatísticos no anexo A.

<sup>178</sup> O valor do volume total de comércio, entre 1994 e 1995, obtido na Aliceweb tem uma diferença pequena em relação ao valor obtido em Cisneros, Rodrigues e Suzzarinni (US\$ 763 milhões contra US\$ 752 milhões, respectivamente) de forma que o cálculo da porcentagem também sofre uma pequena variação. Ver gráficos e tabelas no anexo I.

<sup>179</sup> Dados em Aliceweb (<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>. Acesso em 24 abr. 2007). Ver gráficos e quadros com dados estatísticos no anexo A.

do petróleo (em 1997, o petróleo foi vendido pela Venezuela a um preço médio de US\$ 16,48 por barril; no início do ano de 1998, havia baixado para US\$ 11,5 e, no final de novembro do mesmo ano, para US\$ 10,95)<sup>180</sup> e a gradual redução da quantidade de petróleo que o Brasil precisava importar, tendência que se iniciou em 1998, quando a produção brasileira, graças a investimentos pesados da PETROBRAS, começou a crescer rumo à auto-suficiência<sup>181</sup>. As oscilações nas exportações brasileiras, já detalhadas acima, talvez possam ser explicadas, pelo menos em parte, pela situação econômica na Venezuela. Nos dois anos em que não ocorreu crescimento nas exportações brasileiras, ou houve mesmo um decréscimo destas, 1996 e 1998, a Venezuela enfrentava um agravamento da crise econômica. Em dezembro de 1995, o governo venezuelano, pressionado pelo FMI a corrigir os desequilíbrios monetário, cambial e fiscal, medidas às quais fora condicionada a ajuda financeira prometida pelo Fundo<sup>182</sup>, acabou desvalorizando o Bolívar em 70,6%<sup>183, 184</sup>, o que, por conseguinte, acabaria encarecendo os produtos brasileiros. Em 1998, como já demonstrado acima, a queda dos preços do petróleo no mercado internacional contribuiu para o agravamento da crise econômica por que passava a Venezuela.

Apesar de o processo de aproximação entre Brasil e Venezuela buscar desenvolver a cooperação e a integração em diversos campos, os aspectos comerciais e econômicos eram considerados, de um modo geral, os mais importantes. O Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Miguel Rivas, anunciava, em encontro com técnicos brasileiros em Caracas, no início de maio de 1995, que “o Brasil é agora a prioridade número um dos negócios venezuelanos no estrangeiro”. O embaixador da Venezuela, Alfredo Toro Hardy, reforçava a declaração do Ministro, mas também salientava que as relações entre os dois países cresciam em complexidade, extrapolando os aspectos comerciais: “além de o Brasil ser prioridade comercial, os dois países vivem um processo de cooperação e integração extremamente

---

<sup>180</sup> BENEVIDES, Sérgio. Comércio com o Brasil está crescendo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 06 dez. 1998. Internacional, p. 30.

<sup>181</sup> Ver gráfico VIII, anexo A.

<sup>182</sup> FMI exige que Venezuela promova ajuste cambial. **Estado de São Paulo**. São Paulo, 04 out. 1995.

<sup>183</sup> Venezuela desvaloriza moeda em 70,6%. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 dez. 1995.

O Embaixador HUGUENEY informava ao Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, sobre o anúncio da desvalorização do Bolívar “que se insere na estratégia governamental de negociação de um acordo com o FMI. Integra também um pacote de medidas em que se busca aumento da receita fiscal, redução do déficit público e aumento nos gastos sociais”. O Plano Real no Brasil era citado como exemplo (Telegrama n. 1142, 12 dez. 1995. Venezuela. Economia. Desvalorização Cambial. Negociação com o FMI. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores).

<sup>184</sup> Diante da grave crise financeira, Rafael Caldera acabou anunciando, em março de 1996, um novo plano de ajustes econômicos, o qual seguia as exigências do FMI e garantia à Venezuela novos empréstimos internacionais. A “Agenda Venezuela”, como o plano foi chamado, já foi comentada acima.

ambicioso”<sup>185</sup>. Para o jornal *Correio Braziliense*, “uma série de iniciativas bilaterais, envolvendo investimentos privados e construção de infra-estrutura, mostram que o comércio entre os dois países pode realmente começar a crescer ainda este ano” (1995). E anunciava que a Venezuela “espera que um dos marcos iniciais dessa virada nos seus negócios seja o seminário ‘Venezuela-MERCOSUL’”<sup>186</sup>, previsto para os dias 17 e 18 de maio daquele ano, em São Paulo. O seminário refletia o interesse pelas negociações (então em curso) entre o MERCOSUL e a Venezuela para a celebração de um acordo de livre comércio<sup>187</sup>. A delegação da Venezuela contava com o ex-presidente Ramon Velásques, quatro ministros de Estado, sessenta líderes empresariais e quinze parlamentares, todos empenhados em discutir negócios<sup>188</sup>.

Além da proposta brasileira de negociar uma área de livre comércio com a Venezuela, feita no ano anterior, haviam surgido novas expectativas na área de integração entre os dois países a partir de fevereiro de 1995, quando o Grupo Andino apresentara ao MERCOSUL um documento que propunha o início de negociações entre os dois blocos, com o objetivo de aprofundar o comércio e de criar uma Área de Livre Comércio. A proposta de tratamento assimétrico feita pelo Grupo Andino, e que seria rechaçada pelo MERCOSUL, foi um dos obstáculos ao avanço das negociações. Venezuela e MERCOSUL iniciaram, então, um processo de negociação sob o sistema denominado 4 + 1. O documento de Acordo de Alcance Parcial Venezuela-MERCOSUL, Multilateralização de Preferências Alfandegárias havia sido apresentado pela Venezuela à avaliação do MERCOSUL, mas não sem antes ter sido proposto à avaliação do Grupo Andino. De acordo com este, as preferências alfandegárias outorgadas pelos países do MERCOSUL à Venezuela se multilateralizariam aos países membros do Acordo de Cartagena. A Venezuela, por sua parte, outorgaria ao MERCOSUL como máximo a maior preferência que concedia ao menos a um país desse bloco. O documento continha também propostas sobre regras de origem, cláusulas de salvaguarda, normas técnicas, sanitárias e ambientais, solução de controvérsias, entre outras (CISNEROS; RODRIGUES; SUZZARANI, 1998, 118). Mas fazia-se necessário que as antigas concessões feitas país a país, dentro do marco da ALADI, fossem renegociadas de acordo com a conformação das

---

<sup>185</sup> LANNOY, Carlos de. Venezuela busca parceria com o Brasil. *Correio Braziliense*, Brasília, 07 maio 1995. p. 14.

<sup>186</sup> *Ibidem*.

<sup>187</sup> **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 76, primeiro semestre de 1995, p. 183-187. Seminário MERCOSUL –Venezuela. Discurso de Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luis Felipe Lampreia, na abertura do Seminário na cidade de São Paulo, 17 de maio de 1995.

<sup>188</sup> LANNOY, Carlos de. Venezuela busca parceria com o Brasil. *Correio Braziliense*, Brasília, 07 maio 1995. p. 14.

novas uniões aduaneiras, o que exigia uma complexa engenharia de harmonização de preferências. Desde o ano anterior, 1994, o Brasil e os demais parceiros do MERCOSUL já vinham se empenhando nessa tarefa de renegociação dos acordos firmados no âmbito do Tratado de Montevideu, o chamado "patrimônio histórico" da ALADI<sup>189</sup>.

Romero destaca a importância dada pela administração de Rafael Caldera a estas negociações. O presidente venezuelano teria optado por uma diplomacia menos ativa junto ao Pacto Andino (o qual se converteu em Comunidade Andina de Nações (CAN) pelo Protocolo de Trujillo, de março de 1996); concentrara sua atuação, no entanto, nas negociações para o estabelecimento de um acordo-quadro entre a CAN e o MERCOSUL. O Governo de Caldera tratou de forma prioritária que o ingresso da Venezuela no MERCOSUL fosse ou por via multilateral através da CAN, ou por via unilateral pela mão do governo do Brasil (2002, p. 158).

De qualquer forma, em maio de 1995, quando se realizou o seminário Venezuela – MERCOSUL, anteriormente mencionado, a opção pela via multilateral ainda estava na mesa de negociações, como demonstra a Ata da IV Reunião do Mecanismo Político de Consulta<sup>190</sup>, realizada entre os dias 15 e 16, na cidade de Caracas. Nessa ocasião, as duas comissões, a brasileira e a venezuelana, destacaram, ao comentarem os avanços do Grupo de Trabalho I, a “importância fundamental das negociações em curso para a conclusão de um acordo de livre comércio entre os países membros do MERCOSUL e do Pacto Andino, que constituía elemento essencial no contexto dos esforços de integração hemisférica [...]”. Os dois países também se comprometiam a negociar mecanismos para preservar as preferências comerciais vigentes<sup>191</sup>. Um mês mais tarde, no entanto, por ocasião da IV Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível<sup>192</sup>, nos dias 12 e 13 de junho, em Brasília, os dois chanceleres, Miguel Angel Burelli Rivas, da Venezuela, e Embaixador Luis Felipe Lampreia, do Brasil, se

---

<sup>189</sup> Eixos de Integração Sul-Americana. Discurso do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, no Seminário sobre Eixos de Integração Sul-Americana e Corredores de Exportação, Centro de Estudos Estratégicos da SAE. Brasília, 13 de setembro de 1995. In: **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 77, segundo semestre de 1995 ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)). Acesso em 12 maio 2007).

<sup>190</sup> A delegação brasileira foi presidida pelo Embaixador Sebastião do Rego Barros, Secretário Geral de Relações Exteriores, e a delegação venezuelana pelo Embaixador Roy Chaderton Matos, *Director General del Ministerio de Relaciones Exteriores*.

<sup>191</sup> Acta de la IV Reunião do Mecanismo Político de Consulta, Caracas, 15 e 16 de maio de 1995. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 59-67.

<sup>192</sup> A IV Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível foi presidida pelos Chanceleres dos dois países, Dr. Miguel Angel Burelli Rivas, Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, e Embaixador Luis Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

referiam apenas à “grande importância das negociações atualmente em curso para a conclusão de uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e a Venezuela”. Reiteraram também o “objetivo comum de um espaço econômico integrado na região, através da conformação de uma área de livre comércio, e assinalaram que ambos os países estão *empenhando seus esforços dentro dos respectivos acordos sub-regionais* [grifo meu], para tornar realidade essa proposta, e contribuir para uma maior convergência dos diversos processos de integração”<sup>193</sup>.

Rafael Caldera e Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da visita oficial do presidente brasileiro à Venezuela, em julho de 1995, assinaram a Declaração de Caracas, na qual, por sua vez, reafirmavam “a importância da *convergência dos processos sub-regionais* [grifo meu] do MERCOSUL e do Pacto Andino como elemento fundamental nos esforços orientados à integração latino-americana e hemisférica”<sup>194</sup>. Na mesma ocasião, na Ata de Miraflores, os dois presidentes faziam menção à importância das negociações para que Venezuela e MERCOSUL concluíssem um acordo de livre comércio e ressaltavam o significado da assinatura, pelos chanceleres dos dois países, da Declaração da Venezuela e do Brasil sobre a conformação de uma área de Livre Comércio<sup>195</sup>. Ainda assim, reiteravam “o objetivo comum de um espaço econômico ampliado na região sul-americana, através da conformação de uma zona de livre comércio entre o Pacto Andino e o MERCOSUL, passo indispensável para avançar no processo de integração regional, latino-americano e hemisférico”<sup>196</sup>.

Assim depreende-se que, como a proposta feita pelo Grupo Andino ao MERCOSUL não frutificara, prosseguiram, pelos meses seguintes, as negociações para a multilateralização das preferências comerciais no âmbito da ALADI e para o estabelecimento de um acordo de livre comércio entre a Venezuela e o MERCOSUL. A expectativa de ambas as partes era, dessa forma, conseguir que, a partir da conformação desse novo elo, fosse possível chegar a uma convergência dos processos de integração sub-regionais e, assim, avançar rumo a uma área de livre comércio na América do Sul. Em expressão do próprio Ministro Luiz Felipe Lampreia, a Venezuela era vista pelo Brasil como uma “ponte” que facilitaria a integração entre o MERCOSUL e o Pacto Andino:

---

<sup>193</sup> Ata da IV Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível, Brasília, 12 e 13 de junho de 1995. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 75-85.

<sup>194</sup> Declaração de Caracas, 4 de julho de 1995. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 87-91.

<sup>195</sup> Esta será comentada em detalhes mais adiante.

<sup>196</sup> Ata de Miraflores, 4 de julho de 1995. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 93-104.

A identidade de vizinho amazônico, [...] a geografia e a própria História venezuelana acrescentam a dimensão andina e caribenha, fazendo da Venezuela uma ponte entre sub-regiões latino-americanas e um elo fundamental no processo de integração econômica e de entendimento político na América Latina e em todo hemisfério<sup>197</sup>.

Mas em paralelo às negociações entre o MERCOSUL e a Venezuela/CAN, o processo de integração e cooperação entre Brasil e Venezuela, nas demais áreas, avançava. Acordos e projetos sobre energia, mineração, meio ambiente, desenvolvimento fronteiriço, tecnologia, transportes e comunicações, todos de grande importância para viabilizar o desenvolvimento dos dois países, especialmente da região Norte do Brasil<sup>198</sup> e Sul da Venezuela, continuavam sendo elaborados pelos diferentes Grupos de Trabalho e depois avaliados e discutidos nas Reuniões do Mecanismo Político de Consulta e da Comissão Binacional de Alto Nível.

Na IV Reunião do Mecanismo Político de Consulta, em maio, os Vice-Chanceleres, Embaixador Sebastião do Rego Barros e Embaixador Roy Chaderton Matos, passaram em revista os principais temas da agenda bilateral, em particular os avanços alcançados pelos oito Grupos de Trabalho<sup>199</sup>, e analisaram o estado de execução das decisões adotadas na Reunião do Mecanismo Político de Consulta anterior<sup>200</sup>. Os avanços de todos os Grupos de Trabalho foram avaliados. A conclusão da pavimentação da rodovia BR-174 no trecho entre Caracará e a fronteira com a Venezuela foi considerada um significativo avanço na integração viária entre os dois países. O trecho ainda a ser pavimentado, Caracará – Manaus, estava então sendo tratado como prioridade pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Entre outros temas tratados, os Vice-Chanceleres reconheceram que o problema da mineração ilegal ainda não havia sido totalmente erradicado, de forma que mantiveram o compromisso de continuar adotando as medidas necessárias para evitar a penetração ilegal de mineiros em território

---

<sup>197</sup> Visita ao Brasil do Chanceler da Venezuela. Brinde do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador L. F. Lampreia, durante almoço oferecido ao Chanceler da Venezuela, Miguel Angel Burelli Rivas, no Palácio do Itamaraty em 13 de junho de 1995. In: **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 76, primeiro semestre de 1995, p. 323.

<sup>198</sup> Essa idéia da importância de uma maior aproximação do Brasil com a Venezuela para o desenvolvimento do Norte do Brasil é reforçada pelas palavras do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia: “O interesse brasileiro pela Venezuela virtualmente se materializa nos estados do Norte do Brasil, que vêm em nossas relações elemento fundamental para o seu desenvolvimento e sua melhor participação no jogo das relações internacionais”. Visita ao Brasil do Chanceler da Venezuela. Brinde do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador L. F. Lampreia, durante almoço oferecido ao Chanceler da Venezuela, Miguel Angel Burelli Rivas, no Palácio do Itamaraty em 13 de junho de 1995. In: **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 76, primeiro semestre de 1995, p. 324.

<sup>199</sup> Comunicado de Imprensa. 16 de maio de 1995. Texto completo in FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 71-74.

<sup>200</sup> Acta de la IV Reunião do Mecanismo Político de Consulta, Caracas, 15 e 16 de maio de 1995. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 59-67.

venezuelano; a Delegação brasileira expôs informações sobre a implementação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAN), e a Delegação venezuelana reiterou o interesse de seu Governo de Participar das operações do SIVAN. Nessa reunião foram ainda criados mais dois Grupos de Trabalho: o VIII, de Comunicações, e o IX, de Planejamento. Os Vice-Chanceleres, Embaixador Sebastião do Rego Barros e Embaixador Roy Chaderton Matos, reconheceram também a importância da 59ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites, que se realizaria em Caracas na semana seguinte, dando prosseguimento à campanha de densificação de marcos na fronteira. Foi ainda salientada nessa ocasião, a necessidade dos dois países continuarem a estreitar os laços culturais<sup>201</sup>.

A IV Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível, que se realizou em junho, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Ministro de Relações Exteriores da Venezuela, Miguel Angel Burelli Rivas, deu seguimento “ao exame da implementação das diversas iniciativas de cooperação e integração entre os dois países”<sup>202</sup>. Nas palavras do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luis Felipe Lampreia, na cerimônia de abertura da reunião, o objetivo desta era “monitorar, em forma permanente e nível elevado, o desenvolvimento das relações brasileiro-venezuelanas”<sup>203</sup>. Em almoço oferecido ao Ministro venezuelano no Palácio do Itamaraty, o Ministro brasileiro também fez um resumo dos progressos nos projetos em andamento. Destacou algumas das metas que já haviam sido alcançadas, como a conclusão das negociações para a assinatura de dois acordos, um sobre proteção e promoção recíproca de investimentos e outro sobre cooperação fronteiriça em matéria de comércio e transporte rodoviário de passageiros e de carga. Lampreia ressaltou que o processo de cooperação entre a PDVSA e a PETROBRAS havia sido fortalecido, resultando no aumento das compras brasileiras de petróleo e derivados da Venezuela e lançando as bases para empreendimentos conjuntos. Entre as metas importantes a serem ainda alcançadas, citou as negociações comerciais dentro do esquema 4 + 1, entre o MERCOSUL e a Venezuela, com a perspectiva para a criação de uma área de livre comércio na América do Sul; a ampliação da cooperação em mineração e siderurgia; a interconexão elétrica Guri-Manaus; cooperação na área

---

<sup>201</sup> *Ibidem*.

<sup>202</sup> Ata da IV Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível, Brasília, 12 e 13 de junho de 1995. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 75-85.

<sup>203</sup> Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador L. F. Lampreia, por ocasião da abertura da IV Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela, em Brasília, em 13 de junho de 1995. In: **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 76, primeiro semestre de 1995, p. 237-238.

ambiental; desenvolvimento fronteiriço com a criação de infra-estrutura e facilidades para o progresso das comunidades da região; negociações para um acordo-quadro em ciência e tecnologia e a cooperação nas áreas das comunicações e de planejamento<sup>204</sup>.

Em julho, entre os dias 3 e 5, o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou uma visita oficial à Venezuela. O Presidente brasileiro participou dos atos oficiais comemorativos do 184º Aniversário da assinatura da Ata da Independência da República da Venezuela, e, nessa mesma ocasião recebeu homenagens no Congresso Nacional, onde foi condecorado com o Grão Colar da Ordem do Libertador<sup>205</sup>. Em ato solene na Universidade Central da Venezuela, Fernando Henrique Cardoso recebeu o título de Doutor Honoris Causa e proferiu uma Aula Magna sobre o “estado atual” da Teoria da Dependência (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 200-201).

O encontro presidencial resultou na assinatura de vários acordos e documentos de grande significado para o avanço das relações entre os dois países. Na Declaração de Caracas, Fernando Henrique Cardoso e Rafael Caldera expressavam sua “satisfação pelos resultados obtidos em todas as áreas da relação bilateral desde o encontro presidencial de *La Guzmania*, em 4 de março de 1994”. Destacavam que as relações entre os dois países haviam alcançado densidade e fluidez sem precedentes em sua história, qualidades essas que propiciavam condições para que se tornassem realidade em sua plenitude as enormes potencialidades de cooperação entre ambos. Em termos regionais, Fernando Henrique Cardoso e Rafael Caldera declaravam ser tarefa prioritária de seus governos consolidar um espaço econômico integrado e aberto ao mundo, reafirmando assim a importância “da convergência dos processos sub-regionais do MERCOSUL e do Pacto Andino como elemento fundamental nos esforços orientados à integração latino-americana e hemisférica”. Os presidentes dos dois países renovaram, na Declaração, as intenções de estimular as complementaridades existentes e de aprofundar a cooperação nas diversas áreas de interesse comum. Constataram que os documentos assinados naquela ocasião e que as decisões que desde *La Guzmania* vinham sendo tomadas, em cada área da agenda comum, evidenciam uma relação na qual as realizações permanentes e concretas beneficiavam e aproximavam ainda mais os dois países.

---

<sup>204</sup> Visita ao Brasil do Chanceler da Venezuela. Brinde do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador L. F. Lampreia, durante almoço oferecido ao Chanceler da Venezuela, Miguel Angel Burelli Rivas, no Palácio do Itamaraty em 13 de junho de 1995. In: **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 76, primeiro semestre de 1995, p. 323.

<sup>205</sup> TACHINARDI, Maria Helena. Uma nova sociedade: Brasil e Venezuela. **Gazeta Mercantil**. 04 jul. 1995. p. A-9.

Diante dos sucessos, Fernando Henrique Cardoso e Rafael Caldera encarregavam a Comissão Binacional de Alto Nível de seguir identificando novas áreas de cooperação, desenvolvendo e executando acordos e projetos concretos e coordenando ações com o objetivo de garantir uma autêntica e duradoura integração entre os dois países<sup>206</sup>.

Na Ata de Miraflores, os dois presidentes novamente expressaram sua satisfação pelos consideráveis avanços registrados no dinâmico processo de aproximação entre Brasil e Venezuela. Também analisaram os resultados já obtidos, os projetos em andamento e os acordos elaborados no âmbito dos diferentes Grupos de Trabalho, coordenados pela Comissão Binacional de Alto Nível, e concordaram com decisão desta de criar outros dois: Comunicações e Planejamento. Nessa Ata, Fernando Henrique Cardoso e Rafael Caldera trocaram informações sobre o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), do qual a Venezuela tinha interesse em participar; comentaram os avanços nas campanhas de densificação de marcos na fronteira entre os dois países; congratularam-se pela criação na Venezuela de um Grupo Parlamentar Venezuelano-Brasileiro, homólogo ao já existente no Brasil; também expressaram satisfação com os avanços na cooperação e intercâmbio nas áreas da cultura e educação; reconheceram a importância de continuar articulando esforços dirigidos ao combate do narcotráfico; e abordaram diversos temas de interesse na atual conjuntura internacional, hemisférica e regional<sup>207</sup>.

Por ocasião da visita presidencial, foi assinada pelos Ministros das Relações Exteriores dos dois países a Declaração do Brasil e Venezuela sobre a Formação de uma Área de Livre Comércio. Nesta expressam o desejo de contribuir de forma concreta para a eliminação das barreiras comerciais entre os mercados sub-regionais do continente. Tendo presente a importância de impulsionar uma crescente convergência entre os processos sub-regionais de integração como etapa indispensável no caminho da integração sul-americana, latino-americana e hemisférica; considerando os compromissos assumidos individualmente, por ambos países, em seus respectivos esquemas de integração sub-regional; e confiantes de que a formação de um espaço econômico integrado fortaleceria a presença sul-americana e latino-americana na economia internacional e sua capacidade negociadora em suas relações com outras áreas e blocos econômicos, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o da

---

<sup>206</sup> Declaração de Caracas, 4 de julho de 1995. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 87-91.

<sup>207</sup> Ata de Miraflores, 4 de julho de 1995. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 93-104.

Venezuela manifestavam nessa Declaração seu compromisso em atribuir prioridade, no marco do MERCOSUL e do Pacto Andino, às seguintes ações: a) preservar e ampliar os fluxos comerciais; b) iniciar as negociações entre a Venezuela e o MERCOSUL para a revisão do patrimônio histórico dentro da fórmula 4 + 1; c) negociar, a partir de 1996, um acordo para estabelecer uma área de livre comércio; e d) atribuir prioridade às negociações conjuntas 4 + 5 com o objetivo de estabelecer um marco normativo comum entre o MERCOSUL e o Grupo Andino<sup>208</sup>.

Os Chanceleres dos dois países assinaram também outros sete acordos, além de um Protocolo de Intenções firmado entre a PDVSA e a PETROBRAS. Este último previa o estabelecimento de um acordo empresarial entre as duas partes sob o qual se realizariam uma série de projetos e mencionava a criação de comissões mistas para gerir os estudos de viabilidade técnica dos projetos,<sup>209</sup>. Outros documentos foram naquela ocasião assinados: o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga na área dos transportes; o Memorandum de Entendimento, que previa o estabelecimento de um programa de cooperação na Área de Mineração e Siderurgia<sup>210</sup>; o Protocolo Adicional ao ACE n. 27 sobre Cooperação Fronteiriça em Matéria de Comércio<sup>211</sup>; três acordos Complementares ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, de março de 1973, um para o Desenvolvimento das Telecomunicações, outro para Cooperação em Matéria de Planejamento e o terceiro para a

---

<sup>208</sup> Declaração sobre a Formação de uma Área de Livre Comércio, 4 de julho de 1995. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 105-106.

<sup>209</sup> Protocolo de Intenções firmado entre a PDVSA e a PETROBRAS. Cópia do documento fornecido pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

Para o jornal O Estado de São Paulo, este foi o documento mais importante assinado durante a visita presidencial. Nas palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as duas empresas se complementam: “a PDVSA tem muita tecnologia no refino e a Petrobrás tem muita experiência na exploração de águas profundas”. Para o Ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, “a grande vantagem da associação entre as duas estatais é a apropriação de tecnologia” (SOARES, Aldo Renato. Brasil e Venezuela criarão empresa de petróleo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 jul. 1995, p. A5).

<sup>210</sup> A coordenação caberia ao respectivo Grupo de Trabalho, que tinha entre os objetivos “investimentos, projetos de pesquisa e de exploração conjuntas, cooperação técnico-administrativa, levantamento cartográfico e geológico, recuperação de áreas degradadas e formação de técnicos” (Telegrama n. 728, 11 ago. 1995. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores).

<sup>211</sup> Ofício n. 165, 06 jul. 1995. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Secretaria de Estado. Protocolo Adicional sobre Cooperação Fronteiriça em Matéria de Comércio entre Brasil e Venezuela. A proposta era estimular o desenvolvimento do comércio recíproco, contribuindo dessa forma com a integração das populações que habitam as áreas fronteiriças e o desenvolvimento das economias nacionais do Brasil e da Venezuela. Os dois países estabeleciam, entre outros, os seguintes objetivos: a) adotar mecanismos de cooperação fronteiriça para a assistência, promoção e desenvolvimento do comércio; b) identificar produtos de interesse de comércio na região fronteiriça; c) estreitar os vínculos entre os empresários das regiões fronteiriças de ambos os países; d) aperfeiçoar as redes de transporte; e) promover o intercâmbio de informações sobre comércio; f) estimular a realização de acordos sobre normas fito-sanitárias a fim de facilitar o trânsito de mercadorias nas áreas de fronteira. Para implementar os objetivos estabelecidos, seriam criados Comitês de Coordenação Fronteiriça.

Cooperação Amazônica e do Orenoco; um Acordo entre o Governo da República da Venezuela e do Governo da República Federativa do Brasil para a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos<sup>212</sup>.

Havia outros documentos importantes para o avanço das relações entre os dois países, cuja assinatura ainda dependia dos resultados dos estudos de viabilidade, como era o caso da Carta de Intenções sobre a Interconexão Elétrica Guri-Manaus, ou da conclusão das negociações entre as duas partes, situação em que se encontravam a Declaração sobre Cooperação em Meio Ambiente e o Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Venezuela sobre Cooperação no Campo da Ciência e Tecnologia<sup>213</sup>.

A segunda visita oficial do Presidente Rafael Caldera ao Brasil realizou-se em maio de 1996, entre os dias 19 e 23. Além de se encontrar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso para a discussão de temas de interesse comum aos dois países, Caldera cumpriu uma agenda ampla, que incluía visitas ao Supremo Tribunal Federal, à Arquidiocese de Brasília, ao Congresso Nacional, à Confederação Nacional da Indústria (CNI)<sup>214</sup>; almoço com o grupo Parlamentar Brasil-Venezuela e o lançamento, em Brasília, de um amplo programa cultural com eventos em diversas áreas, como teatro, música e cinema. Depois de Brasília, o presidente venezuelano visitou ainda Manaus e Boa Vista<sup>215</sup>.

Como resultado dos encontros entre os presidentes, foram assinados dois documentos: a Declaração de Brasília e a Ata de Planalto. Na primeira, os dois presidentes se comprometem a consolidar as linhas de ação definidas em comum acordo, de modo a fazer avançar “nossos objetivos de cooperação e integração”. Entre outros pontos, expressam a firme decisão de “estabelecer entre nossos países uma ação baseada na complementação econômica, energética e mineira; nos mútuos benefícios e orientada à perspectiva da integração”<sup>216</sup>. Na Ata do Planalto, todas as áreas onde havia projetos e planos comuns de cooperação e integração foram examinadas, os avanços constatados, as pendências analisadas e as prioridades

---

<sup>212</sup> Telegrama n. 728, 11 ago. 1995. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores.

<sup>213</sup> Telegrama n. 588, 23 jun. 1995. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Visita presidencial. Atos Internacionais.

<sup>214</sup> Na Confederação Nacional da Indústria, Caldera fez um pronunciamento para sessenta e cinco presidentes empresariais de todo o país, quando explicou o programa de ajuste estrutural venezuelano e o processo de flexibilização do monopólio do petróleo, ambos adotados recentemente pelo seu governo. (TACHINARDI, Maria Helena. Presidente venezuelano negocia preço de energia. **Gazeta Mercantil**, 04 maio 1996).

<sup>215</sup> GODOY, Ivan. Negócios trazem caldera ao Brasil. **Jornal do Brasil**, 20 maio 1996. p. 5.

<sup>216</sup> Declaração de Brasília, 20 de maio de 1996. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998. p. 123-125.

estabelecidas. Este foi o caso, por exemplo, das conversações entre a ELETROBRAS e a ALDECA sobre a interconexão elétrica entre Guri-Boa Vista-Manaus<sup>217</sup>; das negociações para a assinatura de um Protocolo de Intenções na área de Mineração e Siderurgia; e das expectativas com a conclusão do último trecho da obra de pavimentação da rodovia BR-174<sup>218</sup>, primeira rota terrestre entre os dois países vizinhos, que une Caracas à Manaus.

Em Manaus, entre outros compromissos oficiais, o Presidente Caldera, junto ao Governador do Estado do Amazonas, inaugurou um terminal do *Cemento Vencemos*<sup>219</sup> e fez uma visita de inspeção às obras da rodovia BR-174. A caminho de Caracas, visitou por algumas horas a capital do estado brasileiro de Roraima, Boa Vista, onde assinou a Ata de Boa Vista, pela qual os dois países, com o respaldo dos governadores dos estados fronteiriços venezuelanos de Bolívar e Roraima, se comprometiam a promover o desenvolvimento harmônico e sustentável (MENDIBLE ZURITA, 1999, p. 201-202).

Quanto à criação de uma área de livre comércio entre a Venezuela e o MERCOSUL, o posicionamento de Rafael Caldera e Fernando Henrique Cardoso ficava bastante claro na Ata do Planalto:

Refirmaron, a propósito, la gran relevancia que atribuyen a la conclusión, antes de finales de 1996, de la negociación del patrimonio histórico de preferencias otorgadas, en el ámbito de ALADI, entre Venezuela y los cuatro miembros del MERCOSUR. Reiteraron igualmente, los términos de la “Declaración de Brasil y Venezuela sobre la Formación de un Área de Libre Comercio”, del 4 de julio de 1995 y, en ese contexto, declararon la elevada prioridad que ambos confieren a las

---

<sup>217</sup> O jornal *Gazeta Mercantil* considerava, em artigo do dia 4 de maio de 1996, que as negociações entre a EDELCA e a ELETROBRAS para o fornecimento de energia elétrica da usina de Guri a Manaus eram um dos principais motivos da visita do Presidente Rafael Caldera ao Brasil. O presidente teria como objetivo impulsionar as negociações, que tinham como principal obstáculo o preço cobrado pela empresa venezuelana (TACHINARDI, Maria Helena. Presidente venezuelano negocia preço de energia. *Gazeta Mercantil*, 04 maio 1996).

“A Venezuela pedia US\$ 31 por megawatt, mas como não tem capacidade de absorver a energia de Guri nem dispõe de outro cliente, ficou sem força para barganhar com o Brasil, que ofereceu US\$ 25, mas rebaixou a soma para US\$ 21”. Segundo o Embaixador Castro Neves, diretor-geral do Departamento das Américas do Itamaraty, “as duas partes estão caminhando para um meio termo: US\$ 28 por megawatt”. O artigo informava que o projeto inicial, de que Guri abasteceria também Manaus, fora alterado. “A capital do Amazonas” (YANAKIEW, Mônica. *Lampreia pode fechar acordo com Venezuela. Gazeta Mercantil*, 09 out. 1996).

<sup>218</sup> Ata do Planalto, 20 de maio de 1996. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998, p. 127-138.

De acordo com declaração do Embaixador Castro Neves, diretor-geral do Departamento das Américas do Itamaraty, publicada no dia 9 de outubro de 1996, a conclusão da estrada Manaus-Caracas, via Boa Vista, a BR-174, ainda levaria um ou dois anos. O artigo também informa que “a Corporação Andina de Fomento (CAF) acaba de liberar financiamento de US\$ 86 milhões para a finalização das obras, já que o lado venezuelano, até a fronteira encontra-se totalmente asfaltado” (CARNEIRO, Luiz Orlando. Brasil e Venezuela buscam integração. *Jornal do Brasil*, 09 out. 1996).

<sup>219</sup> De acordo com Mendible Zurita, a Venezuela viria a se tornar o maior fornecedor desse produto para a região Norte do Brasil.

negociaciones entre MERCOSUR y Venezuela con miras a la celebración de un acuerdo de libre comercio en el plazo más breve posible<sup>220</sup>.

De fato, o primeiro passo para a formação de uma área de livre comércio entre a Venezuela e o MERCOSUL era a renegociação das preferências comerciais. De acordo com Cisneros, Rodrigues e Suzzarani, já haviam sido realizadas, no final do ano de 1995, duas reuniões técnicas para a negociação do patrimônio histórico. Na última, o MERCOSUL apresentou uma contraproposta ao texto apresentado anteriormente pela Venezuela. Entre os pontos mais difíceis de serem resolvidos encontrava-se a proposta venezuelana de tratamento assimétrico, a proposta do MERCOSUL de retirar alguns produtos de seu patrimônio histórico e a negociação de produtos agrícolas, “Con el fin de evitar vicios legales, se encomendó a los respectivos Representantes Permanentes en ALADI, la prórroga de los acuerdos bilaterales vigentes” (1998, p. 118). A questão em torno da lista de exceções talvez fosse a mais complicada, pois o conflito de interesses entre o MERCOSUL e a Venezuela gerara um impasse; no processo de renegociação, o MERCOSUL queria retirar alguns produtos do patrimônio histórico de preferências outorgadas no âmbito da ALADI e incluí-los na lista de exceções ou de sensíveis<sup>221</sup>; estes produtos, no entanto, estavam entre os mais importantes da pauta de exportações da a Venezuela<sup>222</sup>.

Mas antes da visita oficial de Rafael Caldera ao Brasil, em maio de 1996, havia-se chegado a um acordo. Em outra reunião ficara determinado que “no habrá retiro de concesiones incluidas en el matrimonio histórico y su multilateralización se hará a la preferencia más alta concedida”. A lista de produtos do MERCOSUL, que fora apresentada como de exceções, passava a integrar a lista de sensíveis (CISNEROS; RODRIGUES; SUZZARANI, 1998, p. 119).

---

<sup>220</sup> Ata do Planalto, 20 de maio de 1996. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília. 1998, p. 127-138.

<sup>221</sup> Ofício n. 082, 27 mar. 1996. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Secretaria de Estado. Comércio. MERCOSUL - Venezuela. ALADI. Renegociação do Patrimônio Histórico. O ofício ainda lista alguns destes produtos: cerveja, cimento Portland, alumínio, autopeças, conservas de atum e sardinhas, poliestireno expandível, capa impermeabilizante para tetos, tecidos de algodão, sapatos esportivos, ferro e aço para construção, tubos com costura, aparelhos de ar condicionado, seringas descartáveis e cadeiras de escritório.

<sup>222</sup> Nas palavras do Embaixador da Venezuela, Alfredo Toro Hardy: “isso afetaria a maior parte do patrimônio exportável da Venezuela, o que seria desalentador para as nossas exportações” (ILHESCA, Marlise. Venezuela muda de caminho: Presidente Caldera abandona promessas de campanha e adere à receita neoliberal. **Jornal do Brasil**. 21 abr. 1996. Internacional).

Em outubro de 1996, realizou-se, em Caracas, a V Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível<sup>223</sup>. Esta deu continuidade à avaliação das diversas iniciativas de cooperação e integração que os Grupos de Trabalho vinham desenvolvendo. Nessa ocasião, o Ministro Lampreia também presidiu a inauguração da nova sede do Instituto Cultural Brasil-Venezuela e, a convite da *Universidad Central de Venezuela*, proferiu uma conferência durante a cerimônia de instalação da *Cátedra Libre “Brasil”*<sup>224</sup>. Em seu discurso sobre o tema "*La Política Exterior Brasileña y Las Relaciones Brasil-Venezuela en el Contexto de la Integración Sudamericana*", considerou a nova *Cátedra* “un mecanismo académico que estará dedicado a promover el intercambio y el conocimiento recíproco de Venezuela y Brasil en muchos campos del saber, de las artes y del quehacer político de nuestros países”<sup>225</sup>. Em almoço oferecido pelo Chanceler venezuelano, o Ministro Luiz Felipe Lampreia mais uma vez expressou a posição do governo brasileiro quanto à adesão da Venezuela ao MERCOSUL, a qual reforça a idéia de que a associação entre a Venezuela e o MERCOSUL era entendida como uma etapa no processo de aproximação entre os dois blocos sul-americanos:

Hemos firmes defensores de la asociación de Venezuela al MERCOSUR, a través del acuerdo que habrá de crear un área de libre comercio entre el Pacto Andino y el MERCOSUR. Sabemos que la intensificación de nuestras relaciones bilaterales repercute de forma positiva sobre el proceso de aproximación entre el MERCOSUR y el Pacto Andino, y continuaremos trabajando para que la próxima reunión de cúpula en Fortaleza, sea un marco histórico en ese proceso<sup>226</sup>.

Para Mendible Zurita, as negociações em torno do ingresso da Venezuela ao MERCOSUL haviam outorgado um novo aspecto às relações bilaterais, pois o “dicho ingreso vendría apadrinado por el gobierno brasileño ante los otros miembros del tratado” (1999, p. 202). A posição de Mendible reforça a de Romero, já expressa acima, de que o Governo de Caldera havia tentado de forma prioritária que o ingresso da Venezuela no MERCOSUL

<sup>223</sup> A Reunião foi presidida pelos Chanceleres de ambos os países, Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, e Miguel Angel Burelli Rivas, Ministro das Relações Exteriores da Venezuela.

<sup>224</sup> Ata da V Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível, Caracas, 10 e 11 de outubro de 1996. Cópia do documento cedida pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

<sup>225</sup> Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da inauguração da *Cátedra Brasil da Universidad Central De Venezuela*, sobre o tema "*La Política Exterior Brasileña y Las Relaciones Brasil-Venezuela en el Contexto de la Integración Sudamericana*". Caracas, 10 de outubro de 1996. In **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 79, segundo semestre de 1996 ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br). Acesso em 12 maio 2007).

<sup>226</sup> Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, no almoço oferecido pelo Chanceler da Venezuela Miguel Angel Burelli Rivas. Caracas, 10 de outubro de 1996. In: **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 79, segundo semestre de 1996 ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br). Acesso em 12 maio 2007).

ocorresse através da CAN, mas, diante dos impasses nas negociações entre os dois blocos, optou pela estratégia de buscar o ingresso unilateralmente, pela mão do governo do Brasil.

As pretensões venezuelanas de ingressar no MERCOSUL pela via unilateral acabariam gerando, contudo, um certo mal-estar com a Colômbia, seu principal parceiro comercial depois dos Estados Unidos. Em declarações à imprensa, setores empresariais colombianos mostravam-se contrários à associação da Venezuela ao MERCOSUL<sup>227</sup>. Em encontro na Confederação Nacional da Indústria Venezuelana (CONINDUSTRIA), no dia 13 de agosto de 1996, em Caracas, o vice-chanceler venezuelano Milos Alcalay “procurou dirimir as dúvidas em relação ao interesse da Venezuela numa negociação em separado com o MERCOSUL”. Como forma de tranquilizar as preocupações dos empresários, “explicou que, embora a Venezuela vá sozinha à negociação, tem mantido estreita coordenação com seus sócios andinos a quem tem informado sobre todos os seus desdobramentos”. O vice-chanceler reafirmou a “determinação venezuelana de negociar uma área de livre comércio com o MERCOSUL de forma autônoma, porém coordenada com os sócios andinos”. Observou ainda que “o compromisso entre Venezuela e Colômbia é de coordenação de posições, não de identificação de posições”<sup>228</sup>.

Alguns setores, por outro lado, ainda insistiam no compromisso da CAN em chegar a acordo com o MERCOSUL. O Ministro do Fomento e Presidente do Instituto de Comércio Exterior (ICE), Freddy Rojas Parra, declarou, em entrevista à imprensa local, estarem “os países da Comunidade Andina ‘trabalhando arduamente’ na definição de um acordo marco normativo com o MERCOSUL até a Cúpula de Fortaleza, em dezembro próximo”. Referiu-se ao “‘compromisso presidencial’ a respeito do assunto e insistiu em que se mantinha o convite do MERCOSUL à Venezuela para que participe da assinatura do acordo normativo na capital cearense”<sup>229</sup>.

Mas as ambições venezuelanas de ingressar no MERCOSUL, fosse pela via unilateral, com o apadrinhamento do Brasil, fosse pela via multilateral, junto à CAN, acabariam não se concretizando naquele momento. Como destaca Romero, a alternativa de ingressar no

---

<sup>227</sup> Telegrama n. 701, 19 ago. 1996. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. MERCOSUL - Venezuela. Colômbia. Acordo de livre comércio.

<sup>228</sup> Telegrama n. 684, 13 ago. 96. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. MERCOSUL - Venezuela. Negociações sobre área de livre comércio.

<sup>229</sup> Telegrama n. 962, 22 nov. 96. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Negociações MERCOSUL - CAN. Declarações do presidente do ICE e nota à imprensa.

MERCOSUL de forma autônoma acabou sendo freada pelo próprio governo de Caldera, pois resultava altamente arriscado pôr em jogo os interesses venezuelanos na CAN e, em particular, a relação comercial com a Colômbia, o segundo sócio comercial da Venezuela depois dos Estados Unidos. Ainda segundo esse autor, outros atores, no MERCOSUL e na CAN, também frearam essa iniciativa (2002, p. 158). A alternativa multilateral, que pretendia ter definido um acordo-marco normativo com o MERCOSUL até a Cúpula de Fortaleza, em dezembro de 1996, foi frustrada, por sua vez, pelo próprio evento: contrariando as expectativas de que se tornaria em “un marco histórico en ese proceso [de aproximação]”, a XI Cúpula de Presidentes integrantes do MERCOSUL deixou a Venezuela de lado, uma vez que os presidentes preferiram dar prioridade aos assuntos de ajuste interno e, quanto ao ingresso da CAN, consideraram que as condições ainda não estavam dadas, uma vez que ainda não se havia chegado aos acordos técnicos requeridos (MENDIBLE ZURITA, 1997, p. 207).

O acordo-marco entre o MERCOSUL e a CAN acabou sendo assinado em 16 de abril de 1998, em Buenos Aires. Tendo sido realizado às vésperas da Segunda Cúpula das Américas, em Santiago do Chile, revestiu-se, como bem salientou diplomata brasileiro, de simbolismo especial, ao transmitir mensagem de união sul-americana; o Acordo poderia fortalecer a posição negociadora dos países do MERCOSUL e da CAN, já na Cúpula, e traria benefícios de médio prazo ao aumentar o poder de barganha da região, quando se iniciassem as negociações propriamente ditas em torno da ALCA<sup>230</sup>.

Mas se o ingresso da Venezuela (individualmente ou via CAN) no MERCOSUL não era iminente, a integração e a cooperação com o Brasil avançavam. Alguns dos projetos mais significativos desse processo, objetivos expressos no Comunicado Conjunto de La Guzmania,

---

<sup>230</sup> Telegrama n. 345, 17 abr. 1998. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Negociações MERCOSUL - CAN. Assinatura do Acordo-Marco. Repercussões na imprensa venezuelana.

O Diplomata brasileiro Amir Dornelles, ao comentar a reação da imprensa venezuelana à assinatura do acordo-marco entre MERCOSUL e CAN, fez observações interessantes:

“Não deixaram de soar alguns sinais de alerta quanto aos obstáculos ainda remanescentes para a efetivação de ZLC entre o MERCOSUL e a CAN. Por um lado, lembrou-se as dificuldades de se negociar preferências tarifárias com economias tão díspares quanto Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.”

“Por outro lado, foram citadas as marcadas diferenças das posições dos dois blocos em matérias essenciais, como prazos de desgravação, regime de origem e setores sensíveis como o agrícola e o automobilístico, que já teriam levado ao virtual colapso das negociações, no ano passado, e onde ainda não teria sido possível obter aproximação das posições.”

“Mais preocupantes, todavia, foram declarações atribuídas a ‘técnicos’ da CAN, que repisam o já conhecido argumento de que o MERCOSUL é inflexível e procura impor suas posições aos andinos. Nesse sentido, é emblemática a manchete do jornal ‘El Universal’, em relação ao acordo: ‘otimismo entre os diplomatas e muita cautela entre os técnicos’”.

de março de 1994, começavam a se materializar, sendo a integração física, através da conclusão da pavimentação da BR -174, e a energética, com a interconexão elétrica entre Guri-Boa Vista, as obras de infra-estrutura básica mais importantes, principalmente para o desenvolvimento das regiões Norte do Brasil e Sul da Venezuela.

Em dia 11 de abril de 1997, o presidente Rafael Caldera realizou sua terceira visita oficial ao Brasil. Visitou as cidades de Manaus e Boa Vista, onde se encontrou com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Com o objetivo de promover novas oportunidades de negócios e, dessa forma, tentar reverter o déficit comercial do Brasil com a Venezuela (mais de US\$ 500 milhões em 1996), as comitivas presidenciais tiveram a companhia de sessenta e cinco executivos das maiores empresas dos dois países<sup>231</sup>. Em Boa Vista, Cardoso e Caldera assinaram o contrato de financiamento com a Corporação Andina de Fomento (CAF), para a conclusão da pavimentação da BR -174 no trecho que liga as cidades Caracará e Manaus; o Convênio de Interconexão Elétrica Macagua II – Boa Vista (entre CVG Eletrificaci3n de Caroni, C. A. EDELCA e Centrais El3tricas Brasileiras S/A ELECTROBRAS); e lançaram o edital de concorrência para a construção da linha de transmissão que levaria energia elétrica da Hidrelétrica de Guri, na Venezuela, para toda Roraima. Esse Estado dependia então do óleo diesel para gerar energia, utilizando geradores obsoletos e com baixa capacidade de produção, o que tornava o megawatt extremamente caro. A energia importada da Venezuela pelo “Linhão Guri” custaria um terço do preço.

Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Cerimônia de Assinatura de Atos, declarou em seu pronunciamento:

O asfaltamento da BR-174 e o linhão Guri-Boa Vista são, assim, duas realizações concretas nesse projeto de integração sul-americana e de intensa cooperação entre o Brasil e a Venezuela [...] – é uma consequência desse grande ânimo de integração que move os países da América do Sul e que tem no MERCOSUL uma das suas histórias de sucesso<sup>232</sup>.

Em junho de 1997, realizou-se em Caracas a VI Reunião do Mecanismo Político de Consulta<sup>233</sup>. Na ata, as duas comissões expressavam a determinação dos dois governos de

---

<sup>231</sup> LEFCOVICH, Sandra. Da Amazônia ao Caribe. **Correio Braziliense**, 24 nov. 1998.

<sup>232</sup> Brasil-Venezuela. Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Cerimônia de Assinatura de Atos com a *Corporación Andina De Fomento* e entre a ELETROBRAS, a ELETRONORTE e a EDELCA, na presença do Presidente da República da Venezuela, Senhor Rafael Caldera. Boa Vista, 11 de abril de 1997. In: **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 80, primeiro semestre de 1997 ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br). Acesso em 12 maio 2007).

<sup>233</sup> A delegação brasileira foi presidida pelo Embaixador Sebastião do Rego Barros, Secretário Geral de Relações

prosseguir com o processo de intensificação das relações, as quais haviam sido impulsionadas com a visita do Presidente Rafael Caldera a Boa Vista e Manaus dois meses antes. Assim, fazia-se necessário dar continuidade às deliberações dos diversos Grupos de Trabalho. Nessa ocasião, foram instalados dois novos Grupos de Trabalho, Turismo e Pequena e Médias Empresas, criados pela Comissão Binacional de Alto Nível na sua última reunião. Ao mesmo tempo, outros dois Grupos de Trabalho, Transportes e Comércio e Integração, concluíam suas atividades, uma vez que haviam cumprido satisfatoriamente seus objetivos. O tema da integração regional, dada a sua importância, passava a ser tratado dentro da agenda da Comissão Binacional de Alto Nível<sup>234</sup>.

A ata destacava também, entre outros pontos importantes, a conclusão das negociações sobre o projeto de Interconexão Elétrica Macagua II – Boa Vista, “materializando así uno de los principales proyectos promotores del acercamiento físico y económico entre Brasil y Venezuela”. Em relação à conclusão da pavimentação da rodovia BR -174, as delegações manifestaram sua convicção de que os trabalhos estariam terminados até o final do ano, o que resultaria no aumento do intercâmbio comercial na região de fronteira<sup>235</sup>.

Como destaca Mendible Zurita, o dinamismo fronteiriço já era evidente em algumas áreas, sendo possível observar um crescimento significativo no comércio entre o estado brasileiro de Roraima e o estado venezuelano de Bolívar. Na última visita do Presidente Rafael Caldera à cidade de Santa Helena de Uairém, para inaugurar a nova Aduana Internacional, em dezembro de 1996, a imprensa venezuelana comentou que o intercâmbio com o Brasil havia se multiplicado por dez e que a cidade começava a crescer de maneira desproporcional (1999, p.203-204)<sup>236</sup>.

A rodovia BR -174 foi inaugurada, no entanto, apenas no final do ano de 1998, no dia 23 de novembro. A cerimônia, realizada na cidade de Santa Helena de Uairén, contou com a presença dos dois Presidentes da República, Fernando Henrique Cardoso e Rafael Caldera. A

Exteriores, e a delegação venezuelana pelo Embaixador Carlos Bivero, *Director General del Ministerio de Relaciones Exteriores*.

<sup>234</sup> Ata da VI Reunião do Mecanismo Político de Consulta, Caracas, 9 de junho de 1997. Texto completo in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - Funag. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997**. Brasília, 1998, p. 159-173.

<sup>235</sup> *Ibidem*.

<sup>236</sup> Segundo esse autor, a cidade fronteiriça de Santa Helena de Uairém recebia, em 1994, em torno de US\$ 50 mil mensais procedentes de seu comércio com Boa Vista, mas ao final de 1996 os ingressos haviam saltado para US\$ 7 milhões mensais. Estes dados lhe haviam sido fornecidos pelo Dr. Neudo Campos, Governador do Estado de Roraima, durante o evento “Amazônia: Desenvolvimento y Ambiente”, realizado em Caracas, em novembro de 1996.

pavimentação da estrada de 2.050 km, única conexão terrestre entre Brasil e Venezuela, além de ter sido considerada simbólica nos meios diplomáticos, por representar os novos tempos nas relações bilaterais, também seria de grande importância para a expansão da rede de transportes e, por conseguinte, para o comércio e para o aproveitamento do grande potencial turístico, praticamente inexplorado, da região<sup>237</sup>. Nas palavras do Embaixador Sebastião do Rego Barros, a “integração física e integração econômico-comercial são dois fenômenos intimamente relacionados”, de forma que “a integração comercial com os países vizinhos será tanto mais estimulada quanto mais numerosas forem as iniciativas de ampliação e modernização da malha viária regional”<sup>238</sup>.

Através da Declaração de Santa Helena do Uairém, os dois presidentes realizaram uma ampla avaliação da evolução das relações entre Brasil e Venezuela. Lembraram que, em cinco anos, desde o “inovativo esquema de relacionamento acordado na Cúpula de La Guzmanía”, vários acordos políticos e diplomáticos foram assinados, cinco encontros presidenciais haviam sido realizados, bem como seis reuniões da Comissão Binacional de Alto Nível e sete do Mecanismo Político de Consulta, além das múltiplas reuniões dos Grupos de Trabalho da COBAN. Os avanços obtidos em cada área foram ressaltados. Além da conclusão da pavimentação da BR -174 e da construção da linha de transmissão elétrica Guri-Boa Vista, também constataram o crescimento das exportações de petróleo da Venezuela para o Brasil, o que fazia desse país o segundo maior fornecedor de petróleo do Brasil; os esforços para consolidar e aprofundar os vínculos de cooperação entre a PETROBRAS e a PDVSA; a efetiva execução do projeto conjunto de zoneamento ecológico-econômico e ordenamento territorial na região fronteiriça de Pacaraima e Santa Helena do Uairém; a diminuição do problema da mineração ilegal na região fronteiriça; o avanço na cooperação nos campos da educação, da pesquisa científico - tecnológica e da saúde, orientadas principalmente para as necessidades das comunidades fronteiriças, particularmente das indígenas; expressaram seu apoio à criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), bem como o estabelecimento da Secretaria Permanente da OTCA, com sede em Brasília; e reafirmaram o “compromisso recíproco de fortalecer o processo de integração da América Latina, mediante a criação de uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, nos

---

<sup>237</sup> LEFCOVICH, Sandra. Da Amazônia ao Caribe. **Correio Braziliense**, 24 nov. 1998.

<sup>238</sup> Eixos de Integração Sul-Americana. Discurso do senhor secretário-geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, no Seminário sobre Eixos de Integração Sul-Americana e Corredores de Exportação, Centro de Estudos Estratégicos da SAE. Brasília, 13 de setembro de 1995. In **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 77, segundo semestre de 1995 ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br). Acesso em 12 maio 2007).

termos estabelecidos no Acordo-Quadro assinado em Buenos Aires, no mês de abril último”. O significativo crescimento do intercâmbio comercial entre os dois países, com a “ativa participação do setor empresarial no processo de integração, a qual se materializou por meio de diversos encontros e rodadas de negócios, também foi comemorado pelos dois Chefes de Estado”<sup>239</sup>.

De fato, o intercâmbio comercial entre Brasil e Venezuela, entre 1990 e 1998, havia crescido mais de 100%. O Brasil, que em 1990 exportara para a Venezuela em torno de US\$ 260 milhões, em 1998 passou da marca de US\$ 700 milhões, um crescimento de mais de 160%. A Venezuela, por sua vez, que em 1990 exportara para o Brasil um pouco mais de US\$ 360 milhões, em 1998 chegou a US\$ 755 milhões, um crescimento de quase 110%. No total, o volume de comércio entre os dois países passou de US\$ 626 milhões, em 1990, para US\$ 1461 milhões, em 1998, um crescimento total de mais de 130%.

Entre os principais produtos exportados pela Venezuela para o Brasil estava o petróleo e derivados (tendo esta se tornado o segundo fornecedor do Brasil, só atrás da Argentina), cimento, produtos de alumínio, produtos químicos, celulose, vidro e pneus. O Brasil, por sua vez, exportava para o país vizinho veículos; partes para automóveis; pastas químicas de madeira; chapas; tubos; perfis e outros produtos de ferro e aço; medicamentos; óleo e outros produtos de soja; motores; compressores de ar e transformadores, entre outros. (CISNEROS; RODRIGUES; SUZZARANI, 1998, 117).

Ao fim de 1998, Brasil e Venezuela realizaram eleições para Presidente da República. No Brasil, Fernando Henrique Cardoso, que em 1997 conseguira passar pelo Congresso uma emenda constitucional que permitia ao Presidente da República se candidatar à reeleição, venceu as eleições no primeiro turno. Como bem salienta Vizentini, “a eleição foi vencida com base no Plano Real e a inflação sob controle foi a pedra de toque para tentar a reeleição” (2003, p.97). Contudo, com o sistema financeiro internacional em crise, a sustentação da estabilidade da economia sido mantida artificialmente. Mesmo com o real sobrevalorizado, “o presidente Fernando Henrique Cardoso não admitia a possibilidade de desvalorização do real, devido provavelmente ao receio de prejudicar a sua reeleição, em 3 de outubro” (BANDEIRA, 2004, p. 161). Em janeiro de 1999, contudo, com eleições já ganhas, “a fim de não mais perder reservas, na tentativa de sustentar o real, o governo de Fernando Henrique

---

<sup>239</sup> Declaração de Santa Helena de Uairén, 23 de novembro de 1998. Cópia do documento gentilmente cedida pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

Cardoso não teve outra alternativa se não abandonar as desvalorizações controladas da moeda e deixá-la flutuar ao sabor do mercado” (BANDEIRA, 2004, p. 161).

Na Venezuela, a crise política e financeira se agravou ainda mais no ano de 1998. Como a principal fonte de divisas da Venezuela estava no petróleo, correspondendo a cerca de 80% de suas exportações, a queda nos preços desse produto a partir de 1997 acabou prejudicando ainda mais a já seriamente debilitada economia do país. Diante do descontentamento social que vinha se acumulando à mais de uma década e da crise política, que culminou com o colapso do modelo político e de seus partidos históricos, o comandante Hugo Chávez, candidato que fugia ao esteriótipo do político tradicional e que havia liderado a tentativa de golpe de 1992, acabou sendo eleito Presidente da República da Venezuela, em dezembro de 1998. Temido pelo seu radicalismo e nacionalismo exacerbado, a eleição de Chávez criou incertezas “quanto ao futuro da democracia de quarenta anos” na Venezuela<sup>240</sup>. Para Romero,

Tras estas elecciones y con la llegada de un gobierno de carácter revolucionario, el modelo democrático que nace en 1958 y que [...] empieza a manifestar un estado crítico en los 80, así como de acelerado resquebrajamiento, desbordamiento y desconsolidación democrática en los 90, finalmente colapsó (ROMERO, 2002, p. 154).

No Brasil, no entanto, o grande interesse que Chávez expressara durante a campanha em aprofundar as relações bilaterais fez com que a perspectiva de sua eleição fosse encarada de forma animadora. Nas palavras de um diplomata brasileiro, “ele foi o único candidato a mencionar o Brasil em sua campanha. Não temos razões para estar preocupados com Chávez”<sup>241</sup>. Já como presidente eleito, em entrevista à imprensa, Hugo Chávez indicou que “considerava que a política externa de um país deveria ser uma política de Estado e que, no caso da Venezuela, via como positiva a política do presidente Caldera de aproximação com o Brasil, a qual pretendia continuar a executar em seu governo”<sup>242</sup>. Alguns dias depois iniciou uma viagem internacional e escolheu o Brasil como primeiro destino. Seu principal objetivo era discutir com o presidente Fernando Henrique Cardoso o ingresso da Venezuela no

---

<sup>240</sup> A face mais moderada de Chávez. **O Globo**. 08 dez. 1998, Mundo, p.36.

<sup>241</sup> Brasil é prioridade para candidatos. **Correio Braziliense**. 06 dez. 1998.

<sup>242</sup> Telegrama n. 1079, 07 dez. 1998. Da Embaixada do Brasil em Caracas para Exteriores. Venezuela. Política interna. Entrevista de imprensa de Hugo Chávez.

Ainda na mesma entrevista declarou que “via como prioridades da política externa venezuelana três áreas: a amazônica, na qual o Brasil desempenhava papel central; a andina, onde tal papel era exercido pela Colômbia, e o caribe, onde enfatizou a importância da República Dominicana. Reiterou a tese de que a Venezuela deve funcionar como elemento de ligação e de articulação entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL, como forma de articular em nossa região um pólo de poder no contexto de uma economia mundial globalizada e frente aos pólos constituídos pelo NAFTA na América do Norte, pela União Européia e pela bacia do pacífico”.

MERCOSUL através de um acordo de livre comércio com o bloco, seguindo o modelo dos acordos firmados com o Chile e a Bolívia. Apesar de um acordo-marco entre o MERCOSUL e a CAN ter sido assinado em abril daquele ano, o ritmo lento das negociações haviam impulsionado Chávez a tentar novamente o acesso da Venezuela pela via unilateral, contando com o apoio do Brasil<sup>243</sup>.

---

<sup>243</sup> LEFCOVICH, Sandra. Estadista Chávez. **Correio Braziliense**. 16 dez. 1998.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscou-se analisar as transformações ocorridas nas relações entre Brasil e Venezuela ao longo de um período que se inicia em 1990 e estende-se até 1998. O objetivo era identificar os condicionantes políticos e econômicos e os agentes principais desse processo que se caracterizou pela aceleração e densificação das relações bilaterais, principalmente após o encontro presidencial de *La Guzmania*, no dia 4 de março de 1994.

Para melhor fundamentar esse estudo, primeiro pesquisou-se os antecedentes das relações entre Brasil e Venezuela e depois procurou-se contextualizar historicamente os nove anos dessas relações que este trabalho se propôs a analisar. Por fim, através da análise dos dados empíricos coletados durante a pesquisa de campo e do estudo da bibliografia, traçou-se um panorama desse período, de 1990 a 1998, no qual se destacou os fatos políticos e econômicos que marcaram as relações entre os dois países.

Durante a elaboração dessa dissertação, ficou bastante claro que o processo de aproximação entre Brasil e Venezuela, apesar de ter se acelerado significativamente no decorrer da década de 1990, não era um fato novo. Suas origens remontam ao século XIX, quando então, já independentes, os dois países assinaram, em 1859, o Tratado de Limites e Navegação Fluvial. Esse tratado, que determinou parâmetros, ainda hoje válidos, para a demarcação da divisa entre os dois países, deu início a relações bilaterais amistosas, embora por muito tempo distantes; dada sua importância histórica, escolheu-se o ano em que foi firmado, 1859, como marco inicial da retrospectiva histórica das relações entre Brasil e Venezuela, apresentada no primeiro capítulo (2.). A partir das décadas de 1960 e 1970, pôde-se perceber alguns avanços um pouco mais significativos nas relações entre Brasil e Venezuela; contudo, ações mais efetivas para promover a cooperação e integração entre os dois países, com resultados concretos, só ocorreriam na década de 1990. Para melhor compreender e explicar as transformações ocorridas nas relações entre os dois países, principalmente a partir da reunião presidencial de *La Guzmania*, em março de 1994, o período de nove anos, de 1990 a 1998, sobre o qual esse estudo se concentrou, foi delimitado com o objetivo de disponibilizar uma janela de análise empírica que possibilitasse uma melhor noção de processo. Assim, o marco cronológico foi delimitado, num extremo, pelo início da década, período marcado por enormes transformações políticas e econômicas no cenário

internacional; no Brasil, nesse momento, iniciava-se o governo de Fernando Collor de Mello, primeiro Presidente eleito pelo voto popular depois de mais de vinte e cinco anos de ditadura militar, e na Venezuela, iniciava-se o segundo ano do governo de Carlos Andrés Pérez. No outro extremo, o marco cronológico foi delimitado pelo ano de 1998, último ano tanto do governo de Rafael Caldera, na Venezuela, quanto do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil.

Com o objetivo de explicar as transformações ocorridas, na década de noventa, nas relações entre Brasil e Venezuela, caracterizadas por uma aceleração no processo de aproximação entre os dois países, partiu-se do pressuposto que a essas transformações foram influenciadas, em parte, pela reestruturação por que passava o sistema internacional naquele período, que levou os países sul-americanos a se fortalecerem através da integração regional, e, em parte, pela dependência energética do Brasil e pela necessidade de resolver questões concretas, como o problema do garimpo ilegal que afetava a região da fronteira entre os dois países.

Para confirmar essa hipótese, organizou-se este trabalho em três capítulos. No primeiro, no qual os antecedentes das relações entre Brasil e Venezuela foram investigados, pôde-se perceber que, a partir da década de 1960, iniciou-se uma maior aproximação, marcada por avanços e recuos, entre os dois países. Esse processo se acelerou um pouco em meados da década de 1970, quando a Venezuela redirecionou para a América Latina sua política externa, mas não conseguiu avançar na década de 1980, prejudicado pela recessão econômica mundial. Concluiu-se, no entanto, que, mesmo sem ter alcançado os resultados almejados, o esforço por uma maior aproximação entre os dois países não foi em vão, pois criara as condições que favoreceriam o avanço das relações entre Brasil e Venezuela na década seguinte.

No segundo capítulo, após traçar um histórico das transformações ocorridas no sistema internacional nas últimas décadas do século XX, analisou-se como os processos de integração e cooperação regional se adequaram, no início da década de 1990, às demandas e necessidades geradas por esse novo contexto internacional. Constatou-se que a CEPAL, ao pensar a América Latina diante da globalização econômica, elaborou a idéia de “regionalismo aberto”; de acordo com esse novo conceito, a integração passava a ter como compromisso principal melhorar a inserção internacional dos países do continente, garantindo-lhes níveis crescentes de competitividade e preparando-os para uma economia internacional livre de protecionismo. De fato, os processos de integração regional assumiram, a partir dos anos

noventa, novas características: ao enfatizarem, sobretudo, os aspectos comerciais e econômicos, procuravam criar espaços de estabilidade e previsibilidade, fortalecer as economias dos países membros e compensar a assimetria que os distanciava cada vez mais do centro do capitalismo. Na última parte desse segmento do trabalho, a reestruturação das políticas econômicas e a redefinição das políticas externas dos governos dos dois países em questão foram analisadas sob a luz das transformações ocorridas no cenário internacional. No início da década de noventa, Brasil e Venezuela, assim como os demais países do continente, viveram situações relativamente semelhantes ao realizarem reformas estruturais regidas pelos preceitos neoliberais e ao enfrentarem graves crises políticas e econômicas. Apesar da importância que conferiram ao relacionamento bilateral com os Estados Unidos, ambos os países concederam atenção especial à integração e cooperação regional, de acordo com o conceito de “regionalismo aberto”. Constatou-se que Brasil e Venezuela, no início da década, encontravam-se envolvidos com processos de integração regional distintos: o Brasil com o MERCOSUL e a Venezuela com o Pacto Andino e o G-3; contudo, o governo venezuelano, diante da falta de dinamismo dos dois grupos dos quais era membro, acabou mudando sua estratégia, optando por voltar-se para o sul.

Finalmente, no capítulo três (4.), estudou-se mais a fundo as relações entre Brasil e Venezuela de 1990 a 1998. Através da pesquisa de dados empíricos e de dados bibliográficos, buscou-se explicitar os fatores, em especial políticos e econômicos, que condicionaram as relações desses dois países, identificar os atores e suas ações e comparar as propostas iniciais de cooperação e integração bilateral com os resultados alcançados. A idéia era destacar os elementos necessários para responder às perguntas que nortearam este trabalho.

Com a elaboração desse trabalho, percebeu-se serem vários os fatores que condicionaram as relações entre Brasil e Venezuela nesse período de nove anos. No início dos anos noventa, apesar dos governos de Fernando Collor e de Carlos Andrés Pérez estarem envolvidos em diferentes processos de integração regional, a necessidade de combater de forma coordenada a ação ilegal de garimpeiros brasileiros na região de fronteira acabou promovendo uma maior aproximação político-diplomática entre os dois países; contudo, a ação dos dois governos na região amazônica limitou-se essencialmente a questões práticas, pois os planos de integração da região, até 1993, não foram além da tradicional retórica diplomática.

Com o governo de Itamar Franco, no entanto, o interesse em promover a integração regional ficou mais evidente quando esse lançou, em 1993, o projeto da ALCSA. Os novos

ideais de integração regional, que tinham como objetivo fortalecer as economias dos países membros, dentro do princípio cepalino do “regionalismo aberto”, influenciaram no processo de aproximação entre Brasil e Venezuela, impulsionando-o. A aceleração desse processo bilateral ocorreu, portanto, dentro de uma tentativa de integração do continente como um todo. A integração continental, como fora proposta, inicialmente por Bush, com a Iniciativa para as Américas, em 1991, e posteriormente por Clinton, com a proposta da ALCA, em dezembro de 1994, não era totalmente descartada pelo Brasil, mas deveria se dar de acordo com o princípio dos “círculos concêntricos”: primeiro o MERCOSUL deveria ser consolidado, depois a ALCSA e só, então, por último, a ALCA. Assim, a convergência entre os processos sub-regionais do MERCOSUL e do Pacto Andino era vista como elemento fundamental nos esforços de integração da América do Sul.

A Venezuela, por sua vez, diante da estagnação da CAN e do G-3, acabou voltando-se para o sul. Em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em 1991, já se lia que “Carlos Andrés Pérez tem especial interesse na integração latino-americana, daí seu empenho pessoal em estabelecer uma frente com o Brasil”<sup>244</sup>. Todavia, atitudes mais concretas nesse sentido só seriam tomadas no governo Rafael Caldera, após 1994, que buscou aprofundar suas relações e incrementar sua parceria comercial com o Brasil, ao mesmo tempo em que almejava integrar-se ao MERCOSUL.

Apesar de ao longo do período estudado a integração econômica entre o MERCOSUL e a Venezuela, ou entre o MERCOSUL e a CAN não ter se concretizado, a renegociação de acordos de liberalização econômica e programas de promoção comercial, organizados pelas embaixadas, pela Câmara de Comércio Brasil e Venezuela, entre outros, conseguiram impulsionar de forma efetiva o intercâmbio comercial entre os dois países que, apesar das oscilações, obteve um crescimento real superior a 100%. A questão energética foi outro fator que contribuiu para uma maior aproximação entre os dois países - por um lado, o potencial energético da Venezuela, e por outro, a necessidade do Brasil de garantir o fornecimento de petróleo, principalmente no início da década de 1990, em decorrência da crise gerada pela Guerra do Golfo – tendo resultado num significativo crescimento nas exportações de petróleo venezuelano para o Brasil.

---

<sup>244</sup> Perez quer mais intercâmbio. *Jornal de Brasília*, Brasília, 17 nov. 1991.

Mas além das questões da integração regional na América do Sul e dos esforços de expansão do intercâmbio comercial, os problemas existentes na região de fronteira também foram fatores determinantes para o avanço das relações entre os dois países. A crise gerada pelos garimpeiros ilegais brasileiros que invadiam o território venezuelano à procura de ouro, causando sérios danos ambientais e às comunidades indígenas, havia trazido à tona uma série de outros problemas até então negligenciados e que demandavam ações governamentais urgentes. O Norte do Brasil e o Sul da Venezuela necessitavam investimentos em infraestrutura que viabilizassem o desenvolvimento econômico: encontravam-se praticamente isolados um do outro devido à precariedade da interconexão terrestre, o Norte do Brasil sofria com a falta de energia elétrica, o intercâmbio comercial era escasso e as comunicações deficitárias (para citar apenas alguns dos problemas).

A maior dificuldade, no entanto, era a necessidade de ações conjuntas e coordenadas, pois a ação individual de apenas um dos dois países não seria o suficiente para resolver problemas cuja solução passava pela integração e cooperação. A assinatura do *Protocolo de la Guzmania*, pelos presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera, em março de 1994, no entanto, marcou o compromisso oficial dos dois governos de promoverem a aproximação entre os dois países com a identificação de novas oportunidades de intercâmbio, cooperação, e integração. Através desse documento, foram criados o Mecanismo Político de Consulta e a Comissão Binacional de Alto Nível, mecanismos aos quais estavam subordinados inúmeros Grupos de Trabalhos que tinham como objetivo estudar a viabilidade de projetos de integração e cooperação em diversas áreas, entre os quais se destacavam a pavimentação da BR -174, a construção da linha de transmissão elétrica Guri-Manaus, que permitiria que o Estado de Roraima fosse abastecido com energia elétrica venezuelana, a cooperação entre a PETROBRAS e a PDVSA e o zoneamento ecológico-econômico e ordenamento territorial na região fronteira.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, deu continuidade aos projetos traçados por seu antecessor. Assim, ao fim dos nove anos pesquisados, de acordo com documentos oficiais, a pavimentação ficara pronta, a linha de transmissão estava sendo construída, os projetos de cooperação e associação entre as duas empresas petrolíferas encontravam-se em andamento, o zoneamento ecológico-econômico e ordenamento territorial havia sido efetivado e o problema do garimpo ilegal reduzido.

Mesmo que nem todas as metas estipuladas pelo *Protocolo* tenham sido alcançadas, houve avanços reais nas relações entre Brasil e Venezuela. Pôde-se perceber que a vontade política e a articulação diplomática, nesse caso, foram de extrema importância, tendo sido decisivo o empenho direto dos governantes e a participação ativa do empresariado para que os objetivos fossem atingidos (mesmo que parcialmente). Nas palavras do presidente Fernando Henrique Cardoso, havia “interesses concretos, e não apenas retóricos, na fraternidade entre os dois países”<sup>245</sup>

Assim, além das transformações do sistema internacional, que dinamizaram e reconfiguraram os esquemas de integração regional no continente sul-americano, e do interesse em promover o comércio bilateral, destacou-se como fator determinante no processo de aproximação entre Brasil e Venezuela ao longo da década de noventa a necessidade dos dois países promoverem o desenvolvimento econômico da região de fronteira. De fato, até o início das reuniões da Comissão Binacional de Alto Nível, do Mecanismo Político de Consulta e das atividades dos Grupos de Trabalho, que elaboraram e executaram diversos projetos em diferentes campos visando promover o desenvolvimento da região Norte do Brasil e da região Sul da Venezuela, introduzidas após o encontro presidencial de *La Guzmania*, em 1994, quase tudo que permitiria uma maior integração e cooperação entre os dois países, em especial na região de fronteira, ainda estava por ser feito: Brasil e Venezuela, apesar de vizinhos e com uma extensa fronteira em comum, continuavam praticamente incomunicáveis por via terrestre devido à precariedade da interconexão física; a integração energética era inexistente; os serviços de telecomunicações eram deficitários; não havia coordenação nem planejamento para promover o desenvolvimento das zonas de fronteira; o comércio bilateral estava aquém de suas potencialidades e os problemas gerados pelo garimpo ilegal não haviam sido contornados. Percebe-se, assim, que as questões regionais, comuns aos dois países e que demandavam ações coordenadas, também foram de grande importância para o adensamento das relações entre o Brasil e a Venezuela.

Para finalizar, constatou-se que os resultados obtidos com este trabalho corroboram com a hipótese inicial que sublinhava a reestruturação do sistema internacional, a dependência energética do Brasil e os problemas com o garimpo ilegal na região de fronteira como fatores

---

245 Brasil-Venezuela. Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Cerimônia de Assinatura de Atos com a *Corporación Andina De Fomento* e entre a Eletrobrás, a ELETRONORTE e a EDELCA, na presença do Presidente da República da Venezuela, Senhor Rafael Caldera. Boa Vista, 11 de abril de 1997. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº. 80, primeiro semestre de 1997 ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)). Acesso em 12 maio 2007).

determinantes na aceleração do processo de aproximação entre Brasil e Venezuela entre 1990 e 1998; contudo, como foi visto, os resultados obtidos também permitiram identificar outros fatores e elementos importantes que condicionaram a aproximação dos dois países, e os quais, em seu conjunto, resultam em um quadro explicativo bem mais completo e complexo.

## REFERÊNCIAS

ALEGRETT, Eduardo E. La Energia: motor de integracion Brasil – Venezuela. **Venezuela Analítica**, Caracas, 1999.

Disponível em: (<http://www.analitica.com/vam/1999.01/internacionales/01.htm>.) Acesso em: 10 de dezembro de 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os Anos 1980: da Guerra Fria ao fim da bipolaridade. In: SARAIVA, José Flávio (org.). **Relações Internacionais Contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias**. Brasília: Paralelo 15 editores, 1997. 397 p.

ARAÚJO, Heloisa Vilhena de (org.). **Os Países da Comunidade Andina**. 2 v. Brasília: IPRI, 2004.

AYERBE, Luís Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As Relações Perigosas: Brasil - Estado Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 417 p.

\_\_\_\_\_. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da tríplice aliança ao MERCOSUL) 1870-2001**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 676 p.

BANSART, Andrés. Brasil-Venezuela: integração energética. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século**. Brasília: IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. 225 p.

BATISTA, Paulo Nogueira. A Política Externa de Collor: modernização ou retrocesso. **Política Externa**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 106-135, março 1993.

BETHELL, Leslie (Ed.). **História de América Latina: economia e sociedade desde 1930**. Vol. 11. Barcelona: Cambridge University Press, 1997.

BETHELL, Leslie (Ed.). (Ed.). **História de América Latina: política e sociedade desde 1930**. Vol. 12. Barcelona: Cambridge University Press, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL**. 2 v. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 480 p.

CANANI, Ney. **Política Externa no Governo Itamar Franco (1992-1994)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. 126 p.

CERVO, Luiz Amado. A Venezuela e seus Vizinhos. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro e CARDIM, C. H. (org.). **Visões Brasileiras: Venezuela**. Brasília: IPRI, 2003. 247 p.

\_\_\_\_\_. A Política Exterior da Venezuela. In: ARAÚJO, Heloisa Vilhena de (org.). **Os Países da Comunidade Andina**. 2 v. Brasília: IPRI, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI. 2001. 316 p.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002. 525 p.

CISNEROS; RODRIGUES e SUZZARANI. **El Desarrollo del Comercio y las Inversiones entre Brasil y Venezuela: síntesis ejecutiva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, 1998. 262 p.

CORONIL, Fernando. **El Estado Mágico: naturaleza, dinero y modernidad em Venezuela**. Venezuela: Nueva Sociedad, CDCH de la Universidad Central de Venezuela, 2002. 471 p.

CORRAZZA, Gentil e HERRERA, Rémy. **Regionalismo Aberto da CEPAL e a Inserção da América Latina na Globalização**. Porto Alegre: n. 14, 2004. Disponível em: ([www.ufrgs.br/decon/publidiscussao.htm](http://www.ufrgs.br/decon/publidiscussao.htm)). Acesso em: 2 de janeiro de 2006.

DATHEIN, Ricardo. **A Integração Latino-Americana sob a Perspectiva do Desenvolvimento Latino-Americano**. Porto Alegre: n. 17, 2005. . Disponível em: ([www.ufrgs.br/decon/publicdiscussao.htm](http://www.ufrgs.br/decon/publicdiscussao.htm)). Acesso em: 2 de janeiro de 2006.

DOUGHERTY, J. E. & PFALTZGRAFF, R. Jr. **Relações Internacionais: as teorias em confronto**. Lisboa: Ed. Gradiva, 2003. 882 p.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Relaciones Diplomáticas Brasil -Venezuela, 1859-1997**. Brasília: Funag, 1998. 174 p.

GINESTA, Jaques. **El Mercosur y su Contexto Regional e Internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século**. Brasília: IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. 225 p.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JÁCOME, Francine. **Relaciones entre Venezuela y Brasil: cooperación energética y fortalecimiento de la integración**. Caracas, 2006 (Papel de trabajo preparado para el Proyecto de Investigación “Brasil: visiones de sus vecinos más allá”, adelantado por Sede Brasil de la Fundación Konrad Adenauer y coordinado por la Secretaría General de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales.)

KELLY, Janet e ROMERO, Carlos A. **Venezuela y Estados Unidos. Coincidencias y Conflictos**. Caracas: Ediciones IESA, 2005. p. 229.

LAFER, Celso. A política externa brasileira no governo Collor. **Política Externa**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 95-105, março 1993.

LESSA, Antônio Carlos. A Venezuela e a Integração Regional. In: ARAÚJO, Heloisa Vilhena de (org.). **Os Países da Comunidade Andina**. 2 v. Brasília: IPRI, 2004.

MACHADO, Heloisa. **Da Substituição de Importações à Substituição de Exportações**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. 485 p.

\_\_\_\_\_. Da Deterioração dos Termos de Intercâmbio à Consolidação do Modelo Substitutivo de Exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1954 aos nossos dias. In: CERVO, L. A. & Saraiva, J. F. **O Crescimento das Relações Internacionais do Brasil**. Brasília: Ed. IBRI, 2005. p. 271 a 306.

MENDIBLE ZURITA, Alejandro. **Venezuela-Brasil: la historia de sus relaciones** – Desde sus inicios hasta el umbral del MERCOSUR (1500-1997). Caracas: FEPUVA-UCV, 1999. p. 322.

PESSOA, Rosalía Raquel e NOGUEIRA, Jorge Madeira. Venezuela: economia, relações externas e integração continental. In: ARAÚJO, Heloisa Vilhena de (org.). **Os Países da Comunidade Andina**. 2 v. Brasília: IPRI, 2004.

PETRÁSH, Vilma E. Venezuela y MERCOSUR: ¿La "Conquista del Sur" o... el Sur nos Conquista? **Venezuela Analítica**, Caracas, n°10, dez. 1996. Disponível em: ([www.analitica.com](http://www.analitica.com)). Acesso em: 30 de novembro de 2005.

PORCILE, Gabriel. Integração Econômica da América Latina: notas sobre o legado teórico da CEPAL. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n°. 1, jan./jun. 1993. Disponível em: ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)). Acesso em: 30 novembro 2005.

PORTILLO, Julio. A Integração Fronteiriça: Brasil-Venezuela. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século**. Brasília: IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. 225 p.

PREZA JÚNIOR, Cláudio Lopes. **Uma Política Externa Órfã: a crise do desenvolvimentismo e os reflexos na política externa brasileira no Governo Collor (1990-1992)**. 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

RHODES, W. R., Third World Debt: the disaster that didn't happen, **The Economist**. London: Sep 12, 1992. Vol.324, Iss. 7776; pg. 21, 3 pgs.

ROMERO, Carlos A. La Crisis Política en Venezuela. In: ARAÚJO, Heloisa Vilhena de (org.). **Os Países da Comunidade Andina**. 2 v. Brasília: IPRI, 2004.

ROMERO, María Teresa. **Política Exterior Venezolana: el proyecto democrático, 1958 – 1998**. Caracas: El Nacional, 2002. 189 p.

ROSENTHAL, Gert. La Integracion Regional: em los anos noventa. **Reveista de la Cepal**, Santiago de Chile, n. 50, ago.1993. p. 11-19.

\_\_\_\_\_. America Latina y el Caribe Frente a la Economía Mundial. **Reveista de la Cepal**, Santiago de Chile, n. 53, ago.1994. p. 7-12.

RUIZ, José Briceño e VIELMA, Carmen. Venezuela, el Grupo de los Tres y la Integración Latinoamericana. In: GIACALONE, Rita (editora). **Venezuela em la Integración Regional: mapa tentativo de sus perspectivas**. Caracas: Nueva Sociedad, 1997. p. 175.

SENNES, Ricardo. **As Mudanças da Política Externa Brasileira nos Anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. 143 p.

STAMBOULI, Andrés. **La Política Extraviada: una historia de Medina a Chávez**. Caracas: Fundación para la Cultura Urbana, 2005. p. 239.

The Americas Drift Towards Free Trade. **The Economist**. London: Jul 8. 1995. Vol.336, Iss. 7922; pg. 35, 2 pgs.

VIZENTINI, Paulo F. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998. 409 p.

\_\_\_\_\_. A Política Externa da Venezuela Frente à Globalização. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro e CARDIM, C. H. (org.). **Visões Brasileiras: Venezuela**. Brasília: IPRI, 2003. 247 p.

\_\_\_\_\_. **Dez Anos que Abalaram o Século XX**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. 195 p.

\_\_\_\_\_. **Relações Internacionais do Brasil – de Vargas a Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 120 p.

\_\_\_\_\_. Venezuela e Brasil na Política Internacional: um ensaio exploratório. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século**. Brasília: IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. 225 p.

## OUTRAS FONTES

### **Pesquisa de Campo**

**Arquivo Histórico do Itamaraty** - Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores. Esplanada dos Ministérios, Bloco H - Anexo II - 3º andar, Brasília – DF. Brasil.

(Ofícios e telegramas emitidos pela Embaixada do Brasil em Caracas, Venezuela, entre 1990 e 1998).

**Biblioteca do Senado Nacional** - Departamento de Periódicos. Senado Nacional. Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF. Brasil.

(Artigos publicados nos principais jornais do Brasil entre 1990 e 1998. Pastas pesquisadas: Brasil/Venezuela e Venezuela).

### **Publicações**

CISNEROS; RODRIGUES e SUZZARANI. **El Desarrollo del Comercio y las Inversiones entre Brasil y Venezuela: síntesis ejecutiva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, 1998. 262 p.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Relaciones Diplomáticas Brasil -Venezuela, 1859-1997**. Brasília: Funag, 1998. 174 p.

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. Brasília: Gráfica do Ministério das Relações Exteriores.

Números consultados

Nº 64, janeiro, fevereiro, março de 1990.

Nº 65, abril, maio, junho de 1990.

Nº 66, julho, agosto, setembro de 1990.

Nº 67, outubro, novembro, dezembro de 1990.

Nº 68, 1º semestre de 1991.

Nº 69, 2º semestre de 1991.

Nº 70, 1º semestre de 1992.

Nº 71, 2º semestre de 1992.

Nº 72, 1º semestre de 1993.

Nº 73, 2º semestre de 1993.

Nº 74, 1º semestre de 1994.

Nº 75, 2º semestre de 1994.

Nº 76, 1º semestre de 1995.

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. Disponível em: ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)).

Acesso em: 12 maio 2007.

Nº 77, 2º semestre de 1995.

Nº 78, 1º semestre de 1996.

Nº 79, 2º semestre de 1996.

Nº 80, 1º semestre de 1997.

## ANEXO A

## Quadro de Dados Estatísticos I

Comércio do Brasil com a Venezuela (valores em milhões de dólares).

Ano	Exportações	Importações	Importações petrolíferas	Importações não petrolíferas	Balança comercial	Volume de comércio
1989	281	258	159	99	23	539
1990	261	350	286	64	-89	611
1991	452	364	335	29	88	816
1992	496	261	237	24	235	757
1993	398	376	330	46	22	774
1994	264	488	400	88	-224	752
1995	416	807	700	107	-391	1223

Fonte: CISNEROS; RODRIGUES; SUZZARANI, 1998, p. 19.

## Gráfico I

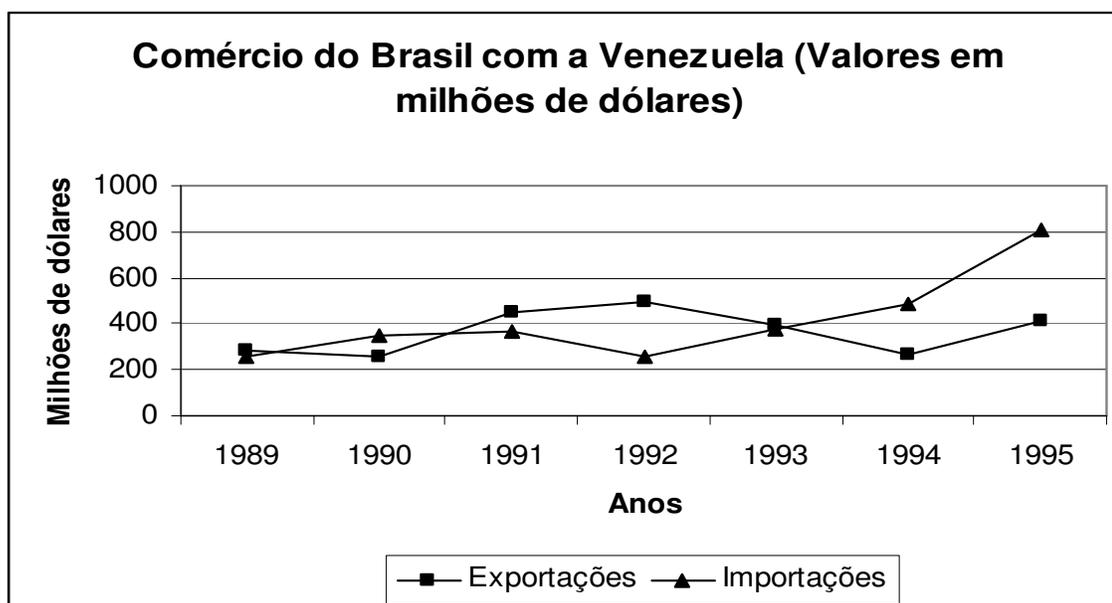


Gráfico: elaboração própria com base nos dados da tabela acima.

Gráfico II

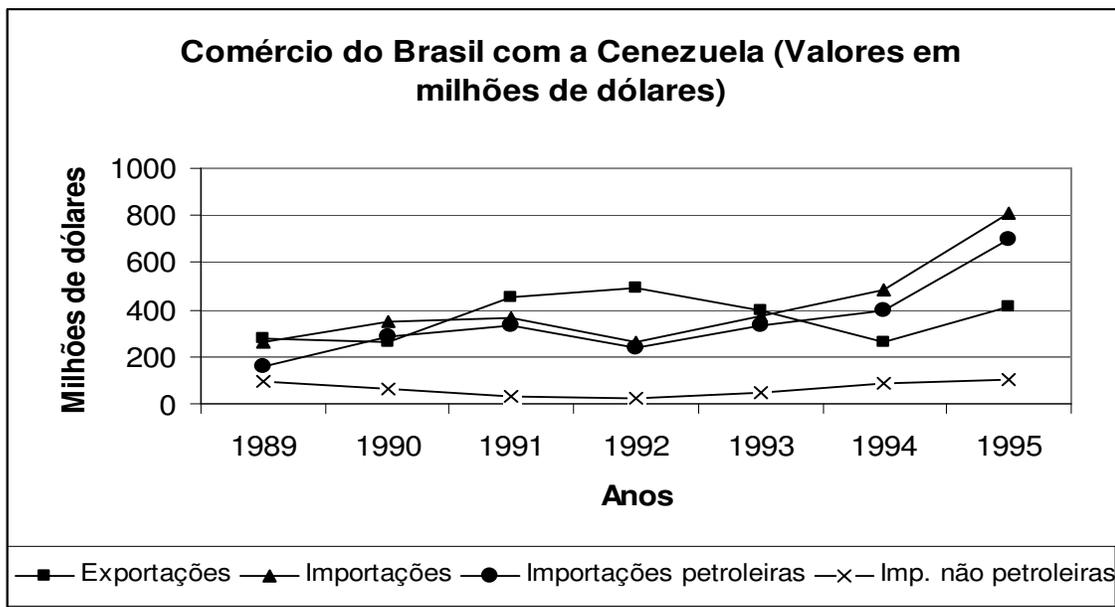


Gráfico: elaboração própria com base nos dados da tabela acima.

Gráfico III

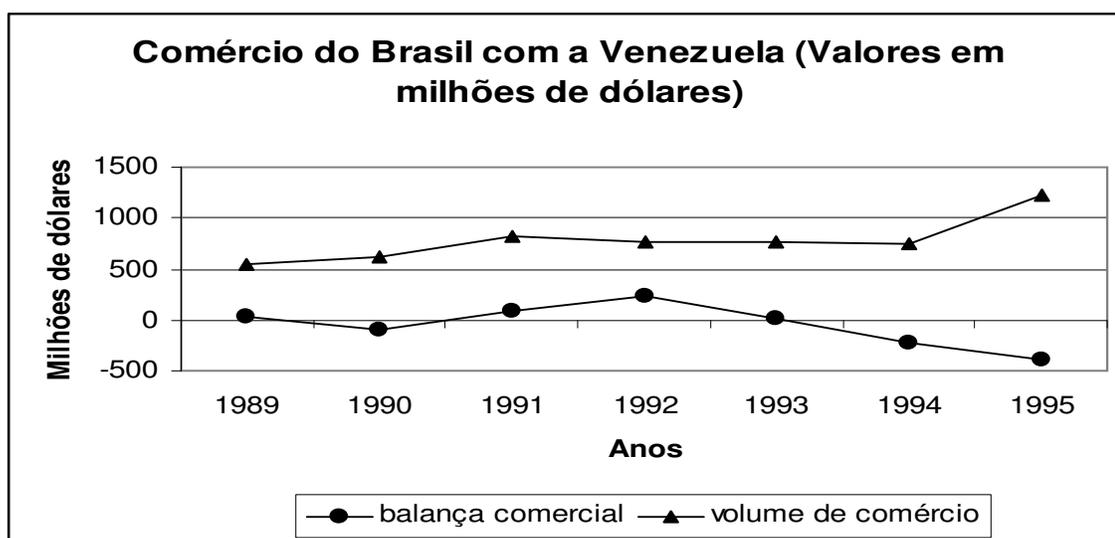


Gráfico: elaboração própria com base nos dados da tabela acima.

## Quadro de Dados Estatísticos II

Comércio do Brasil com a Venezuela (valores em milhões de dólares).

Ano	Exportações	Importações	Importações petroleiras	Importações não petroleiras	Balança comercial	Volume de comércio
1989	265,4	220,9	102,3	118,6	44,5	486,3
1990	267,5	361,6	231,6	130	-94,1	629,1
1991	428,7	465,7	289,6	176,1	-37	894,4
1992	422,2	383,4	275	108,4	38,8	805,6
1993	392,9	392,9	93	300,5	-0,5	786,3
1994	281,6	481,9	254,7	227,2	-200,3	763,5
1995	480,8	823,3	386,2	437,1	-342,5	1304,1
1996	454,4	976,3	726	250,3	-521,9	1430,7
1997	768,1	1006,1	603,7	402,4	-238	1774,2
1998	706,2	755,5	576,7	178,8	-49,3	1461,7
1999	536,6	974,3	278,4	695,9	-437,7	1510,9
2000	751	1327,6	527,3	800,3	-576,6	2078,6
2001	1092,1	746,9	237,9	509	345,2	1839
2002	796,5	633	86,4	546,6	163,5	1429,5
2003	605,7	275,1	3,4	271,7	330,6	880,8
2004	1464,5	299,5	5,1	294,4	1165	1764

Fonte: <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp> (acesso em: 24 abril 2007).

Gráfico IV

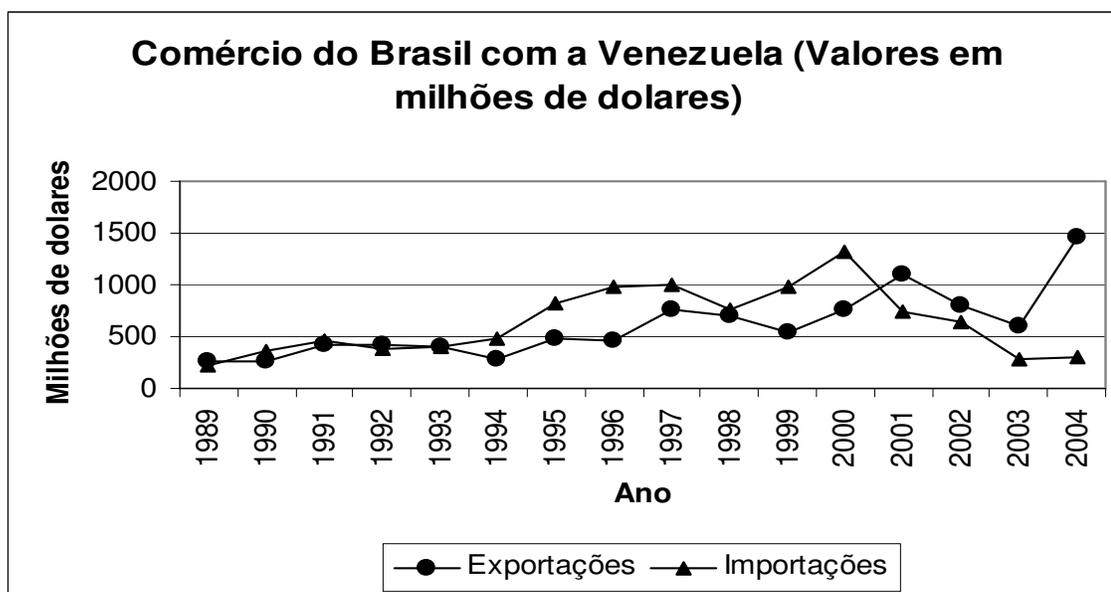


Gráfico: elaboração própria com base nos dados da tabela acima.

Gráfico V

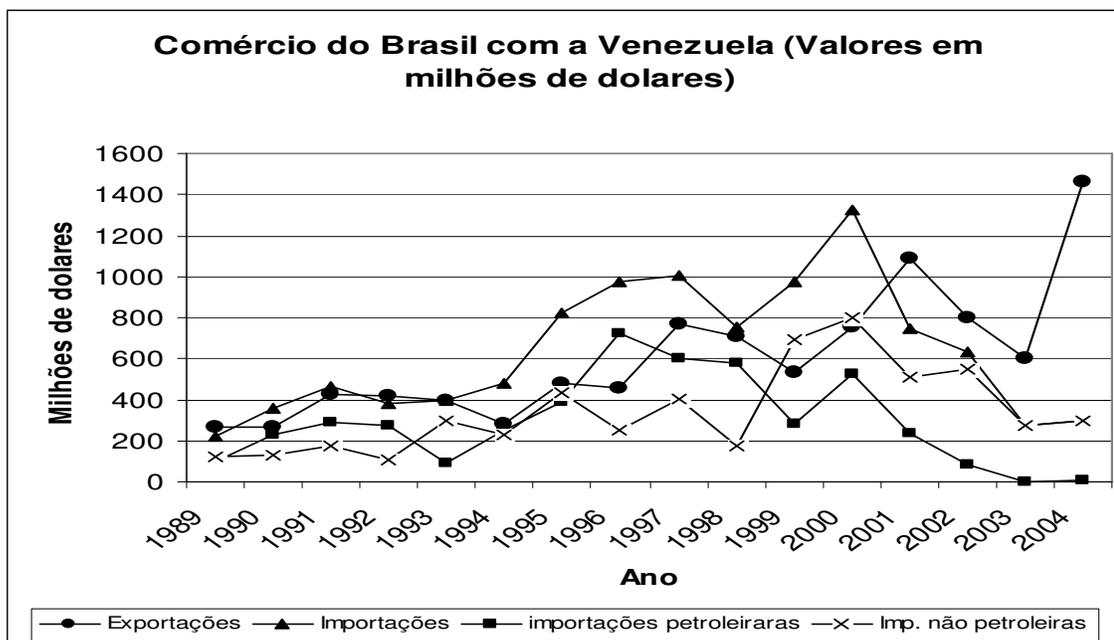


Gráfico: elaboração própria com base nos dados da tabela acima.

Gráfico VI

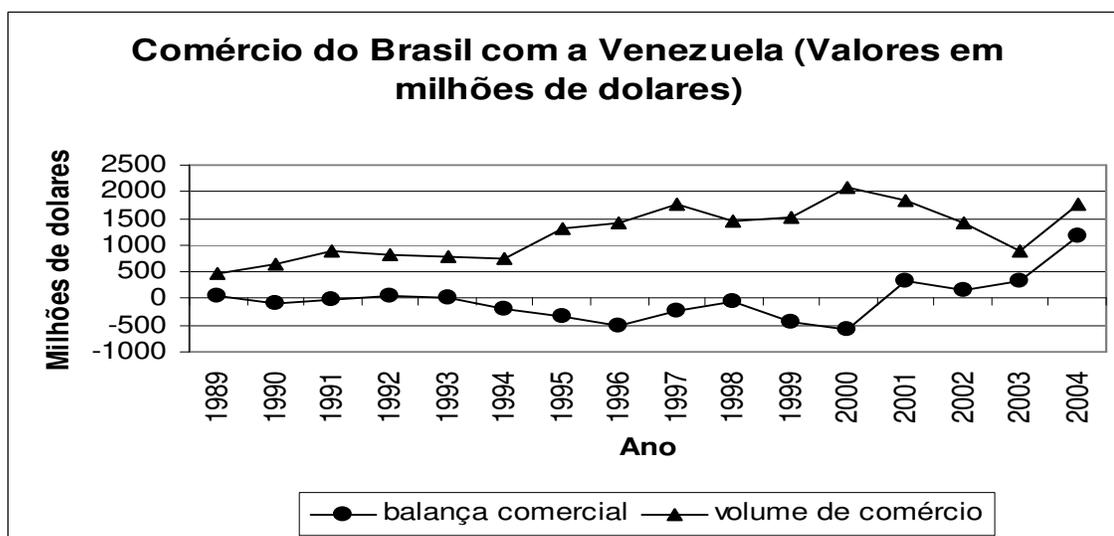


Gráfico: elaboração própria com base nos dados da tabela acima.

### Quadro de Dados Estatísticos III

Brasil – Consumo, Produção e Importação de Petróleo (em mil barris diários).

Anos	Consumo	Produção	Importação
1989	1292	613	679
1990	1274	650	624
1991	1289	643	646
1992	1328	652	676
1993	1354	664	690
1994	1418	693	725
1995	1498	718	780
1996	1601	807	794
1997	1729	868	861
1998	1800	1003	797
1999	1879	1133	746
2000	1855	1288	567
2001	1896	1337	559
2002	1853	1499	354
2003	1785	1555	230
2004	1776	1542	234

Fonte: [www.bp.com](http://www.bp.com) (acesso em: 09 maio 2007)

British Petroleum Statistical Review of World Energy 2006

### Gráfico VII

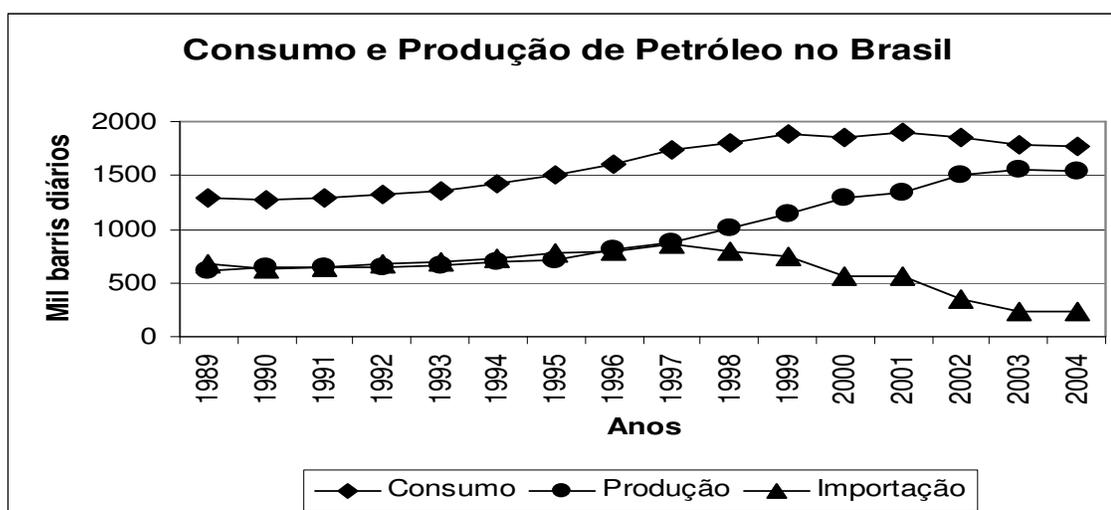


Gráfico: elaboração própria com base nos dados da tabela acima.

## ANEXO B

## Atos em Vigor Assinados com a República Bolivariana da Venezuela

Título	Data de celebração	de	Entrada em Vigor	Promulgação	
				Decreto n	Data
Tratado de Limites e Navegação Fluvial.	05/05/1859		31/07/1860	2726	01/01/1861
2º Protocolo Relativo à Demarcação das Fronteiras.	09/12/1905		28/07/1914	11042	05/08/1914
Convenção de Arbitramento.	30/04/1909		08/01/1912	9390	28/02/1912
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	03/06/1919		03/06/1919		
Convênio Relativo à Manutenção da Ordem Interna.	13/04/1926		19/10/1927	18012	06/12/1927
Protocolo Relativo à Demarcação de Limites.	24/07/1928		31/08/1929	18905	17/09/1929
Acordo de Demarcação da Fronteira Brasileiro-Venezuelano.	07/11/1929		07/11/1929		
Tratado de Extradicação.	07/12/1938		14/03/1940	5362	12/03/1940
Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias.	30/03/1940		09/01/1941	6712	15/01/1941
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Oficial por Via Aérea.	30/01/1946		30/01/1946		
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista de Comércio.	13/04/1960		13/04/1960		
Acordo para a Reativação da Comissão Mista.	20/05/1971		20/05/1971		
Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transportes Marítimos entre os Dois Países.	16/06/1971		16/06/1971		
Convênio Básico de Cooperação Técnica.	20/02/1973		16/05/1974	74329	29/07/1974
Acordo sobre Radioamadorismo.	06/04/1976		06/04/1976		
Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, nos Campos da Ciência e da Tecnologia, entre o CNPq e o CONICIT (Venezuela).	16/11/1977		17/11/1977		
Convênio de Amizade e Cooperação.	17/11/1977		27/11/1978	83320	10/04/1979
Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1973, Referente à Cooperação em Matéria Sanitária para o Meio Tropical.	17/11/1977		10/04/1978		
Acordo para a Instalação de uma Sucursal de um Banco Brasileiro					

na Venezuela e de uma Sucursal de um Banco Venezuelano no Brasil.				
Acordo para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos.	05/03/1979	05/03/1979		
Memorando de Entendimento. (Bases para Cooperação).	27/07/1979	27/07/1979		
Acordo Cultural.	07/11/1979	23/07/1981	86304	19/08/1981
Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo.	07/11/1979	11/08/1981	86354	09/09/1981
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira dos dois Países.	07/11/1979	25/09/1981	86483	16/10/1981
Troca de Notas Pondo em Vigor a Ata Final das Conversações entre Autoridades Aeronáuticas do Brasil e da Venezuela, assinada em Caracas, a 15 de maio de 1980.	28/11/1980	28/11/1980		
Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça.	19/02/1982	06/11/1984	59	14/03/1991
Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga.	19/02/1982	17/11/1983	89327	25/01/1984
Acordo de Cooperação na Área da Energia Nuclear para Fins Pacíficos.	30/11/1983	26/12/1991	422	14/01/1992
Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes de Substâncias Psicotrópicas.	03/06/1987	01/11/1990	99758	03/12/1990
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1973, na Área das Comunicações.	03/06/1987	03/06/1987		
Memorandum de Entendimento para Regulamentar o Transporte Fronteiriço de Passageiros entre o Território de Roraima e o Estado de Bolívar.	04/02/1988	17/05/1988		
Memorandum de Entendimento Relativo à Cooperação para Construção da Rodovia BR-174, no Trecho entre Boa Vista e o Marco BV-8.	17/05/1988	17/05/1988		
Acordo para o Estabelecimento de uma Zona "Non Aedificandi" entre os Dois Países.	17/05/1988	20/11/1989	98452	30/11/1989
Acordo de Co-Produção Cinematográfica.	17/05/1988	04/12/1989	99624	25/05/1990
Acordo, ptn., para a Criação de Mecanismo Permanente de Cooperação que Favoreça a Análise, sob Enfoque Técnico, de Temas e Fatos no Âmbito Consular e a Promoção de Soluções Práticas Tendentes à Superação de Dificuldades Conjunturais que Possam a Vir a Afetar o Relacionamento Bilateral.	17/05/1988	17/05/1988		
Execução, ptn., do Programa de Cooperação Científica.	17/05/1988	17/05/1988		
Memorandum de Entendimento sobre Cooperação Institucional entre a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil S/A e o Instituto de Comércio Exterior da Venezuela	11/11/1988	11/11/1988		

(ICE).				
Acordo sobre Transporte Aéreo Regular.	11/11/1988	13/08/1991	227	10/10/1991
Memorandum de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta.	20/06/1990	20/06/1990		
Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral, ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1973.	20/06/1990	20/06/1990		
Acordo, por Troca de Notas, Colocando em Vigor, o Regulamento Interno do Comitê de Assuntos Fronteiriços, Criando Durante a I Reunião Extraordinária do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Venezuela.	14/02/1992	14/02/1992		
<i>Protocolo da Guzmania</i> , Protocolo Adicional ao Convênio de Amizade e Cooperação.	04/03/1994	04/03/1994		
Acordo que autoriza os Dependentes dos Funcionários acreditados Junto às Missões Diplomáticas e Consulares de ambos os Países a desempenharem Trabalho Remunerado.	29/07/1994	04/08/1994	3228	29/10/1999
Memorandum de Entendimento sobre Cooperação na Formação de Pessoal Diplomático Através do Instituto Rio Branco e do Instituto de Altos Estudos Diplomáticos "Pedro Gual".	29/07/1994	29/07/1994		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para a Cooperação Amazônica e do Orenoco.	04/07/1995	04/07/1995		
Protocolo de Intenções (Petróleo).	04/07/1995	04/07/1995		
Memorando de Entendimento na Área de Mineração e Siderurgia.	04/07/1995	04/07/1995		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para Cooperação em Matéria de Planejamento.	04/07/1995	04/07/1995		
Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga.	04/07/1995	16/10/1998	2975	01/03/1999
Declaração sobre a Formação de uma Área de Livre Comércio.	04/07/1995	04/07/1995		
Ata de Miraflores.	04/07/1995	04/07/1995		
Declaração de Brasília.	20/05/1996	20/05/1996		
Ajuste Complementar ao Convênio de Amizade e Cooperação em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal.	08/12/1997	07/01/1998		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para Cooperação Turística	08/02/2000	21/05/2002	4351	27/08/2002
Ajuste Complementar ao Acordo Cultural para a Divulgação Recíproca de Informações nas Áreas de Rádio, Televisão e Agências de Notícias.	06/04/2000	06/04/2000		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica na Área	13/08/2001	13/08/2001		

de Desenvolvimento Agrário.				
Memorando de Entendimento entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela.	14/02/2005	14/02/2005		
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela sobre Construção de Plataformas e Navios.	14/02/2005	14/02/2005		
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Biodiesel entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela.	14/02/2005	14/02/2005		
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Etanol Combustível entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela.	14/02/2005	14/02/2005		
Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da Venezuela sobre Cooperação nas Áreas de Agricultura Familiar e de Reforma Agrária.	14/02/2005	14/02/2005		
Memorando de Entendimento para a interconexão elétrica.	09/12/2005	09/12/2005		
Acordo sobre Isenção de Visto em Passaporte Oficial/de Serviço	8/02/2000	31/03/2000		

Fonte: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br) – Ministério das Relações Exteriores - Divisão de Atos Internacionais (acesso em: 10 jan. 2007).